

# Revista / **MÚLTIPLA**

NÚMERO 14 – ANO VIII – 2003

## **EDITORA**

Mercedes G. Kothe

## **CONSELHO**

Alcides Costa Vaz  
João Alfredo Leite Miranda  
José Flávio Sombra Saraiva  
Josué Alfredo Pellegrini  
Manoel Moacir C. Macêdo



Faculdades Integradas

**Diretor-Presidente**

**Diretor Administrativo**

**Diretor Financeiro**

**Diretor de Relações Públicas**

**Diretor de Ensino**

**Diretor de Pós-Graduação**

**Diretor de Avaliação**

Vicente Nogueira Filho

Ruy Montenegro

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ivonel Krebs Montenegro

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Isac José Lopes

William Freitas da Silva e Silva

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

---

**Revista Múltipla** – Ano VIII - vol. 9 – nº 14, Junho de 2003.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

180 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

**CDU**

**301(05)**

Internet: <http://www.upis.br>

---

## **Revisão de Originais**

Maria Izabel Brunacci F. dos Santos

## **Capa**

Ton Vieira

## **Diagramação, editoração eletrônica e impressão**

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda

## SUMÁRIO

- 5** Apresentação
- ENSAIOS*
- 9** Entre dúvidas e globalização: Guerra do Iraque, início de um novo Século Americano?  
Albene Miriam F. Menezes
- 35** Reflexões teórico-metodológicas sobre a análise do processo de construção de políticas de ensino superior no Brasil  
Rubens de Oliveira Martins
- 53** “Leal Conselheiro”: um espelho político quinhentista português  
Celso Silva Fonseca
- OPINIÃO*
- 65** A História da Arte no Brasil e fontes para seu estudo  
Luiz Antonio Gonçalves da Silva
- 87** Sobre a cor da noite: teorias raciais e visões sobre o negro em meio aos debates científicos da passagem do século XIX para o XX  
Anderson Ribeiro Oliva
- 125** Apontamentos para uma reflexão sobre o conceito de natureza  
José Luiz de Andrade Franco
- INFORMAÇÃO*
- 141** As muitas formas de representação política feminina entre os anos 1850 e 1930  
Teresa Cristina de N. Marques
- 169** Los estudios internacionales en América Latina: Subordinación intelectual o pensamiento emancipatorio? (Resenha)  
Marcelo Souto Simão
- 179** Normas para colaboradores

## SUMMARY

- 5** Foreword
- ESSAYS*
- 9** Between doubts and globalisation: War in Iraq, the beginning of a new American century?  
Albene Miriam F. Menezes
- 35** Theoretical and methodological reflections on the process of educational policy making in Brazil  
Rubens de Oliveira Martins
- 53** Conselor Leal: a portuguese political mirror of the 16th Century  
Celso Fonseca da Silva
- OPINION*
- 65** The History of Arts in Brazil and sources her its study  
Luiz Antonio Gonçalves da Silva
- 87** On the collar of the night. Race theories and views on the black population in the scientisc debate between the XIX and the XX centuries  
Anderson Ribeiro Oliva
- 125** Notes on the concept of nature  
José Luiz de Andrade Franco
- INFORMATION*
- 141** The many forms of feminine political representation between 1850 and 1930  
Teresa Cristina de N. Marques.
- 169** International studies in Latin America: intellectual subordination or emancipatory thinking? (Book review)  
Marcelo Souto Simão
- 183** Norms for contributors

## APRESENTAÇÃO

A presente edição da Revista *Múltipla* oferece diversificado conjunto de contribuições que possuem, como traço distintivo comum, a preocupação de oferecer elementos conceituais, teóricos e informativos recolhidos de diferentes âmbitos das ciências sociais e tidos como úteis à compreensão e interpretação, em termos conjunturais e históricos, de fenômenos marcantes da evolução política, econômica e sociocultural do Brasil e também da comunidade internacional.

A guerra no Iraque e a reafirmação da hegemonia norte-americana foram os fatos mais salientes, no plano internacional, do primeiro semestre de 2003. No âmbito doméstico, o advento de novo Governo, que pretende priorizar reformas sociais, torna oportuna a reflexão sobre políticas educacionais, questões de gênero e a atual condição da população afro-descendente no Brasil. Esses temas são objeto das contribuições de Albene Miriam F. Menezes, Rubens de Oliveira Martins e Anderson Ribeiro Oliva, respectivamente. Na vertente humanista, contamos com as contribuições de Celso Silva Fonseca, Luiz Antônio Gonçalves da Silva e José Luis de Andrade Franco. Complementa a presente edição a resenha da obra de Arlene B. Ticker sobre os estudos internacionais na América Latina.

Por decisão do Conselho Editorial, reduziu-se o número de matérias em cada edição, sem, contudo, descaracterizar a proposta eminentemente multidisciplinar da Revista *Múltipla*, que a tem distinguido como veículo de difusão de conhecimentos e espaço privilegiado de discussão de temas contemporâneos.

A Editora.

ENSAIOS

**Albene Miriam F. Menezes**  
*PhD em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Hamburgo. Pós-Doutorado pela Universidade de Bielefeld. Professora de História das Relações Internacionais da UnB.*

## ***Entre dúvidas e globalização: Guerra do Iraque, início de um novo Século Americano?***

*(Para Ceceu e Dedeu, com carinho)*

### **Primeiras palavras**

Quais as dimensões reais e simbólicas da Guerra do Iraque? Estaríamos frente a um episódio do processo de um novo momento na história dos Estados Unidos, ou tão somente diante de uma face da administração George W. Bush? E qual o significado do petróleo naquele acontecimento? Recapitular alguns eventos do chamado “século americano” ajudaria a compor melhor a moldura do quadro “Estados Unidos Superpotência Hegemônica”? Essas são as questões centrais que norteiam a linha de abordagem do presente ensaio.

As argumentações da autora têm suporte em dados de fontes bibliográficas, de imprensa e de *sites* eletrônicos.

### **“Portas abertas” para o “Século Americano”**

Século XX, também designado “século americano”. Quando tudo começou? Vários eventos, conseqüentemente diferentes datas, podem ser tomados como ponto inicial da narrativa. Fiquemos com o ano de 1903, um século atrás. Esse ano é marcado por três intervenções norte-americanas na América Central e Caribe: de 23 a 30 de março, os Estados Unidos intervêm em Honduras – “para proteger o Consulado americano e o estaleiro em Puerto Cortez ao longo da insegurança revolucionária”. De 30 de março a 21 de abril, a intervenção em Santo Domingo é justificada: “para proteger interesses americanos durante o levante revolucionário”. A intervenção no Panamá teria se dado “para proteger interesses e vidas americanas.” Esta seria dentre as três a de maior visibilidade ao longo dos anos. (NIESS, 1984: 397-398).

Em 6 de dezembro de 1904, o presidente Theodore Roosevelt (presidência: 1901-1909) anuncia, em sua mensagem anual ao Congresso, um adendo à Doutrina Monroe, que vem a ser conhecido como Corolário Roosevelt e cuja quintessência pode ser resumida no papel de polícia na região que os Estados Unidos se outorgam.

Naquele ano de 1903, o Panamá declara sua separação da Colômbia. acontecimento que está ligado aos interesses comerciais e geoestratégicos dos Estados Unidos. Pouco depois de o engenheiro francês Ferdinand Marie Vicomte de Lesseps ter começado, em 1879, a construir o Canal do Panamá, o presidente norte-americano Rutherford Birchard Hayes (1877-1881) declara, em 1880: “a política deste país é ter um canal sob controle americano”. (NIESS, 1984:111-120). Durante a guerra contra a Espanha o navio “USS Oregon” levou mais de dois meses para percorrer o trajeto da Costa Oeste até o palco da guerra, na Ilha de Cuba. Especulava-se que atravessando um canal na América Central economizaria dois terços do tempo. Os Estados Unidos da América, após a França ter desistido de construir o Canal do Panamá ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico (tentativa que durou de 1880 a 1894), decidem pela rota francesa e compram a massa falida da Companhia Universal do Canal Interoceânico. As exigências da Colômbia, onde se situa a empreitada, são vistas como muito altas; dificultam, assim, a concretização da obra. Os Estados Unidos enviam sua Frota para os dois lados do Canal do Panamá em construção, deixam suas tropas terrestres marcharem ao longo da planejada rota, em uma ocupação que terminou durando praticamente cem anos. Importante é que uma das maravilhas da nova era tinha com aquela medida assegurado o término de sua construção. Fato esse que facilitaria os contatos com o anexado Hawai (1898) e com o promissor comércio com a China. Afinal, a doutrina da “Política de Portas Abertas” (acesso igual para o capital e os negócios americanos), então declarada, não poderia ser plenamente praticada se a porta permanecesse tão- somente semi-aberta. (NIESS, 1984: 111-120).

Em 3 de agosto de 1914, o Canal do Panamá é inaugurado. O pequeno navio Cristóvão é o primeiro a atravessá-lo. Todavia, tal maravilha não vai ter a repercussão na imprensa que normalmente lhe seria dada. Na noite de 3 para 4 de agosto daquele ano, eclode a Guerra na Europa. Acontecimento que sombreia o feito do pequeno Cristóvão. O debute triunfal americano nas páginas internacionais da imprensa fica adiado. A obra de engenharia – símbolo de auto-afirmação da eficiência norte-americana, que tem sucesso onde os franceses fracassaram e dinamizará o livre fluxo de mercadorias – é sombreada pelo acontecimento que viria pôr fim a uma era. (SELLERS ET AL., 1990: 273. FRANZ, Panamakanal – Der grosse Graben, stern.de/politik/ausland, 19/2/2002: 2)

## “América em primeiro lugar” no “axioma do petróleo”

Fim da Primeira Guerra Mundial, ano de 1919, uma pequena sensação: pela primeira vez um Presidente americano coloca os pés em solo europeu em uma missão oficial. Woodrow Wilson chega a Paris para participar das negociações de paz. Na bagagem traz seu Plano de Quatorze Pontos para um novo ordenamento das relações internacionais. Todavia, na esfera doméstica, os políticos exigem outra meta: “América em primeiro lugar”. Os Estados Unidos permanecerão, assim, distanciados da em breve criada Liga das Nações. Suas relações com outros países são reguladas preferencialmente em tratados e acordos bilaterais. Os políticos americanos podiam assumir tal arrogância. As potências da Velha Europa estão fragilizadas em vários sentidos, inclusive lhes devem depois da guerra cerca de doze bilhões de dólares. (SELLERS ET AL., 1990: 304-307).

Evidente que o mundo do pós-guerra era outro. Uma notável transformação vem a ser o papel que o petróleo assume na economia e na segurança das nações. Como fonte de energia, impulsiona o carro, o navio, o avião. Enfim, põe em funcionamento a maior e mais dinâmica parte dos meios de transporte e circulação de carga e passageiros. Mais ainda, assume relevância estratégica nas nações, à medida que impulsiona também máquinas bélicas, como uma criação da Primeira Grande Guerra – o tanque. (YERGIN, 1992: 161-170)

Desse modo, no pós-guerra, a concorrência pela exploração, refino e distribuição do petróleo, assim como pela posse de campos de reserva, vem a ser uma das lutas tenazmente travadas pelas companhias petrolíferas entre si – que, por vezes, enfrentam-se; por vezes, coligam-se. Palcos pioneiros dessas disputas são os campos dos Estados Unidos, secundados pelos da Rússia, de Sumatra, da Pérsia. Esse horizonte tinha contornos alargados pelos campos da Albânia, Romênia, Baku – dentre outros. (YERGIN, 1992: 3-143, 176-196).

Nessa conjuntura, as atenções no pós-guerra se voltam para a promessa de exploração de petróleo no Oriente Médio, onde antes era domínio do Império Otomano, em especial na Mesopotâmia, onde de fato começa a prospecção em 1927, com a participação de ingleses, franceses, turcos, americanos e, em menor escala, de alemães (Royal Dutch-Shell, Anglo-Persian, Near East Development Company).

Em 1928, é celebrado o “Acordo da Linha Vermelha”, segundo o qual todos os participantes concordavam em trabalhar em conjunto dentro dos contornos do desenho geométrico traçado pela imaginária linha. Trata-se de um quadrilátero onde se localizam praticamente todos (à exceção dos da Pérsia e dos do Kuwait) então conhecidos e os posteriormente descobertos campos petrolíferos do Oriente

Médio. (YERGIN, 1992: 199-201). Ao longo da história do petróleo muitos outros acordos foram fechados e os efeitos de outros anulados na prática. Assim é que no pós-Segunda Guerra a “Linha Vermelha” foi diluída e um outro acordo que previa uma participação meio a meio entre países produtores daquela região e empresas foi firmado; o que evidentemente não esgotou os episódios que levaram por sua vez a vários outros acordos.

Analisando o problema entre as companhias petrolíferas e o Estado do México no início do século XX, observou Daniel Yergin que

*o conflito emergente no México viria estabelecer uma linha de conflito substancial e duradoura entre o governo e as companhias petrolíferas que logo se tornaria conhecida em todo mundo. No México, o problema se reduzia a duas coisas: a estabilidade dos acordos e a questão da soberania e da propriedade. (Yergin, 1992: 229).*

Axiomático dessa exploração vem a ser então a disputa e tensão entre as companhias e os Estados-nação em cujos solos jaz o rico hidrocarboneto: os objetivos e interesses das primeiras colidem muitas vezes com os interesses e anseios de soberania dos segundos. Aqui está um dos fundamentos da disputa pela hegemonia mundial do petróleo (como também de toda atividade empresarial). Lembra-se que as companhias não existem no abstrato, ou tão-somente no mundo econômico. Fazem parte também de um mundo político, de um jogo pelo poder mundial de seus países-sedes – em geral, altamente desenvolvidos e detentores de tecnologia de ponta, capital e mão-de-obra qualificada. O que equivale a dizer que, muitas vezes, a contraposição de interesses entre empresas e países produtores, no caso dos periféricos no jogo da Política de Poder, envolve os países-sedes, que podem encampar declarações de guerra, ou formas mais amenas de coerção e persuasão em defesa de interesses econômicos, geoestratégicos e de prestígio político, tanto nacionais, quanto empresariais.

Nesse axioma os Estados Unidos e suas empresas petrolíferas conseguem se colocar em primeiro plano, devido, por exemplo, ao fato de serem grandes produtores, deterem conhecimento altamente especializado na gestão dos negócios petrolíferos e tecnologia de ponta na prospecção, refino e distribuição. Fato esse que, conjugado a outros fatores de ordem política e econômica, torna-os altamente competitivos.

Afinal, se petróleo é sinônimo de hegemonia, desde a Primeira Guerra Mundial, então a maior potência econômica e política do século XX tem que se dar por

obrigação a prerrogativa do “controle” desse negócio – se quiser continuar hegemônica. As controvérsias estão em como isso vai se dar historicamente.

### **Paradoxos entre a intenção de estruturar a paz e a *Realpolitik***

Nesse cenário, a proeminência norte-americana mostra-se sem precedentes, principalmente na América Latina. Se, na Europa, os Estados Unidos, de certa forma, fracassam na tentativa de sugerir os quadrantes políticos para assegurar a paz e a segurança mundiais; no Hemisfério Ocidental, vão delinear as coordenadas (sob os pressupostos do Corolário Roosevelt).

Na realidade, se, por um lado, Woodrow Wilson faz na Europa sugestões para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial sob o jugo da paz; na prática, os Estados Unidos recusam toda e qualquer medida que crie algum obstáculo à sua liberdade de comércio. Em 1924, negam seu voto para o Protocolo de Genebra sobre um Acordo de Garantia para Regulamentação Pacífica dos Conflitos Internacionais. Um ano depois, recusam-se a corroborar a Convenção de Genebra sobre o Comércio de Armas e Munições (porque a prática da venda de armas a partes beligerantes tinha se mostrado extraordinariamente lucrativa). O mesmo era válido para a “proibição de gases nocivos ou venenosos, assim como para meios bacteriológicos para a Guerra”. Os Estados Unidos foram a única grande potência que se negou a assinar aquele protocolo.

### **Pressupostos doutrinários para legitimar o pragmatismo político**

Se, na Europa, os Estados Unidos estão em dissonância com as propostas dos velhos líderes, na América Latina vão exercer uma hegemonia que dá a impressão de ser sem concorrentes (uma unipolaridade continental?). Ao “apêndice” de 1904 à Doutrina Monroe, que lhe confere papel de potência policial internacional, antecedeu, no século XIX, o pressuposto doutrinário do Destino Manifesto, ao qual se somam outros ao longo do século XX. Ilustrativamente, cita-se: “Política da Boa Vizinhança”, “Tese da Solidariedade Hemisférica”, “Tese da Segurança Nacional”. (MENEZES, 2000: 255-266).

Quanto ao mérito desses postulados, pode-se aventar que são construções que tentam forjar justificativas e dar legitimidade às atuações dos Estados Unidos em defesa do que eles julgam seus interesses e os melhores princípios universais do liberalismo e da democracia. Na prática, são também representações abstratas do exercício de uma “Política de Poder”.

Em 1927, o governo norte-americano tem oportunidade de fazer uso de pressupostos doutrinários, como medida de persuasão em defesa de interesses de suas companhias petrolíferas.

Assim é que, quando o Presidente mexicano Calles, nos anos 1920, tentou limitar o acordo de exploração de petróleo com os Estados Unidos, a Grande Potência do Norte ameaça com uma intervenção (em “legítima” defesa da liberdade econômica?). Ao México não restou opção, senão garantir livre acesso àquele país aos seus campos petrolíferos. Não obstante, o embate não é finito e, mais tarde, nos anos 1930 e sob conjuntura de guerra, quando para aquele país é de importância capital ter o México ao seu lado na tese da Doutrina da Solidariedade Hemisférica, dão-se algumas das condições para a nacionalização do petróleo mexicano.

Oportunidades concretas tiveram, todavia, os *marines* de proteger os empreendimentos econômicos norte-americanos e seus cidadãos na América Latina, a exemplo da invasão do México, em 1913, “para evacuar cidadãos americanos”. Também, de 1914 a 1917, no México, quando tomam Vera Cruz e marcham para o norte, no contexto das lutas da revolução mexicana. Em 1926, 1927 e 1933, na Nicarágua, para “proteger interesses americanos” e “contra o fora-da-lei Sandino”. Da vasta lista cita-se um episódio mais recente: Granada, 1983, “para proteger cidadãos americanos e restabelecer a ordem”. (NIESS, 1984: 319-322).

No tempo presente e em consonância com a estratégia de aprofundamento de hegemonia global um dos pressupostos doutrinários traduz-se na palavra “guerra preventiva”.

### **Caminhada institucional para manutenção da paz**

Para além do plano regional e da Primeira Grande Guerra (guerra das guerras – que deveria pôr fim a todas as guerras), os problemas e dificuldades não foram resolvidos pelo estatuto da paz e uma guerra mais total e devastadora se materializou.

Em curto período, o mundo se viu de novo na contingência de refletir sobre como alcançar o caminho que levasse a uma paz – se não perpétua, pelo menos duradoura. Os passos para tentar concretizar o ideal de paz e amizade entre as nações foram dados ainda durante a guerra: a Declaração dos Aliados, de 12 de junho de 1941, proclama a necessidade de cooperação entre os povos livres. A Carta do Atlântico, de 14 de agosto de 1941, assinada a bordo do navio Príncipe de Gales, pelos mandatários da Inglaterra e dos Estados Unidos, sugere uma série de princípios para a manutenção da paz e da segurança. Segue-se a Declaração de

Moscú e Teerã. Em 30 de outubro de 1943, o governo da Rússia sugere à Inglaterra, aos Estados Unidos e à China a criação de uma Organização Internacional para Manutenção da Paz e da Estabilidade. Em 1º de dezembro de 1943, em Teerã, os mandatários das três maiores potências mundiais endossam aquela idéia. Na Conferência de Jalta, em 11 de fevereiro de 1945, Roosevelt, Churchill e Stalin decidem que deveria ser criada uma Organização Internacional para Manutenção da Paz e da Segurança. Na Conferência de São Francisco, em 25 de abril de 1945, reúnem-se representantes de cinquenta países para a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. Resultam das deliberações cento e onze Artigos que vão compor o texto da Carta das Nações Unidas – em 27 de junho, a Carta é assinada. Em 24 de outubro, as Nações Unidas nascem para o mundo, depois de seus membros permanentes do Conselho de Segurança terem ratificado a letra daquela missiva. (About History -un.org/aboutun/history.htm)..

### **O mito e a realidade se encontram ou a consolidação de uma superpotência hegemônica**

Um dos maestros primordiais desse concerto foram os Estados Unidos – “a terra da paz”, “da prosperidade”, “do sucesso”, “do liberalismo”, “da primeira democracia do mundo moderno”. A terra que acolheu a maior corrente migratória de todos os tempos, a terra das oportunidades sem limites, da esperança, o país do futuro que se materializa – o futuro e a modernidade chegaram e respondem, em primeira linha, pelo nome de América.

Um mito político estava criado, um poder econômico de fato estava consolidado: o sonho americano torna-se realidade “expandida” – a superpotência, que tinha se apresentado ao mundo em 1919 como paladina da paz, vê os próximos anos, décadas, o breve século tornar-se a vereda por onde o estilo de vida, as metas e objetivos dessa potência, mais do que de qualquer outra, impõem-se. Afinal, pode-se dizer que o século XX foi o “século americano”. O século em que sua moeda torna-se referência para o sistema monetário internacional; muitos de seus anseios tornam-se regras internacionais de comércio; suas armas não têm precedentes; a mundialização do sistema financeiro internacional é uma realidade. Século em que o petróleo e seus derivados moldam o estilo de vida americana: desde a matéria-prima para a fabricação da película cinematográfica, do disco de vinil, aos fios sintéticos, ao plástico e, em especial, aos pesticidas e adubos químicos que possibilitam a “revolução verde” no campo e decisivamente contribuem para a geração de uma era de abundância e consumo, de encurtamento de distânci-

as, rapidez de comunicações e uma certa segurança (pelo menos para os mais ricos).

### **“Contenções” do exercício do poder ou a hegemonia não é unipolar**

Apesar da possível propriedade em designar o século XX com o epíteto de americano, os Estados Unidos tiveram que enfrentar historicamente outras potências, outras propostas de como produzir, como regular as relações internacionais, a exemplo da Alemanha de Hitler, com seu bilateralismo e comércio de compensação (dentre outras diretrizes) e sobretudo por parte da outra grande potência da segunda metade do século: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Enfrentar os propósitos expansionistas da Rússia levou os Estados Unidos a admitirem que estavam diante de uma potência a ser levada a sério. (MAZOWER, 2001: 145-184).

Em parte, o mérito em identificar a União Soviética como rival, pouco depois de lutarem do mesmo lado na Segunda Grande Guerra, é atribuído a um jovem diplomata americano, nascido em 1904, então acreditado em Moscou, depois embaixador dos Estados Unidos naquela capital. George Frost Kennan às vezes se irritava com o que julgava ingenuidade de alguns de seus superiores, que cerca de um ano depois da guerra ainda acreditavam em uma parceria harmoniosa com a “nova” potência mundial.

O jovem diplomata tentava demonstrar para seus superiores que o tempo do “Tio Joe”, como Stalin era chamado durante a guerra, de uma vez por todas tinha passado. Acreditava mesmo que, desde a entrada triunfal em Berlim, a Rússia tomara definitivamente o curso do totalitarismo. Nessa altura, um despacho do Ministério das Relações Exteriores solicita um esclarecimento da União Soviética sobre seu posicionamento indeciso em fazer parte do Banco Mundial. Kennan imediatamente não deixa passar a oportunidade e faz minuciosa análise do sistema soviético e de suas intenções, que ele julga inamistosas. Kennan, na ocasião febril, remete seu documento, volta para a cama e fica à espera de reações nada agradáveis de Washington. Mal sabia que seu longo telegrama seria saudado com entusiasmo, vindo a circular por vários ministérios e entrar para a História como o Evangelho da Guerra Fria.

Diante do predomínio militar soviético na Europa Oriental, as potências ocidentais se vêem na contingência de aceitar, mesmo com relutância, a consolidação daquele domínio no Leste europeu, fato esse que contribui para configurar um equilíbrio de forças internacionais sob um clima de relações tensas. Uma das con-



seqüências dessa situação é a Guerra Fria, em sua fase inicial impregnada por uma política defensiva, monitorada pela espionagem, inclusive diplomática, e por uma guerra psicológica para barrar o avanço comunista. (Registre-se que os soviéticos por seu turno, também, faziam uso da mesma estratégia). Kennan antevê essa realidade e desenvolve a tese do *containment*, e passa a ter a reputação de ser o iniciador da Política de Contenção contra o bloco oriental.

Da parte dos Estados Unidos o debate sobre a condução das relações com a Rússia girava em torno da questão: “contenção versus libertação/liberação”; e da dúvida: “Rússia – aliada, potência beligerante desconfiada ou adversária com intenções hostis?” (DALLIN, 1964: 328-330)

O desdobrar dos eventos no pós-guerra vai direcionando os ânimos. Enquanto a dúvida acima assinalada persistia, a Rússia se firmava no Leste europeu (1945-47). (ARON, 1975: 48-78). Em um segundo momento a cortina de ferro se fecha (1948-1954). Ilustra essa fase a crise de Berlim (ponte aérea 1948-1949), a criação da República Federal da Alemanha (1949), e pouco depois a criação da República Democrática Alemã (1949); e a Guerra da Coreia (1950-1953).

Contenção! Torna-se o conceito-chave para a época. Segundo Kennan, o anseio por expansão dos comunistas deveria ser em longo prazo contido com paciência, pressão e vigilância. Os Estados Unidos deveriam moldar fronteiras em toda parte, sob o lema: “até aqui tudo bem, mas não adiante.”

Segundo Raymond Aron,

*a partir de 1947, a diplomacia americana impôs-se um objetivo defensivo e preciso. Finalmente, os responsáveis sabem o que querem e alcançam seus fins. ... Há vinte anos a crítica censurava Roosevelt por ter ignorado a natureza do regime soviético; hoje a crítica censura seu sucessor por ter estendido ao planeta o dique de contenção necessário na Europa.* (Aron, 1975: 78)

Nessa altura, registra-se uma mudança no comportamento da grande nação. Os Estados Unidos – que, até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, tentavam moldar um imaginário segundo o qual conscientemente mantinham-se em segundo plano nas querelas protagonizadas pelos europeus – doravante teriam mudado de atitude e sua imagem encontra-se quase sempre no *front*: Berlim (1945), Coreia (1950-1953), financiamento da guerra da Indochina francesa (1946-1954), tropas americanas entram em combate no Vietnã (1965), tropas americanas intervêm na República Dominicana (1965).

Um olhar mesmo que desatento sobre a localização geográfica desses *fronts* deixa claro que, à exceção de Berlim, as outras localidades coadunam com o caráter defensivo da política de contenção, uma vez que os Estados Unidos não se imiscuíram diretamente nos levantes da Alemanha Oriental (1953), da Hungria (1956) ou da Tschechoslováquia (1968).

Todavia, a política de contenção à União Soviética transforma-se logo em uma “cruzada” internacional contra o comunismo, com todos os episódios que já são história.

Enfim, metade do “século americano” os Estados Unidos atravessaram tendo uma concorrência direta e frontal de outro líder mundial, que mesmo sem apresentar os indicadores norte-americanos – especialmente no que diz respeito ao consumo de bens de mercadoria, conforto e bem-estar social, assim como à liberdade política e prerrogativas democráticas – estava em condições de, por seu lado, colocar, também, limites ao próprio poder norte-americano. (KENNAN, 1952. KENNAN, 1957. KENNAN, 1961. LABIN, 1962).

### Dúvidas conceituais sobre o tempo presente

No plano das profundas transformações que se sucedem mundo afora, a modernidade dá lugar à pós-modernidade. Nesse ponto, é legítimo interrogar: se a modernidade é fruto (mesmo que bastardo) das idéias e princípios do Iluminismo – que desenha a ponte da memória que liga o passado ao presente e desse binômio projeta o futuro, matriz de referência das teorias e metodologias, da lógica e episteme, que, mais do que estruturar a Ordem Mundial, o tempo histórico e o espaço territorial dos Estados-nação, molda o estilo da própria vida entre os homens, as relações entre as nações, entre o homem e o meio ambiente – quais serão as novas/velhas referências, os novos paradigmas? (ROUANET, 1987: 20-36).

Mais do que conhecida é a história da derrocada recente do sistema soviético de poder e das incertezas e dúvidas daí decorrentes de como se configura(rá) a Ordem Mundial. Mas, o que teríamos no presente imediato? Conceitos são propostos e atendem pelas palavras-chave: globalização, Império, Mundo Unipolar, dentre outras. Certo é que na seara econômica segue inexorável a marcha pela liberalização dos mercados, com vantagens comparativas para as potências mais desenvolvidas, em melhores condições de impor seus postulados sobre como essas relações devem ser reguladas. Mesmo porque as instituições que têm o papel mediador da gestão internacional são moldadas sob a ótica das grandes potências. (KURZ, 1997: 67-115. RAMONET, 1998: 47-63)

No tempo presente, atravessar-se-ia momentos de dúvidas sobre como “está” e/ou se moldará a Ordem Internacional pós-Mundo Bipolar. Ao tentar acompanhar as colocações de diferentes segmentos sociais sobre o tema (intelectuais, empresários, publicistas, sindicalistas de diversos matizes etc.), pode-se, por vezes, ter a impressão de que este seria um momento de definições da estruturação de uma Nova Ordem Internacional. Por outro lado, existem aqueles que apregoam já ter se deslanchado uma nova ordem, que traz em si uma nova configuração que transcenderia os próprios Estados-nação, e já estaríamos vivendo os primórdios de um “Império”. Outras opiniões identificam até uma “Desordem”. Certo é que, no período atual, delineiam-se horizontes, com os eventos internacionais recentes, que podem se confirmar ou não e dos quais a História (quase) sempre tem dificuldade de falar no tempo presente com projeção para o futuro. Evidentemente, em termos conceituais sempre haverá diferentes propostas para denominá-la, posto aqui se insinuar uma questão teórica e, por conseguinte, diferentes interpretações sobre os mesmos acontecimentos. (HOPKINS, Wallerstein et al., 1997: 1-10. YOUNGS, 1999: 13-33. HARDT & NEGRI, 2000: 26-39. RENGGER, 2000: 1-24. ARRIGHI & SILVER, 2001: 272-279)

Não obstante, seriam os acontecimentos dos últimos anos (notadamente a eleição do Presidente George W. Bush, os atentados de 11 de setembro de 2001 e a Guerra do Iraque) indicadores, se não de uma feição duradoura, pelo menos de um perfil do tempo presente? E quais as sinalizações que esses eventos dão? Quaisquer que sejam as teses levantadas, sem dúvida que essas só podem e devem ser entendidas como a expressão de um determinado contexto.

### **Estratégias e políticas públicas ou cabeças pensantes e a ambição de estruturar o futuro**

Em especial no pós-Queda do Muro de Berlim, registra-se mundo afora um crescimento de organismos que se dedicam a analisar, diagnosticar, interpretar e fazer propostas sobre políticas públicas. Nos Estados Unidos, existiriam verdadeiros laboratórios de políticas públicas de perfil tanto à direita, como à esquerda. Neles reúnem-se especialistas que idealizam políticas públicas. Funcionam também como um reservatório de cabeças pensantes dispostas a assumirem cargos de “vanguarda” (ou na iniciativa privada, ou não-governamental; enfim, cargos estratégicos de mando e configuração de políticas públicas). Esses especialistas muitas vezes têm a expectativa de ocupar cargos de governo na eventualidade de um político com afinidades de pensamento, de âmbito nacional ou estadual, ganhar

uma eleição. Mas mais importante do que isso é influenciar nas esferas de decisão das políticas públicas..

Dentre as instituições norte-americanas neoconservadoras, cita-se: “American Enterprise Institute” (AEI) e “Project for the New American Century” (PNAC). Ilustra o exemplo dos liberais a “Century Foundation” e o instituto “American Majority”.

Em uma tentativa de síntese do que se pode ver atualmente nos meios de comunicação (impresso, televisivo, eletrônico) e correndo os riscos de interpretação daí inerentes, pode-se aventar o seguinte histórico sobre as correntes intelectuais em evidência nos Estados Unidos, que têm algum tipo de papel nas escolhas de políticas públicas de alguns governos norte-americanos.

Para alguns analistas o ponto de partida localiza-se no início dos anos 1960, quando John F. Kennedy recruta entre a centro-esquerda, em especial na Universidade de Harvard, alguns professores escolhidos entre os mais brilhantes. Justamente a tendência de pensamento preterida nos anos 1960 estaria atualmente em evidência no governo do presidente George W. Bush. À tendência de coloração social-democrata dos primeiros contrapõem-se as posições neoconservadoras dos segundos.

E quem são essas cabeças pensantes e qual o relevo que os meios de comunicação vêm dando às mesmas? Em outras palavras: quais as atribuídas origens intelectuais do “neoconservadorismo bushiano” e o que propala essa tendência?

Em realidade, ter-se-ia que distinguir duas tendências de pensamento conservador que, de certa forma, convivem na esfera do governo atual: os fundamentalistas e os neoconservadores. Os fundamentalistas são cristãos (conservadores tradicionais, preocupados com os tradicionais temas de direita – como família, educação religiosa, aborto, entre outras posições), oriundos do chamado “cinturão bíblico” do sul do país. Eles seriam uma das forças em ascensão no Partido Republicano hoje em dia. Os neoconservadores vêm majoritariamente da Costa Leste, em especial de Nova York, e minoritariamente da Califórnia. São de perfil intelectual; em bom número, judeus; muitas vezes com passado de “esquerda” e com (atuais) idéias liberais conservadoras (idealistas, otimistas, crentes no valor universal do modelo americano, críticos do Estado de Bem-Estar Social e do relativismo cultural e moral dos anos 1960, contrários à Política Externa de “distensão” e do realismo diplomático – que teria beneficiado a Rússia; têm especial interesse sobre estratégia).

Nome proeminente entre os cristãos fundamentalistas vem a ser John

Ashcroft, Secretário de Justiça. Contam-se como eminências entre os neoconservadores: Paul Wolfowitz, Subsecretário da Defesa; Richard Perle, presidente do Conselho de Defesa Política; Douglas Feith, funcionário do Pentágono; Irvin Kristol, ex-trotskista, pai de William Kristol e Norman Podhoret – fundadores da revista “Commentary”.

A fonte inspiradora dos neoconservadores é localizada na figura de dois nomes dos mais eminentes dos anos 1960: Allan Bloom (da Universidade de Chicago, grande intérprete dos textos clássicos) e Albert Wohlstetter (morto em 1997, professor de matemática e estrategista militar, pesquisador da “Rand Corporation”, assessor do Pentágono, um dos pais da Doutrina Nuclear Americana, crítico da doutrina “MAD” – Destruição Mútua Assegurada, que em sua opinião seria imoral, pela destruição imposta aos civis, e ineficaz, pela neutralidade mútua dos arsenais). Ambos professores do brilhante estudante judeu Paul Wolfowitz. Allan Bloom, por seu turno, é incluído na cota de discípulos do filósofo judeu alemão naturalizado americano, Leo Strauss, e professor de Ricardo Perle e William Kristol.

Richard Perle e Paul Wolfowitz trabalharam para Kenneth Adelman, este também crítico da Política Externa de Dissuasão, ex-conselheiro dos presidentes Gerald Ford e Ronald Reagan.

Os líderes dos neoconservadores seriam ambiciosos e pouco preocupados em ganhar fama. Direcionariam suas atuações para influenciar os centros de decisão. Discretos, não desenvolveriam suas linhas de pensamento em termos do pulsar da economia de mercado. Teriam, portanto, uma visão e atuação estratégicas da política internacional dos Estados Unidos.

Registra-se, todavia, que, muitas vezes, alguns nomes dos mais importantes do atual governo norte-americano são apontados como não fazendo parte de nenhum dos dois grupos, a exemplo de Donald Rumsfeld, chefe do Pentágono (muito embora tenha participado da criação do PNAC) e Colin Powell, chefe da Diplomacia.

No conjunto, essas pessoas se distinguiriam por suas posições conservadoras de direita. Todavia os neoconservadores teriam uma hegemonia, embora contestada, por exemplo, pelos membros das tendências mais de esquerda de instituições como *The American Prospect*, que não identificam nem mesmo um consenso, mas uma tendência majoritária conservadora na opinião pública. (NATALI, ONGs desafiam poder neoconservador. In: Folha de São Paulo, 29/06/2003: A22).

Não obstante as divergências sobre o relevo dos neoconservadores no momento atual, quando se pode identificar o começo de suas iniciativas? Quando e de que forma começaram a externar a crença de que os Estados Unidos, e unica-

mente os Estados Unidos, são o centro do jogo internacional de poder e que nessa condição devem impor sua lógica, quando necessário, pela força?

Na reportagem intitulada “Der verlogene Krieg” (“A guerra mentirosa”), o semanário alemão Stern ([stern.de/politik/ausland](http://stern.de/politik/ausland)-18.3.2003) informa que, na primavera de 1997, foi constituída uma organização, em um prédio não muito distante da Casa Branca, com o pragmático nome de *Projeto para um Novo Século Americano* – PNAC, sua sigla em inglês. Essa entidade deu-se a seguinte incumbência: *promover a liderança global da América*. (Trata-se do domínio mundial americano no novo século?). Entre seus membros fundadores somam-se Richard “Dick” Cheney, R. James Woolsey (antigo Chefe da CIA), Elliott Abrams, do Serviço de Segurança Nacional – NSC, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, assim como William Kristol, Robert Kagan e Ricardo Perle, todos publicistas e políticos de grande calibre ligados à indústria bélica.

Em 26 de janeiro de 1998, sugere um comunicado do PNAC ao novo mandatário da nação – intitulado “O honorável William J. Clinton, Presidente dos Estados Unidos” – a incluir em sua declaração de governo o seguinte:

*O Iraque tem, apesar da Inspeção da ONU, quantidade expressiva de armas de destruição em massa. A Diplomacia fracassou. Por isso tornou-se indispensável destituir militarmente do poder Saddam Hussein e seu governo.*

Para tanto, a política americana não deverá se deixar obstacularizar “por uma equivocada resistência do Conselho de Segurança da ONU”. A chamada para a guerra contra o Iraque sem uma Resolução da ONU é assinada “com a mais alta consideração” por dezoito personagens importantes do PNAC, dentre os quais: Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Richard Perle. O democrata Bill Clinton ignorou o escrito.

Durante a campanha presidencial de 2000, os neoconservadores e imperialistas apóiam o governador republicano do Texas, George W. Bush. No início de setembro, o PNAC solta um documento com o título “Reconstruindo a Defesa da América: Estratégia, Forças e Recursos para um Novo Século”. Os autores defendem nesse documento a dominância dos Estados Unidos em toda parte do mundo, sobre o ar, a água e a terra. Mesmo os espaços sideral e atmosférico deverão ser dominados pela América.

Com a eleição de Bush Jr., os chamados falcões republicanos aterrissam no governo: Rumsfeld assume o Pentágono; Wolfowitz torna-se seu imediato; e Perle,

conselheiro. No Ministério das Relações Exteriores, um representante do PNAC toma posse, Richard Armitage, como auxiliar de Colin Powell. Cheney, antigo ministro da defesa de Bush pai, torna-se Vice-Presidente.

Esses estrategistas partem da constatação de que “os Estados Unidos não enfrentam nenhum rival no momento” e sugerem que “[a] estratégia maior da América deveria ser a de preservar e projetar no futuro, tanto quanto possível, essa posição vantajosa”. Advertem em um documento de setembro de 2002: “Nossas forças serão poderosas o suficiente para dissuadir potenciais adversários de empreenderem uma escalada militar na esperança de ultrapassar ou igualar o poder dos Estados Unidos”.

A partir de quando se pode identificar inequivocamente alguns dos passos que vão ser dados pelo novo governo para tentar implementar tão ambiciosa e vasta (e devastadora?) estratégia?

Os horripilantes atentados às Torres Gêmeas em Nova York e ao Pentágono em Washington parecem ser um divisor de águas a dar argumentos e capa de legitimidade à corrente neoconservadora para agir. Evidentemente que não sem contestações internas e mundo afora.

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, o Governo Bush divulga a informação de que não somente Osama bin Laden, como também Saddam Hussein, estariam por trás do terror, apesar de a própria CIA até hoje não ter encontrado nenhuma prova sobre isso.

Em sua Fala à Nação, em 29 de Janeiro de 2002, Georg W. Bush pronuncia-se: “O Iraque, o Irã e a Coreia do Norte formam o Eixo do Mal”. Registre-se que esses três Estados não mantêm nenhuma ligação entre si. Todavia, segundo Matthias Rüb, do jornal alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ.NET, 30/01/2003: Nr.25), Bush convenceu os americanos.

Dos três membros do imaginado “Eixo do Mal”, o antigo aliado Iraque é colocado em linha de colisão com os interesse estratégicos calculados pelos precursores do PNAC. A guerra passa a ser questão de tempo para a mobilização (campanha psicológica para angariar a opinião pública interna, deslocamento de tropas e apoio logístico para o teatro de guerra etc.). Endossam essa interpretação algumas explicações de membros do círculo de influência do governo Bush. Assim é que, em 17 de agosto de 2002, um dos precursores do PNAC, Gary Schmitt, declara em entrevista a um programa de TV: “uma guerra contra o Iraque já está decidida”. Na entrevista, foi ainda esclarecido que o petróleo seria um dos principais motivos para a guerra.

Muitos outros sinais foram dados, demonstrando que a guerra era iminente.

Cita-se a apresentação da Nova Estratégia de Segurança, feita pelo Presidente Bush ao Congresso norte-americano em 17 de setembro de 2002, que passa a ser denominada de Doutrina Bush. Note-se que o grosso dessa doutrina origina-se consideravelmente do documento do PNAC, “Reconstruindo a Defesa da América”, anteriormente mencionado, e que um de seus pontos polêmicos e cruciais vem a ser o que apregoa a prerrogativa do direito (norte-americano) de se fazer “guerra preventiva”.

### **Iraque, 2003: “objetivos claros e limitados”**

Muito se escreveu e se falou contra ou a favor da motivação para a Guerra do Iraque. Mesmo livros foram escritos, a exemplo de “Iraque, Plano de Guerra (Dez Razões contra a Guerra ao Iraque)”, de Milan Rai. Nessa obra o autor, ainda no ano de 2002, esclarece que

*O cerne deste livro é um exame das políticas adotadas pelos EUA e a Grã-Bretanha em relação ao Iraque nos últimos 12 anos. É evidente, a partir do registro histórico, que, ao longo desse período, Washington vem sabotando persistentemente tanto a oposição democrática iraquiana quanto os inspetores de armas da ONU, enquanto joga conversa fiada para ambos.*

*Os EUA participaram ativamente da implosão da primeira agência de inspeção de armas da ONU, a UNSCOM, primeiramente infiltrando nela seus espiões, usando-a para obter informações sobre as lideranças e coordenando pelo menos uma inspeção da UNSCOM de modo a criar uma atmosfera de confrontação, e a seguir instruíram a UNSCOM a retirar-se do Iraque, em novembro de 1998. No correr do ano de 2002, Washington fez o que pôde para sabotar a nova agência de inspeção, UNMOVIC, recusando-se, por exemplo, a garantir que não bombardeariam o Iraque se os inspetores recebessem autorização para retornar ao país. (RAI, 2003: 1516).*

Um dado é de singular importância nas declarações de Milan Rai: o que chama atenção para o fato de que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha já há doze anos vêm criando um clima de confronto com o Iraque; ou seja, bem antes do governo de George W. Bush. Todavia é esse governo, talvez favorecido pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, que vai dar continuidade e intensificar

o processo de criação da imagem de Saddam Hussein e seu governo como o “outro”, o inimigo a ser abatido, o inimigo que desenvolve e pode vir a proliferar armas de destruição em massa, com o risco (iminente) de passá-las para terroristas, notadamente a Al-Qaeda de Osama bin Laden, o tido e havido mentor dos atentados contra as Torres Gêmeas e o Pentágono.

Bases verdadeiras ou não dos dados tornam-se irrelevantes para os condutores da política norte-americana. Primordial é que aqui há elementos para mexer com a abalada psicologia social dos norte-americanos, depois dos traumáticos acontecimentos do 11 de setembro. Um castelo de verdades (o risco e perigo do terrorismo), de meias verdades (Osama bin Laden é o terrorista que tem ligações com Saddam Hussein, e esses estariam por trás dos atentados em Nova York e em Washington) e de controversias (o Iraque deteria armas biológicas como os vírus do antrax e da variola e a bactéria do botulismo, terríveis armas químicas de destruição em massa) é construído em clima de insegurança, quando inclusive algumas pessoas recebem correspondências mortíferas com o vírus do antrax, vindo algumas a falecer.

Enfim, os preparativos se ultimam e, mesmo sem a resolução da ONU e sem o apoio de tradicionais parceiros, os Estados Unidos, coligados com a Grã-Bretanha, fazem a guerra. Deslanchado o início do abrir fogo, o presidente George W. Bush faz um pronunciamento ao povo iraquiano, em que afirma:

*Os objetivos da nossa coalizão são claros e limitados. Nós terminamos um regime brutal, cuja agressão e armas de destruição em massa representam uma ameaça sem par para o mundo. As tropas aliadas ajudarão a guardar o direito e a ordem, para com isso o Iraque poder viver em paz.* (Die Ansprachen von Bush und Blair an das irakische Volk/stern.de/politik/ausland-10/4/2003: 1).

As palavras de W. Bush são secundadas pelo pronunciamento do Premier britânico Tony Blair:

*Nós não queríamos essa guerra. Porém quando ele [Saddam Hussein] se nega a entregar as armas de destruição em massa, Saddam não nos deu outra escolha a não ser agir. Agora a guerra começou e será levada até o fim. Nosso inimigo é Saddam Hussein e seu regime e não o povo iraquiano. Nossas tropas são amigas e libertadoras do povo iraquiano e não tropas de ocupação. Elas não permanecerão no Iraque nem um dia a mais do que o necessário.* (Die Ansprachen von Bush und Blair an das irakische Volk. Op. Cit.: 2)

E quem decide o que é “o necessário”? E como fica a credibilidade dessas declarações face às denúncias de “distorções” de conteúdos de relatórios dos (seus) serviços de inteligência para ampliar “a ameaça sem par para o mundo” representada pelo Iraque? Sem dúvida que não a ONU, que foi alijada do jogo de decisões.

### **Facetas da guerra: desprestígio da ONU e cizânia na OTAN**

A guerra unilateralmente é dada por finda; a ONU, dispensada para legitimar a ofensiva da coalizão Estados Unidos-Grã-Bretanha contra o Iraque, é oficialmente “convidada” a suspender o embargo econômico imposto àquele país, o que, por bom senso, termina ocorrendo, e com isso os Estados Unidos têm o caminho livre para comercializar o petróleo iraquiano.

Feridas foram abertas não somente no palco da guerra, mas também em outras instâncias de primordial importância para a sustentação da Ordem Internacional desenhada no pós-Segunda Grande Guerra, a exemplo da própria ONU e da OTAN (a bem da verdade registra-se que os problemas dessas duas instituições são bem antigos).

Os entrevistos verbais entre a França e a Alemanha, de um lado, e os Estados Unidos, do outro, pela primeira vez colocaram membros cruciais da OTAN em lados opostos, em divergência diplomática aberta face a uma guerra localizada. Aqueles dois países foram desqualificados pelo Ministro da Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, como “Velha Europa”, porque negaram apoio à estratégia de guerra norte-americana. O objetivo de tal afronta é claro: dividir a Europa. Mas, na visão de Markus Deggerich, do semanário alemão Spiegel, “com esse ataque verbal contra a França e a Alemanha, ele talvez fez mais pela amizade franco-alemã e pela unificação europeia do que 40 anos de Tratado de Eliseu”, posto agora muitos cidadãos passarem a se sentir ofendidos não por serem franceses ou alemães, mas europeus e “agora não mais dizem: tenho orgulho de ser alemão ou francês, mas: tenho orgulho de ser europeu.” Ainda segundo aquele magazine, isso teria sido incentivado um sentimento de identificação europeia. Na mencionada reportagem daquele semanário, Bernd Posselt, político europeu da CSU (União Social-Cristã), foi mais enfático e nomeou a fala de Rumsfeld como “neocolonialismo”: “Os Estados Unidos têm que aprender que a União Europeia é parceira e não protetorado.” (DEGGERICH, Der Stoltz, ein alter Europäer zu sein, spiegel.de/politik/ausland, 23/1/2003)

Um dos significados da contenda diplomática e motivo da inquietação nor-

te-americana vem a ser o fato de que pela vez primeira membros importantes da OTAN ensaiam posições de política externa independentes das coordenadas norte-americanas.

Por esses e outros motivos, a guerra ao Iraque tem significados próprios, de alcances ainda não totalmente delineados, vez que ainda não se cicatrizaram todas as suas feridas e, por conseguinte, torna-se difícil avaliar até que ponto foram circunstanciais, ou não, o desprestígio da ONU, a cizânia no seio da OTAN, a projeção política da ambição de estruturar o futuro como “propriedade norte-americana”.

Mal a guerra ao Iraque foi dada por acabada, as atenções dos chamados falcões (os proeminentes neoconservadores) dirigem-se em parte para a Síria. Próxima marcha seria a caminho de Damasco? Têm os Estados Unidos condições morais e éticas de empreenderem outra guerra preventiva, se até agora as armas de destruição em massa do Iraque não foram encontradas? O poder norte-americano seria tão avassalador que questões tais como legitimidade, credibilidade de informações, lealdade de tradicionais aliados seriam superficiais? Em outras palavras: teriam os neoconservadores razão em suas declarações quanto ao poder hegemônico, sem par e incontestado, dos Estados Unidos?

### **Peças se movem também na Ásia Central – estruturando o futuro?**

Quicá seja interessante contextualizar esses propósitos de supremacia global também com a Guerra no Afeganistão, à caça de Osama bin Laden.

Em um depoimento ao repórter Lutz C. Kleveman, do semanário alemão Spiegel (Der Kampf ums kaspische Öl: Pax Americana in Zentralasien- [spiegel.de/politik/ausland/0,1518,k-2529,00.html](http://spiegel.de/politik/ausland/0,1518,k-2529,00.html)-5.9.2003), Fátima Gayazova, Chefe-Redatora de um canal local de televisão de Bischkek (menor país da Ásia Central, desmembrado da antiga União Soviética), emite sua opinião sobre a presença de uma base aérea norte-americana em seu país e naquela região, em busca de Osama bin Laden: “Os americanos permanecerão [aqui], pelo tempo que quiserem. Um Afeganistão inseguro será sempre um pretexto perfeito para se controlar a Ásia Central”.

Políticos das potências da região temem a movimentação das peças do tabuleiro de xadrez da Ásia Central. O Vice-Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Viktor Kalyushny manifesta-se na referida matéria do Spiegel: “Nós até agora lutamos lealmente ao lado dos americanos contra o terror, porém eles devem se retirar da Ásia Central, tão logo encontrem Osama bin Laden.”

Opiniões mais temerosas são pronunciadas para o semanário pelo executivo da companhia petrolífera estatal chinesa (CNPC), Zheng Chenghu: “Os americanos estão aqui por causa do petróleo cáspico.” Ele é de opinião que “os Estados da Ásia Central se inclinarão mais ainda a assinar contratos com firmas petrolíferas norte-americanas, e não com eles.” Quanto às bases instaladas pelos Estados Unidos na região, representariam, em seu entendimento, “uma ofensiva contra a China”: “Os Estados Unidos têm tropas no Japão, em Taiwan, na Coreia do Sul, no Paquistão e agora aqui – a China está sendo cercada.”

Fato é que, no pós 11 de setembro de 2001, pela primeira vez tropas norte-americanas estacionaram no território da antiga União Soviética desde o fim da Guerra Fria, assinala Lutz C. Kleveman. Com isso alguns foguetes norte-americanos estão a quatrocentos quilômetros de alvos chineses.

Desse painel esboçado até aqui, pode-se quicá identificar uma movimentação norte-americana no sentido de alargar – mais ainda – sua hegemonia, de aprofundar a construção de sua supremacia global sem precedentes.

### **Palavras finais**

A bordo do porta-aviões “Abraham Lincoln”, Oceano Pacífico, costa da Califórnia, uma quinta-feira, 01 de maio de 2003, George W. Bush, presidente dos Estados Unidos da América, agradece e enaltece pela vitória as tropas americanas que lutaram no Iraque e faz um alerta geral ao mundo:

*O uso da violência sempre foi e permanece nosso último meio. Mas todos, amigos e inimigos igualmente, devem saber: nossa nação tem uma missão. Nós reagiremos às ameaças da nossa segurança e defenderemos a liberdade. Nossa missão é permanente. Os inimigos da liberdade não estão inativos e nós também não. (“Eine Kombination aus Präzision, Tempo und Kühnheit” -spiegel.de/politik/ausland – 02/5/2003).*

Altruisticamente, em nome da liberdade e da segurança se faz a guerra? Messianicamente se assume a missão de defender a liberdade e a segurança – onde quer que a ameaça se materialize? Aqui não se pode reconhecer o uso retórico do espírito do *Destino Manifesto* e da sombra de ideais do Iluminismo (liberdade e paz)?

Alex de Tocqueville constatou que, para melhor compreender a Revolução Francesa de 1789, teria que conhecer a sociedade que a revolução ia destruir.

Debruçou-se sobre as fontes para estudar a monarquia e chegou à seguinte conclusão:

*À medida que progredia neste estudo, admirava-me ao rever em todos os momentos da França dessa época muitos traços que impressionam na França de hoje. Reencontrava um sem-número de sentimentos que pensava nascidos da Revolução, um sem-número de idéias que até então pensava oriundas exclusivamente dela, mil hábitos que só a ela são atribuídos, e por toda parte encontrava as raízes da sociedade atual profundamente implantada nesse velho solo.” (TOCQUEVILLE, 1989: 44).*

A propósito do tempo presente, Michael Hardt e Antonio Negri sustentam a tese de que “O império está se materializando diante de nossos olhos.” E vaticinam:

*O Império exaure o tempo histórico, suspende a História, e convoca o passado e o futuro para dentro de sua própria ordem ética. Em outras palavras, o Império apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário. (HARDT & NEGRI, 2000: 11, 29).*

E alertam:

*O Império vindouro não é americano e os Estados Unidos não são o seu centro.*

*O princípio fundamental de Império, como descrito por nós neste livro, é que seu poder não tem um terreno ou centro efetivo e localizável. O poder imperial é distribuído por redes, por intermédio de mecanismos móveis e articulados de controle. Não quer dizer que o governo americano e o território americano não sejam diferentes de outros: os Estados Unidos certamente ocupam uma posição privilegiada nas segmentações e hierarquias do Império. (HARDT & NEGRI, op. cit.: 406-407).*

Se tomarmos como plausíveis as considerações de Hardt & Negri, o centauro que se inicia não é um “novo século americano”. Todavia, de onde emana a nova ordem, senão da antiga, como observou Tocqueville? E quão pouco extraordinariamente novo parece ser o momento atual, se nos debruçarmos sobre a trajetória norte-americana na construção e consolidação de sua hegemonia no Hemisfério Ocidental?

Considerando-se as peças que se movem no cenário internacional, as quais se deixam identificar de forma um pouco mais clara (talvez porque noticiadas diariamente para o grande público globalizado) nas circunstâncias da guerra ao Iraque, ou melhor, nas reações americanas pós-11 de setembro – tanto em relação ao Iraque, como ao Afeganistão (sem entrar no mérito da ordem interna nos Estados Unidos), pode-se conjecturar que ainda é mais do que muito cedo para denominar o novo século; todavia seu primórdio é sem dúvida de demonstração de força e avanço estratégico do poder e domínio hegemônico americanos e nele o petróleo (ainda) ocupa lugar central.

### Referências bibliográficas

\*Os textos em línguas estrangeiras foram traduzidos livremente para o português pela autora.

- About the United Nations/History. In: <http://www.un.org/aboutun/history.html>
- ARON, Raymond. República Imperial. *Os Estados Unidos no mundo pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da UFRJ, 2001.
- DALLIN, Alexander. *A conduta soviética nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: GRD, 1964
- Deggerich, Markus. Der Stolz, ein alter Europäer zu sein. In: Spiegel Online 23.01.2003. <http://www.spiegel.de/politik/ausland.html>
- Der verlorene Krieg. Protokoll. In: Stern Online, 18.03.2003. <http://www.stern.de/politik/ausland/html>
- Die Ansprachen von Bush und Blair an das irakische Volk. Wortlaut. In: Stern Online. 10.04.2003 <http://www.stern.de/politik/ausland>
- “Eine Kombination aus Präzision, Tempo und Kühnheit”. In: Spiegel Online, 02.05.2003. <http://www.spiegel.de/politik/ausland.html>
- Ex-espião dos EUA acusa Bush de exagero. In: Correio Braziliense, Brasília, 07.07.2003, p. 10.
- Franz, Angelika. Panamakanal. Der grose Graben. In: Stern Online. 19.02.2002. <http://www.stern.de/politik/ausland>
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- HOPKINS, Terence K. U., WALLERSTEIN, Immanuel Maurice et al.. *The Age of*

*Transition*. Trajectory The World-System 1945-2025. Australia: Pluto Press, 1997.

KENNAN, George F. *La Diplomatie Américaine, 1900-1950*. Paris: Calmann-Levy, 1952.

\_\_\_\_\_. *Russia, the Atom, and the West*. London: Oxford Press, 1958

\_\_\_\_\_. *Russia and the West, under Lenin and Stalin*. USA: Mentor Book, 1961.

KLEVEMAN, Lutz. Pax Americana in Zentralasien (Der Kampf ums Kaspische Öl(5)). In: SpiegelOnline. 28.08.2002 <http://www.spiegel.de/politik/ausland.html>

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LABIN, Suzanne. *O duelo Rússia X U.S.A*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

NIESS, Frank. *Der Koloss im Norden. Geschichte der Lateinamerika-Politik der USA*. Köln: Pahl-Rugenstein, 1984.

MAZOWER, Mark. *Continente sombrio*. A Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MENEZES, Albene Miriam F. *Sistema Interamericano*: pressupostos Doutrinários da hegemonia norte-americana. In: BRANCATO, Sandra et al. (orgs). III Simpósio Internacional: Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais – 500 anos de História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MENDES, Armando Nobre. Sem vergonha de ser império. In: Carta Capital. (São Paulo), 23.04.2003. Ano IX, nº 237, pp. 50-59.

NATALI, João Batista. Estados Unidos. ONGs desafiam poder neoconservador. In: Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 29.06.2003. A22.

RAI, Milan. *Iraque. Plano de Guerra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RENGGER, N. J.. *International Relations, Political Theory and the Problem of Order*. Beyond International Relations Theory? London & New York: Routledge, 2000.

ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1987.

RÜB, Matthias. Die Amerikaner hat Bush mit seiner Ansprache überzeugt. Der auftritt des Präsidenten vor den Kongress-Abgeordneten. In: <http://www.faz.net>, 30.01.2003.

SELLERS, Charles et al.. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. De colônia a potência imperial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: EdUnB, São Paulo: Hucitec, 1989.

Vidal, Gore. “Nós, o povo”, somos o verdadeiro inimigo. In: Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 25.05.2003. A 24.

WOODS, Ngaire. *Explaining International Relations since 1945*. USA: Oxford University Press, 1996.

YERGIN, Daniel. *O petróleo*. Uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1992.

YOUNGS, Gillian. *International Relations in a Global Age*. A conceptual Challenge. Cambridge, UK: Polity Press, 1999.

### Resumo

O ensaio enfoca a problemática da configuração da hegemonia unipolar dos Estados Unidos e os possíveis significados da guerra do Iraque nesse processo. Traça um painel das “portas abertas” na América Latina na construção da hegemonia norte-americana nesse continente na primeira metade do século XX. Enfoca a questão do petróleo no jogo de poder pela hegemonia mundial.. Chama atenção para o mérito das doutrinas no jogo político. Aborda a posição do neoconservadorismo e sua ambição em estruturar o futuro como “propriedade norte-americana” e as opiniões de figuras de países com interesse na Ásia Central sobre a presença dos Estados Unidos naquela região para combater terroristas.

Palavras-chave: novo século americano, guerra pela hegemonia global, estratégia para conquistar o futuro

### Abstract

The essay focuses on the problematic configuration of the unipolar hegemony of the United States and the possible meanings of the war against Iraq. It portrays a panel of the “open doors” in Latin America in the construction of the american hegemony in the continent during the first half of the twentieth century. It also deals with the oil issue in the context of power dispute for world hegemony, highlighting the importance of doctrines in the political scenario. Finally, it focuses on Neoconservatorism and its ambition to forge the future as “America’s property”



and on the opinions of representatives of countries with interest in Central Asia regarding the presence of the United States in that region to fight terrorists.

Key words: American hegemony, hegemonic war, strategy

### **Resumen**

El ensayo enfoca la problemática de la configuración de la hegemonía unipolar de los Estados Unidos y los posibles significados de la Guerra de Irak en ese proceso. Da una pincelada sobre las “puertas abiertas” en América Latina en la construcción de la hegemonía estadounidense en ese continente a lo largo de la primera mitad del siglo XX.

Enfoca la cuestión del petróleo en el juego de poder en la búsqueda de la hegemonía mundial. Aborda la posición del neoconservadorismo y su ambición en estructurar el futuro como “propiedad estadounidense” así como las opiniones de figuras de países que demuestran interés en Asia Central sobre la presencia de los Estados Unidos en aquella región con el propósito de combatir terroristas.

Palabras clave: nuevo siglo americano, guerra por la hegemonía global, estrategia para conquistar el futuro

**Rubens de Oliveira Martins**

Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília; Professor do Departamento de Estudos Sociais da UPIS.

## ***Reflexões teórico-metodológicas sobre a análise do processo de construção de políticas de ensino superior no Brasil***

### **Introdução**

“A atividade diversificante, ou de imaginação, ou de paralogia na pragmática científica atual, tem por função revelar estes metaprescritivos (os pressupostos) e de pedir para que os parceiros aceitem outros. A única legitimação que ao final das contas torna aceitável esta démarche, seria a de que produziria idéias, isto é, novos enunciados.” (LYOTARD, 1998: 117)

Empreender uma discussão metodológica implica tentar discutir quais as formas de produzir conhecimento, isto é, discutir os limites do campo da ciência, suas explicações, argumentos e pontos de vista, sem transformá-los em uma nova “religião”.

Trata-se de discutir que contribuições e problemas a ciência tem diante de si na modernidade, desafiada pela emergência de novas áreas, como a biotecnologia, e pelo cenário da globalização, que inaugura um conjunto de problemáticas inéditas acerca dos limites entre a técnica, a ciência e a posição do homem diante delas.

Defrontar-se com a análise metodológica exige que se reflita sobre o jogo de forças envolvido nas tentativas de superação dos paradigmas da ciência estabelecida e as resistências que defendem sua pertinência e manutenção. As questões colocadas podem ser então: qual a legitimidade de uma forma de conhecimento que pretende definir problemas “legítimos” de serem investigados? Que bases explicam as decisões tomadas no tratamento de determinados problemas? Qual o tipo de racionalidade envolvido nas explicações oferecidas para os problemas e em que grau essa racionalidade tem pretensões de universalidade?

A sociologia também foi influenciada por essa idéia de universalidade, desde suas origens na filosofia positivista de ciência, na medida em que buscava aproximar-se das noções de perenidade e de conformidade presentes nas ciências naturais. A perspectiva de que o conhecimento científico pudesse estar legitimado por uma metodologia para além do “senso comum” resultou, muitas vezes, no ideal

de ciência análoga a um “espelho” do real, capaz de desvendar seus meandros e de explicar a totalidade dos fatos.

É certo que essa origem positivista teve papel fundamental na superação das especulações metafísicas ou teológicas, mas também resultou na tendência que enfatiza a observação empírica e sua possibilidade de comprovação absoluta.

Entre os clássicos da sociologia, Durkheim, Marx e Weber, encontraremos o embate desses pontos de vista, que podem ser resumidos na dialética entre indivíduo e sociedade, em busca da definição de qual é, afinal, o lugar dos sujeitos na vida social e na produção de conhecimento científico.

Ao nos deparar com tais questões, podemos, pois, aproximar-nos da proposição de Haguette:

*O jogo entre a permanência (estrutura) e o movimento (ação social) representa, de fato, o componente básico da sociedade (...) Nem são as estruturas as responsáveis pela manutenção da sociedade, nem são as ações sociais que a movem. São as duas – estruturas e ações – que tornam a sociedade possível e que fazem a modelagem de seu caráter ora na direção da permanência, ora na direção da mudança. (HAGUETTE, 2000: 211)*

Que metodologias seriam capazes de contemplar os modernos desafios de uma subjetividade que não se resume apenas no delineamento das fronteiras entre certeza e incerteza? Quais as possibilidades para a produção do conhecimento científico legítimo que compatibilize objetividade e subjetividade? Enfim, em sociologia, podemos falar em “metodologia” ou em “metodologias”?

Essas questões apresentam-se como fundamentais para legitimar qualquer tentativa de análise sociológica que não se configure nem como inocente, nem como falseadora da complexidade do real. Trata-se de discutir metodologicamente as possibilidades de explicitação dos pressupostos e das posições em jogo no desenvolvimento e legitimação do saber científico sobre a sociedade.

Enfim, concordamos com Bourdieu, quando se refere à força de manutenção presente na ideologia do pensamento conservador, que muitas vezes mascara os pressupostos do saber científico:

*Nós sociólogos, sem fazer denúncias, podemos empreender o desmonte dessas redes e mostrar como a circulação de idéias é lastreada por uma circulação de poder. (BOURDIEU, 1998: 75)*

A clareza dessa tarefa, e das dificuldades que nela estão inseridas, será a garantia de uma metodologia capaz de evitar a sua própria reificação e a dos saberes que ela se presta a apresentar como “justificados”, para explicitar o caráter de “construção” de objetos de análise muitas vezes arbitrária e contingente da ciência.

### **Reflexões metodológicas sobre o tema das políticas de educação superior**

Ao empreender a análise das recentes políticas do ensino superior estaremos próximos da vertente que se filia à “Sociologia do Conhecimento”, ou seja, a abordagem sociológica que entende a necessidade de conhecer as origens sociais para compreender adequadamente os modos de pensamento, sem separá-los do contexto de ação coletiva<sup>1</sup>.

Tal análise, porém, deve evitar ater-se a grandes sistemas teóricos, baseados em conceitos absolutos, cuja adoção faz correr o risco de aceitar conclusões que forcem a realidade a adaptar-se à teoria. Assim, a primeira tarefa metodológica consiste na discussão dos próprios conceitos utilizados para problematizar a realidade:

*...a estrutura teórica das ciências sociais tem sofrido a incrustação de certos pressupostos, e em muitos casos, de preconceitos ou de raciocínios apriorísticos, desprovidos de qualquer justificação teórica ou empírica, os quais devem ser elucidados, analisados e substituídos por premissas mais justificáveis. (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996: 84)*

Procedendo dessa forma, pode-se analisar e discutir os procedimentos metodológicos que, uma vez explicitados e decifrados, permitem tentativas de respostas aos problemas relativos à elaboração de políticas de educação superior, ao mesmo tempo em que se identifica o “lugar” de onde o discurso científico é enunciado.

Toda recorrência a argumentos teóricos aqui elencados está baseada na convicção de que não há teoria sem metodologia, isto é, sem pressupostos que precisem estar explícitos e serem discutidos.

Esta é a mesma abordagem de Boaventura Santos, ao referir-se às duas rupturas epistemológicas – primeiro, o abandono radical do senso comum; segundo, a necessidade de superar essa ruptura inicial para gerar uma nova relação entre contemplação/ação – necessárias para que a ciência moderna, em especial as ciên-

cias sociais, possa ter ampliada sua permeabilidade social (idéia de “auditório universal”) e assim ser legitimada democraticamente, permitindo revelar seu caráter por vezes inacabado e sujeito a refutações e correções:

*A concepção retórica da ciência pretende levar às últimas conseqüências o processo de desdogmatização da ciência e o seu pressuposto de restituir, tanto quanto possível sem mistificação, a prática concreta dos cientistas. (SANTOS, 1989: 104)*

Ao tentar compreender um determinado campo estruturado de forças sociais, que possui problemas específicos, como o campo das lutas pela definição de políticas de educação superior, é preciso considerar a reflexão sociológica sobre as especificidades do que tem sido convencionalmente nomeado de “modernidade”, delimitando claramente as abordagens apresentadas<sup>2</sup>.

Ao acompanhar, por exemplo, as reflexões de Giddens sobre as especificidades da “alta modernidade”, temos um ponto de partida para problematizar a atualidade ou o anacronismo das categorias tradicionalmente utilizadas pelos atores do campo político.

Assim, discursos sobre o papel da educação superior, sobre o significado da universidade, sobre as relações entre conhecimento e atividade prática, entre outros, devem ser matizados de acordo com o conceito apresentado.

É preciso identificar ainda o conceito de “modernidade” e seus significados dentro de cada abordagem teórica, sem perder de vista que se trata de uma categoria de explicação não totalizadora, mas que apenas nos serve de orientação.

A análise rigorosa desse tema exige a referência às discussões contemporâneas sobre as mudanças ocorridas na forma de produção do conhecimento, seus novos *loci*, as novas relações que emergem no cenário atual, bem como os novos atores que surgem e definem situações estratégicas<sup>3</sup>.

Além desses caminhos de investigação, encontramos outra idéia recorrente no atual debate sobre as novas e pouco exploradas possibilidades do fenômeno da globalização moderna: referimo-nos ao conceito de “reflexividade” (GIDDENS, 1991) e às noções de risco e incerteza que ele implica<sup>4</sup>.

Tal referência nos ajuda a construir um referencial teórico capaz de encaminhar a problemática da existência de interesses e resultados paradoxais, nem sempre controláveis, atuando também no campo das decisões sobre políticas públicas em educação.

A análise sociológica dos discursos necessita ainda de um cuidado adicional: deve ser empreendida a partir da compreensão de que os mesmos estão inseridos em determinados campos e que, ao se apresentarem como “universais” e “científicos”, acabam por escamotear sua parcialidade.

Aqui reaparece a problemática da precariedade do conhecimento, que tem implicações na condição do pesquisador, cuja certeza sobre o grau de permanência do conhecimento produzido é sempre frágil.

Desse ponto de vista deve interessar ao cientista social o debate de como conciliar essa perspectiva com aquelas pretensões absolutas que os diferentes discursos sobre educação superior enunciam, a partir da busca da legitimidade oficial e “científica” substitui ou esteriliza a dimensão política desse embate.<sup>5</sup>

O desenvolvimento da investigação a partir destas notas metodológicas possibilitará estabelecer o diálogo entre esses diferentes instrumentos conceituais e situações *sui generis*, como por exemplo a elaboração de políticas públicas.

Mais ainda, a partir destas considerações poderemos investigar quais as justificativas apresentadas para integrar conhecimento e intervenção na realidade, o que recoloca a questão da manutenção do poder legitimado por um discurso “competente” (CHAUI, 2000)

O olhar sociológico capaz de apreender tal processo deve incluir então uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo que também contribuem para a construção desse mundo, pois:

*...dependente dos pontos de vista determinados pela posição no espaço social: os agentes têm uma apreensão ativa do mundo....constroem sua visão de mundo coagidos pelas estruturas em que se encontram.* (BOURDIEU, 1990: 157)

A opção pela abordagem metodológica proposta por Bourdieu implica a aceitação de sua “trilogia” dos atos epistemológicos, ou seja, das formas de produzir conhecimento, que se apresenta nos momentos da ruptura, construção e de constatação (BOURDIEU, 1999).

Em seu primeiro momento, a ciência estaria construída contra o senso comum, como uma cisão necessária e radical, de forma a superar a chamada “tentação empirista” que deseja assumir como um espelho a sociedade, conforme ela aparece aos sentidos.

Aqui se opera uma divisão entre realidade e conhecimento que, em sociologia, nasce com Durkheim e sua concepção de fatos sociais com propriedade e

regras próprias para sua observação: aqui o verdadeiro e o falso, o “normal” e o “patológico” apresentar-se-iam pelo discurso da ciência.

Essa cisão inicial, no caso da análise das políticas de educação superior, é por nós compreendida como o pressuposto e ponto de partida de uma investigação que tentará identificar a real existência de um discurso do senso comum em relação a esse tema, seja ele discurso desinformado, seja ele construção proposital.

Somente a partir desse “estranhamento” da realidade pode-se superar de forma adequada esse obstáculo à ruptura necessária demandada por um saber que, pelo menos a princípio, pretende apresentar-se como rigoroso.

Ao romper com o real tal qual se apresenta, é preciso construir novos problemas de forma rigorosa, demarcados pelo discurso da ciência, a partir da elaboração de categorias capazes de compreender as conseqüências derivadas do momento atual da sociedade capitalista.

Trata-se agora de um olhar “qualificado”, produtor de hipóteses que sempre estão intimamente conectadas ao tipo de ruptura originalmente operada: são tentativas de explicação somente compreendidas a partir da transparência de suas origens e sua história.

Nesse momento, pode-se considerar a hipótese da tendência de manutenção e de cristalização de discursos tradicionalmente enunciados sobre as políticas de educação superior, a partir dos atores envolvidos nesse campo.

Tal hipótese, a partir da ruptura inicial, pretende inserir a categoria de “mal entendido” dentro das relações dialógicas entre os atores do campo, caracterizando uma abertura para pensar tanto a genealogia desses discursos quanto o grau de latência e de legitimação que cada ator mobiliza a partir da posição ocupada.

Finalmente, resta o trabalho de planejamento da pesquisa empírica e de desenvolvimento integrado das questões teóricas anteriormente produzidas, com a necessidade de enunciar de forma explícita “como” e “de onde” se fala, quais os pressupostos dessa ciência e que limites se colocam às suas técnicas, que jamais podem ser vistas como “artefatos” neutros.

Se os discursos encontram-se cristalizados e ambicionam ser portadores da “verdade”, então o próprio discurso científico que pretende analisar tal situação precisa também se questionar sobre que posição ocupa nesse embate e quais as garantias que oferece para um saber distinto daqueles que pretende criticar. Não se pode, ainda, imaginar que a opção por se debruçar sobre tal temática seja ela mesma “neutra”, mas é preciso inseri-la no contexto que determinou tal escolha.

Essas indagações – que desejam mostrar como se dá a estratégia de quem “sai na frente” e consegue orientar o desfecho das querelas eventuais – estão

conectadas às reflexões sobre a construção de espaços sociais e as lutas simbólicas neles travadas para sua constituição ou manutenção.

A legitimação dos discursos oficiais, como é o caso do discurso do MEC, capaz de “inaugurar” o processo de discussão sobre determinado tema, liga-se às possibilidades de estabelecer os limites do debate, e por isso mesmo, controlá-lo.

No processo de legitimação do discurso (luta simbólica para a produção de uma visão de mundo aceita pelo senso comum), os agentes investem o capital simbólico<sup>6</sup> que pode ser garantido pela esfera da competência socialmente reconhecida. Aqui, os detentores de um sólido capital simbólico têm melhores condições de impor a escala de valores mais favorável a seus interesses.

O capital simbólico pode ser oficialmente sancionado e garantido, além de instituído juridicamente pelo efeito de nomeação oficial (monopólio da violência simbólica legítima) do Estado:

*A legalização do capital simbólico confere a uma perspectiva um valor absoluto, universal, livrando-a, assim da relatividade que é inerente, por definição, a qualquer ponto de vista, como visão tomada a partir de um ponto particular do espaço social.*(BOURDIEU, 1990: 164)

Cabe ainda o cuidado de situar os parceiros segundo seus interesses e afinidades: percebendo como se constroem os discursos de aproximação e de aliança, bem como suas dubiedades, e como se identificam “inimigos” comuns, reais ou não.

Participar de tal processo significa integrar-se ao princípio gerador do poder para esses grupos – definido pelo próprio campo simbólico – e ao sistema de diferenças constitutivas de sua estrutura.

Essas diferentes disposições, bem como os diferentes interesses – por vezes antagônicos – dos agentes situados no campo, definem novos embates para a conservação ou a melhoria de sua posição.

Assim, a disposição para “jogar” no campo está baseada na existência reconhecida do mesmo, isto é, poderíamos dizer que os atores participam do processo de discussão das diretrizes curriculares porque eles acreditam no valor desse “jogo” e em seus resultados.

Podemos, neste ponto, retomar o argumento de que estamos diante de um cenário de transição entre um modelo anterior de relacionamento entre os atores envolvidos na discussão de políticas públicas e um novo modelo a ser construído,

definido pelo redesenho resultante do novo balanço de forças políticas legitimadas.

Ao lado dessa transição na estrutura dos relacionamentos entre o atores existe ainda uma outra, que se refere às mudanças decorrentes das novas formas de oferta de educação superior, seus objetivos e amplitude no contexto da emergência da sociedade do conhecimento<sup>7</sup>.

Por meio da análise das posições e atuações desses atores, poderemos revelar o quanto ainda persiste de tendências inerciais de discursos e posturas que tradicionalmente eram empregadas em contextos anteriores ao atual, o que irá significar a tentativa de permanência e defesa de posições anacrônicas e não mais adequadas às demandas atuais.

Ao tornar explícitos tanto a história quanto o contexto que definem essas transformações, pode-se compreender, no processo de discussão das diretrizes curriculares, as lutas simbólicas pela legitimação dos discursos, as posições e aderências dos diferentes atores, revelando como se criam as condições de intervir e impor suas visões com mais ou menos sucesso.

Essa dupla transição – na estrutura do campo e na sociedade de conhecimento – determina, para nós, um momento de descompasso entre as situações em que se encontram os atores e suas formas de atuação.

O encadeamento desses problemas, quando referentes à definição das políticas de educação superior, coloca-nos diante de um campo de estudo complexo, permeado de componentes ideológicos que definem identidades e práticas para os atores nele envolvidos.

Para reconstruir esses discursos, é preciso enfrentar ainda o problema epistemológico e metodológico fundamental da posição do investigador diante de uma realidade que é a sua própria, exigindo cuidado, responsabilidade e honestidade diante de situações em que pode vir a ser tentador tomar partidos ou, pior ainda, ter em mente as respostas antes mesmo de empreender a investigação.

No trabalho sociológico, então, o investigador muitas vezes pode se assemelhar ao antropólogo, diante de um “outro” cujas diferenças são quase imperceptíveis, já que se trata de seu próprio mundo e seus valores.

A pertinência dessa hipótese está conectada também à estrutura específica das instituições de ensino superior, públicas e privadas, bem como ao ponto de vista da comunidade acadêmica, revelando o campo de forças em luta para fazer valer suas concepções da maneira mais afinada possível com seus pontos de partida.

Não se trata porém de fazer concessões à etnometodologia<sup>8</sup>, na qual apenas

deixaríamos os atores explicitarem seus discursos livremente, para a partir daí empreender a análise sociológica. Também não se trata do extremo oposto da objetivação, que assume a possibilidade de uma exterioridade utópica.

Cabe questionar como, a partir do campo delimitado “de fora” para os atores envolvidos, a decisão de participar dos processos pode tomar um caráter mais ou menos legítimo, ou ainda como pode vir a determinar o posicionamento final no saldo das estratégias de atuação e influência no campo específico.

Compreender-se-ão, dessa forma, as modificações identificadas no desenrolar do processo, no qual as idéias iniciais e seus princípios norteadores vão se transformando em novos conceitos, construídos e modificados pela dinâmica da discussão e suas lutas.

As posições adotadas inicialmente podem assim ser defendidas ou descartadas, aproveitando-se os espaços indefinidos ou não ocupados pelo discurso original que oficialmente deu lugar à discussão.

Ao mesmo tempo não se pode deixar de lado a ambição de que esse discurso oficial pudesse construir um processo coerente e claro, resultando em uma “obrigação” para explicar o mundo que dá margem a acusações de autoritarismo e de fechamento elitista *a priori* do debate.

A dinâmica de tal processo pode ser investigada ainda pela análise dos movimentos de ocupação das “brechas” iniciais, seja pela luta entre os próprios discursos oficiais, pois eles também se mostram múltiplos e desejosos de suplantarem uns aos outros por uma certa supremacia da razão primeira, seja pela estratégia dos demais atores.

A partir dessas premissas metodológicas, pode-se reconhecer “correções” empreendidas pelo discurso oficial ao definir políticas de educação superior, naquilo que se demonstra como desejo de homogeneizar ou de diferenciar, por meio de alianças com outros atores, considerando os interesses de compartilhar sua legitimidade e, é claro, reforçá-la.

Nesse movimento de definição de estratégias para fazer valer as visões de mundo, cabe ressaltar como se inserem aqueles atores que, pela inexistência de um posicionamento claro no processo, situam-se em posição de liminaridade, a partir de uma fluidez e um “não lugar”, que vai corresponder também ao enfraquecimento ou à “abertura de flanco” a críticas de opositores.

A partir daí, pode-se compreender como se redefinem as forças em luta e como alguns posicionamentos acomodam-se tardiamente, somente após a entrada já consolidada de outros atores mais perspicazes, externando extemporaneamente suas ansiedades ou desacordos.

Pode-se também esboçar os contornos das estratégias possíveis ou dos limites da responsabilidade no contexto de discussão das políticas públicas, que assim definidas seriam portadoras de um desejo radical de mudança.

Encontramos aqui a questão de até que ponto essas discussões seriam apenas a reconstrução do mesmo, como intencionalidade estratégica da permanência transfigurada, ou uma falsa aparência de movimento.

A análise do avanço real e da construção da legitimidade exige a demarcação renovada dos espaços, das estratégias de apropriação das brechas, dos prazos e limites, bem como o enfretamento do problema das múltiplas insatisfações não resolvidas.

Enfim, restaria ainda refletir sobre a responsabilidade sobre a decisão final do processo e o alcance de suas conseqüências, que inexoravelmente não escapariam das acusações de certo autoritarismo limitador, nem mesmo a uma tentativa de aproximar esse discurso de interesses privatistas locais ou conectados a um projeto neoliberal globalizante<sup>9</sup>.

Dessa forma percebe-se o entrelaçamento de significados, cujos sinais são trocados a cada momento pelos diversos participantes, construindo um jogo de espelhos que ora revela ora oculta e que, para o olhar sociológico, pode mostrar a forma como se constroem os espaços de atuação.

### Reflexões sobre o trabalho de coleta e tratamento de dados

O tratamento metodológico para a análise da dinâmica da elaboração de políticas de educação superior necessita que sejam definidas algumas categorias de investigação: os atores envolvidos, as políticas oficiais, os discursos.

Uma vez identificados os atores fundamentais nesse processo, é preciso definir os interlocutores que serão considerados como representantes legítimos de cada dimensão estudada (governo, MEC, CNE, comunidade acadêmica, organizações docentes, centros de estudos acadêmicos, associações de mantenedores de IES particulares, conselhos profissionais, fóruns de reitores e pró-reitores) e com os quais se deverá realizar entrevistas, para mapear os diferentes discursos sobre o processo de elaboração de políticas de educação superior, situando-os em um campo de interesses e conflitos.

Esse procedimento permitirá inserir as questões pertinentes ao papel da universidade, comparando, nos discursos apresentados, as permanências de visões consolidadas tradicionalmente e as tentativas de atualização das mesmas, buscando mapear as fronteiras entre o proposital, o velado, o consciente, o adaptável e o estratégico nesses discursos.

Um dos problemas fundamentais em tal investigação refere-se às recorrentes críticas à estrutura universitária, acusada de não conseguir acompanhar as novas demandas modernas, uma vez que aquela não adotaria como método de trabalho essa postura inovadora, resistindo em várias áreas a operar a “desconstrução” do conhecimento<sup>10</sup>.

Outra discussão metodológica necessária refere-se aos pressupostos que orientam nossas técnicas – neste caso, a técnica de entrevistas –, para clarificar a visão dos problemas e limites envolvidos na organização de tal instrumental.

Retornamos aqui à problemática weberiana da neutralidade axiológica, que não deve levar à confusão – usualmente fácil – de que ela resulta automaticamente na neutralidade metodológica: quando “esquece” a existência de pressupostos ideológicos e valorativos. Daí a necessidade de entender a técnica de entrevista como uma construção artificial, que pretende nivelar aquilo que se apresenta como diferente, e que por isso implica também limitações aos seus resultados.

Bourdieu nos lembra que

*Se os metodólogos estão mais atentos às regras que devem reger a manipulação de categorias já constituídas do que às operações que permitem constituí-las é porque o problema da construção do objeto nunca pode ser resolvido de antemão e de uma vez por todas, quer se trate de dividir uma população em categorias sociais, faixas etárias ou de remuneração. Pelo fato de que toda taxonomia implica uma teoria, opera-se necessariamente uma divisão inconsciente de suas escolhas em função de uma teoria inconsciente, isto é, quase sempre de uma ideologia. (BOURDIEU et alli, 1999: 61).*

Pressupor diferenças culturais, valorativas e lingüísticas entre os sujeitos a serem entrevistados apresenta-se como necessidade metodológica coerente com a honesta explicitação do lugar de onde se busca compreender tais discursos, sem o que estaríamos outra vez partindo de pontos de vista pré-determinados, que obscureceriam o alcance e o significado dos resultados obtidos.

Ao preparar e realizar entrevistas individuais, objetivando identificar os matizes existentes nos discursos dos atores do campo das políticas em educação superior, deve-se pressupor um eixo orientador, baseado na hipótese inicial da cristalização de discursos legitimados pelas posições no processo.

Somente ao se tomar tal cuidado metodológico é que será possível estabelecer os tópicos a serem abordados pelos entrevistados, de maneira a permitir que

se supere a barreira dos discursos “prontos” ou da repetição de discursos já conhecidos.

Tal estratégia deve contemplar ainda perguntas abertas e permitir associações espontâneas dos entrevistados, que devem ser solicitados a explicitar sua visão sobre os demais atores, políticas e discursos existentes.

Compreendem-se logo as dificuldades trazidas pelo instrumento de entrevista, pois deve evitar o equívoco de reproduzir apenas os valores e interesses construídos previamente na mente do investigador, correndo o risco de, em vez de esclarecer ou sugerir novas abordagens para o problema, apenas ratificar posições pré-definidas.

Ao lado das entrevistas, a pesquisa de campo sobre as políticas oficiais e os discursos produzidos sobre as políticas da educação superior exige a análise de documentos oficiais, legislações, artigos em revistas acadêmicas, mapeamento dos temas recorrentes nas mesmas, artigos em jornais diários.

Muito material pode ser encontrado em reportagens e editoriais recentes na imprensa escrita, o que nos tem convencido da importância de inserir a mídia (de grandes jornais das capitais do país) como portadora de uma visão que, ainda que leiga, é muitas vezes capaz de influenciar mudanças de rumo nas políticas e nos discursos de vários atores.

A análise documental não pode ser empreendida também de maneira descuidada, pois outra vez corre-se o risco de apenas reproduzir os discursos cristalizados nos textos. Em vez disso, é preciso compreender os mecanismos de produção desses documentos, sejam eles portarias governamentais ou artigos acadêmicos, a partir de sua inserção em um determinado contexto.

A legitimidade embutida em cada modalidade de manifestação documental, ou melhor, a pretensão de validade que cada um traz em si, em conjunto com a análise das posições que seus autores ocupam nesse campo da produção de discursos, virá a definir a possibilidade de um olhar matizado sociologicamente sobre seus sentidos.

Outra questão fundamental, que diz respeito aos procedimentos metodológicos e epistemológicos, é a da posição do próprio investigador, que neste caso encontra-se também inserido em uma das posições chave desse campo da formulação de políticas públicas para o ensino superior.

A esse respeito é preciso cuidado redobrado para se poder distinguir os discursos emanados pelas políticas oficiais, a partir da consideração da aproximação ou do afastamento entre observador e objeto de estudo.

Tal situação *sui generis*, se por um lado pode trazer complicações inerentes à própria inserção – e por isso pode causar estranheza aos entrevistados ou mesmo

constrangimentos para expressar livremente suas impressões –, por outro lado pode permitir a vantagem de um olhar privilegiado, a partir “de dentro” dos processos cotidianos da produção dessas políticas, quase como em um estudo “construtivista” da vida de laboratório (LATOURE, 2000), que em sua abordagem exaustiva pode vir a revelar dimensões raramente explicitadas mesmo nas entrevistas mais bem estruturadas.

## Conclusões

As indicações metodológicas apresentadas neste trabalho têm como objetivo controlar a investigação sociológica a respeito das perspectivas atuais sobre a possibilidade de ampliar a participação e a transparência nos processos que definem as políticas públicas no ensino superior. Tal resultado está inserido no processo de democratização política e coloca em outros termos a possibilidade de poder influenciar suas regras, desde que se atente para os novos padrões que emergem, para os novos níveis de interação, para a nova forma como a política se apresenta e como a sociedade a percebe.

Pretendemos, assim, tentar compreender, a partir da idéia de reflexividade inerente aos fatos da “alta modernidade” (GIDDENS, 1991), quais os níveis de imponderabilidade presentes no processo de formulação de políticas, por meio da análise das diversas versões das leis e regulamentos, da proliferação de portarias que se sucedem, das lacunas que são deixadas, das contradições entre as normas das diferentes áreas, da inércia da tradição, enfim, de todos os elementos que se colocam para a investigação documental.

Finalmente, ao discutir os procedimentos metodológicos do trabalho que se pretende científico, aceitamos a possibilidade de que a ciência supere as dificuldades acima colocadas e assumimos a postura de explicitar a avaliação dos métodos, com o olhar que se encontra na encruzilhada entre as teorias e as práticas sociais do cientista.

Podemos concluir, então, que tal trabalho resultará na concepção de que a “verdade” é sempre fugaz e provisória, mas que, conforme Weber nos lembra, é possível ao menos compreender de forma sistemática as regularidades que se apresentam com certa objetividade, entendidas não mais como consenso e realidade, mas como construção e produto de lutas argumentativas e da superação da dicotomia sujeito-objeto:

*A coisa mais fácil de substituir será todo artefato da epistemologia. A idéia de uma mente extirpada singular e solitária, observando um mundo*

*exterior do qual se acha absolutamente isolada mas procurando, ainda assim, extrair certeza da frágil rede de palavras estendida por sobre o perigoso abismo que separa coisas de discurso, é tão implausível que não se pode sustentar por muito mais tempo...* (LATOURE, 2001: 338)

## Notas

<sup>1</sup> Uma das mais clássicas discussões sobre a sociologia do conhecimento encontra-se no trabalho de Mannheim, *Ideologia e Utopia*, no qual tenta sistematizar as tarefas de uma tal sociologia. Em sua concepção, essa tarefa partiria da determinação dos vários pontos de vista que gradativamente surgiram na história do pensamento e que estão em constante processo de mudança. Assim, torna-se preciso entender claramente o resultado do pensamento em certa perspectiva e relacioná-lo com as outras correntes de pensamento de que é parte e às forças sociais que o determinam. Além de Mannheim, encontraremos a discussão metodológica e epistemológica da sociologia do conhecimento nos escritos de Weber e Schultz e, modernamente, nas análises desenvolvidas por Bourdieu.

<sup>2</sup> Se por um lado é fundamental a referência às questões colocadas por Marx, no que se refere ao processo de desenvolvimento capitalista e às questões da ideologia que o determina, também será necessário acompanhar a crítica weberiana da modernidade, desejosa de ultrapassar uma visão determinista ou utópica para vir a se concentrar na análise do processo de racionalização incisiva do mundo ocidental moderno. Da mesma forma, será preciso acompanhar as noções-limite de pós-modernidade em Lyotard e a crítica empreendida por Giddens.

<sup>3</sup> Entre os trabalhos existentes, podemos destacar as pesquisas de Gibbons sobre o chamado “novo modo de produção do conhecimento” e os novos modelos da “tríplice hélice” (Laydesdorf) e da emergência das “arenas transeparatísticas” (Knorr-Cetina).

<sup>4</sup> A idéia de incompletude da ciência e da necessidade de uma desconstrução das certezas tem se tornado recorrente, sob várias abordagens, entre as quais destacamos as de Pedro Demo, Prigogine e Boaventura Santos.

<sup>5</sup> Ver Prigogine e o tema da discutibilidade da ciência, que implica sempre uma redução da certeza a partir da reconstrução genealógica do desenvolvimento da ciência ocidental e suas crenças na regularidade e na concepção de um mito de uma ciência onisciente originada e legitimada pela natureza.

<sup>6</sup> O conceito de capital simbólico para Bourdieu, no cap. 4 de *Razões Práticas*.

<sup>7</sup> Podemos apontar como exemplo a proliferação das chamadas universidades corporativas, nas quais o conhecer e o “saber fazer” cada vez menos estão separados. Também é possível identificar tal transição a partir dos novos problemas colocados modernamente pela ampliação das interfaces tecnológicas nas atividades cotidianas mais elementares do indivíduo, o que necessita posicionamento diferenciado em relação a um mundo que cada vez mais exige um saber específico. Reflexivamente, essa transição vai ampliar a capacidade crítica em relação às decisões políticas, antes vistas como estando além da compreensão do senso comum.

<sup>8</sup> Para uma introdução aos conceitos principais da etnometodologia, ver o trabalho de Alain Coulon: *Etnometodologia*.



<sup>9</sup> Bourdieu, em *Contrafogos*, fala-nos do papel da sociologia (e da ciência) diante de um quadro ideológico que mascara a circulação de um poder determinado, que gera um discurso de fatalismo e de submissão a um mundo dado como inevitável. (p.77)

<sup>10</sup> Podemos encontrar tal debate tanto em Prigogine quanto em Demo, com a idéia de que há um contraste entre o discurso universitário e suas práticas, que ainda incluiriam uma estrutura de trabalho acadêmico baseada em privilégios e fechada em departamentos que impedem as tentativas concretas de interdisciplinaridade.

## Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A profissão de sociólogo - preliminares epistemológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- CARDOSO, Irene. O discurso da universidade. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*. Vol. II, no. 1, Mai/1999, pp. 49-65.
- \_\_\_\_\_. *Para uma crítica do presente*. São Paulo, Editora 34, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. Nova barbárie: 'aluno inadimplente'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12.Dez.1999, Tendências/debates.p. 3.
- \_\_\_\_\_. Tiros no próprio pé. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31.Out.1999, Caderno Mais, p.5-3.
- COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR – *Tendências de Educação Superior para o Século XXI*. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.
- CRESPI, Franco e FORNARI, Fabrizio. *Introdução à sociologia do conhecimento*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- DEMO, Pedro. *Conhecimento moderno*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Certeza na incerteza*. Brasília: Plano editorial, 2001.
- COULON, Alain. *Ethnometodology*. California: Sage, 1995.
- GIBBONS, Michael et all. *The new production of knowledge – the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HAGUETTE, Teresa M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A esperança de Pandora*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARTINS, Carlos Benedito (org). *Ensino Superior Brasileiro - transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARX, Karl e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Enfrentar e vencer desafios: educação superior*. Brasília: Secretaria de Educação Superior/MEC, abril/2000a.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Resultados e tendências da educação superior no Brasil*. Brasília: MEC/INEP, junho/2000b.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, UNESCO, 2000.
- PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. *A nova aliança*. 3.ed. Brasília: UnB, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- TRINDADE, Hégio (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

## Resumo

Este artigo discute as implicações da explicitação metodológica e dos pressupostos envolvidos na análise sociológica, utilizando o exemplo da investigação das recentes políticas de ensino superior no Brasil.

Palavras chave: objetividade da ciência, metodologia, políticas de educação superior

## Abstract

This article discusses how sociological analysis depends on an explicit methodological approach and its pre-notions. This discussion is developed concerning the analysis of the contemporary high education policies in Brazil.

Key words: science and objectivity, methodology, high education policies

## **Resumen**

Este artículo discute las implicaciones acerca la metodología y las prenociones presentes en la análisis sociológica, a partir del ejemplo de la investigación de las recientes políticas de educación superior en Brasil.

Palabras clave: objetividad de la ciencia, metodología, políticas de educación superior

## “Leal Conselheiro”: um espelho político quinhentista português

D. Duarte foi o primeiro soberano – a historiografia portuguesa é unânime a esse respeito – que produziu um trabalho intelectual acerca do poder, sua substância e desígnio. Não desconhecemos a contribuição governativa e especialmente legislativa desse soberano. Ainda Infante já se destacava pela vocação legislante:

*regimento dos Corregedores e dos Coudéis; ordenação do apuramento dos besteiros, de 12 de Agosto de 1422; ordenação do desembargo do “rroolles das petyções que pertencem ao ofício do paaço”, de 1426 ou ainda mais catorze referências da “Ordenações Afonsinas” a leis sem data, feitas pelo Infante em vida de seu pai.*<sup>1</sup>

As suas leituras e a sua obra mostram-nos um homem enrodilhado pelo conservadorismo – naturalmente esse termo não poderá submeter-se à sinonímia do dicionário político moderno – e muito susceptível à doutrina católica. É o que se nos revela a sua principal obra, o “Leal Conselheiro”<sup>2</sup>.

Não desconheceu, todavia, a pertinência do uso e conhecimento das leis para proceder a uma governança condizente com a confiança atribuída ao príncipe pelo povo. A sua percepção da lei, agregada à concepção cristã da transcendência, impediu-o de elaborar uma teoria jurídica que retirasse o indivíduo dessa amorfia coletividade e o elevasse à condição singular de cidadão. Indivíduo enquanto portador de direitos e deveres e, especialmente, sujeito inequívoco da matéria jurídica. A sua classificação social revela essa imprecisão da época: os oradores, os defensores, os lavradores, e pescadores, os oficiais e os mesteiros.

Essa hierarquização da sociedade com o seu respectivo desempenho funcional, sem os quais os senhorios e as terras não poderiam sobreviver, responde à contingência das necessidades e secunda o conservadorismo acima aludido.

Essa concepção da estrutura e desígnio social de D. Duarte foi reeditada por Afonso V, que já se assentava nas falas de D. Fernando, quando dizia:

*Quando Nosso Senhor Deos fez as Creaturas assy razoavees, como aqueles que carecem de razom, nom quiz de todos fossem iguaes, mas estabel-*

*leceo, e hordenou cada huuã em sua virtude e poderio departidas, segundo o graao em que as pos: ben assy os Teyx que em logo de Deos na Terra som postos para reger o Povoo nas obras, que ham de fazer assy de Justiça, como de graças ou mercees, devem seguir o enxemplo daquello, que elle fez e ordenou, dando, e distribuindo non a todos per huuã guisa, mas a cada huu a apartadamente, segundo o graao, e condiçom e estado de que for.*<sup>3</sup>

Deve-se destacar ainda o caráter religioso do pensamento de D. Duarte que, na verdade, refletia a ideologia assente na sua formação e, naturalmente, na sua engenharia política. E ao dizer... *Edesto se segue destruyçom do poboo, e destruydo opobo destruydo he opryncipado... a saude do poboo he, he saude do pryncipe e o pryncipe deve muyto de amar sua saude...*<sup>4</sup>, atrelou o príncipe ao povo. Essa identificação levou-o a impender ao governante alguns deveres que, na verdade, possibilitavam-lhe sobreviver e desempenhar suas funções com a aquiescência implícita do povo.

É o que deduzimos do transcrito acima: o príncipe deve ter prudência, pois sem esta comprometeria a saúde do povo e a própria. A salvação de um implicava o bem estar do outro.

O paternalismo político caracteriza esse período em que as incumbências das instituições não encontravam ainda sua maior definição. Os órgãos governamentais procediam, na maioria das vezes, segundo as contingências e os tirocínios dos seus administradores que, sem menosprezarmos a competência que possuíam, assemelhavam-se aos seus soberanos na condução dos seus ofícios.

A consciência política de D. Duarte, constituída com a argamassa das doutrinas religiosas, estendia a composição “pai-filho” para todo o ordenamento social.

Os indivíduos anônimos na hierarquia social respiravam essa “equidade” (pai-filho) na aplicação das leis. Conferiam ao rei a sapiência para elaborá-las e a autoridade para aplicá-las. Dessa maneira, pressupunha-se que a governança era equânime e o rei o seu benfeitor. Essa lógica atravessou o baixo-medieval. A sua falta de sustentação veio dos solavancos ocorridos na estrutura socioeconômica. A dinâmica produtiva, a agilização do comércio e até as necessidades financeiras do Estado foram elementos corrosivos desse estado familiar.<sup>5</sup>

O formalismo jurídico e as decisões concelhias, extraídos nas inconstâncias ocorridas no conjunto social, alavancaram o poder régio para um estágio de “inde-

pendência” em relação às classes sociais e, a partir disso, tornaram-no autônomo para executar os seus pressupostos.

No Portugal do século XV, porém, esse processo não tem os seus contornos explícitos. Ainda circulam conceitos divinos nas consciências governamentais, ainda não submeteram, segundo os desideratos do rei, o “sagrado”.

Ainda nessas novas atuações políticos foram assimilados em Portugal. A segunda metade dos quatrocentos reservou aos portugueses a obra principal da expansão marítima e comercial e, por extensão, exigiu-lhes uma performance política aquiescente a esse propósito.

### O Infante D. Pedro

O estágio no estrangeiro avivou-lhe a compreensão do mundo que se transformava em largas passadas. Durante três anos percorreu a Europa e refinou o seu tirocínio político. Esteve na Hungria, Barcelona, Veneza, Pádua, Ferrara, Roma, Flandres, Inglaterra e Castela.

Se os motivos de sua partida ainda são encobertos por dúvidas, a experiência e o alargamento dos horizontes políticos foram aquisições comprovadas - *um tesouro de saber e experiência*.<sup>6</sup>

Podemos dizer que D. Pedro foi um homem com uma razoável compreensão do seu tempo. Divisou o mundo, sob a óptica das transformações que ocorriam, balizado em leituras que lhe conferiam o apetrechamento necessário para a compreensão dos fatos. Os testemunhos maiores dessa afirmação encontramos no “Trata da Virtuosa Bemfeitoria” e na carta que escreveu ao irmão.<sup>7</sup>

A máxima *E assy o senhorio que por aazo do pecado começou em o mundo se hia tornado em natureza* reflete um lugar comum na Idade Média. A inteligência de que o pecado subtraiu ao homem a inocência, transformando-o num indivíduo susceptível do domínio político para a harmonização da sociedade, remonta à sabedoria dos antepassados. Porém, acrescenta àquela sabedoria de inspiração cristã o caráter coercitivo e diretivo inolvidável que regeu a ordenação política da sociedade sem inocência.

*Do em stado naturall somos yguaaes* – a relação homem e natureza em estado de inocência – o homem tornou-se pecador “per si” e Deus, pela sabedoria, concedeu a esses homens os meios de sobreviverem nessas novas condições da natureza. Nessa nova realidade, o ordenamento político, que assegura a sobrevivência social, emerge com o consentimento de Deus. A condução dos homens será feita pelos próprios homens superintendidos pela graça divina.<sup>8</sup>

Ocorreu, no entanto, que a sociedade, pela deformação do estado igualitário, se estratificou e exigiu um arbitramento da sua nova compleição para “impor” uma harmonia entre os seus constituintes. Fez-se indispensável a coerção. E a esta, a coerção, impendeu à direção. Ou seja, para exercer a força na manutenção e condução dos homens era preciso de indivíduos que possuíssem a competência indispensável para tal fim. Nesse fato revelou-se o senhorio a performance cabal para cumprir esse desiderato.

Mas é preciso acrescentar que o senhorio era diretivo, já que lhe estava subentendida a organização da sociedade, na medida em que esta se estruturava no escalonamento da propriedade e da administração. Nesse aporte, incluía-se o rei. Incluía-se, de necessário, no ápice da pirâmide social.

É notória a identificação do pensamento político de D. Pedro com a doutrina feudal. Contudo, faz-se ponderável destacar que, avocando ao senhorio a competência de organização e gestão da sociedade e sendo o rei o primaz senhorio, reafirma a irretorquível obediência ao soberano. O entendimento é que na direção das coisas públicas os senhorios agem de acordo com as determinações régias. À lógica de que alguns, após a perda da inocência natural, têm o direito de governar e o povo o dever de obedecer, vinculou-se a primazia de sujeição aos grandes do reino. Isto é, aos ricos-homens competia, em primeira mão, materializar a excelência da doutrina. A esse juízo de D. Pedro concorreram as admoestações da nobreza que teve termo em Alfarrobeira.<sup>9</sup>

Com a adoção de uma política de suprimento de cargos com pessoas de sua estrita confiança, angariou D. Pedro a antipatia da nobreza por preferir alguns nomes em favor de outros. Essa atitude, porém, não bastaria para um desfecho tão radical.

O ponto central da questão reside no fato de que o Infante, para avançar com suas proposições político-administrativas, necessitava de uma sustentação social significativa. E esta veio dos segmentos sociais adscritos aos investimentos “modernos”, envolvidos com as práticas mercantilistas. Esse movimento, devido às suas proporções, requiritava os profissionais mecânicos e a gente miúda, como também comportou o apoio de Frei Estevão de Aguiar, abade do Mosteiro de Alcobaça.

A esse apoio recebido era indispensável uma resposta prática, quantificável nas contabilidades das gentes. Era preciso abrir frentes de investimentos que assegurassem a permanência desse apoio. A alternativa concebida de colonização interna, preconizada inicialmente por D. Pedro, não vingou. Portanto, alavancar a economia da época servindo-se das estruturas vigentes era inverossímil, tendo em

conta a indisposição dos grandes proprietários à sua política global. Somente uma alteração nos componentes da base socioeconômica poderia surtir novos investimentos e garantir a remuneração daqueles que já haviam sido realizados. Além de que era necessário obter uma razoável disponibilidade financeira para pôr em marcha o empreendimento. Sabendo-se que a forma mais rápida para o retorno dos investimentos é o comércio, os envolvidos nessa empreitada mercantil agilizaram o soterramento da política de colonização inicialmente proposta.

Não causa surpresa o incentivo dado aos descobrimentos. Em 1443 concede-se a D. Henrique o monopólio da navegação, guerra e comércio das terras para além do cabo Bojador, traduzindo, em fatos, os ensinamentos angariados em longas observações e estudos. O que então preconizava, a política de fomento populacional e colonização, cedeu lugar às práticas de comércio, tráfico e especiarias.

Tal atitude suscitou algumas controvérsias, inicialmente consigo mesmo e, a seguir, com os absentistas terratenentes. Cremos que D. Pedro alterou os seus propósitos iniciais porque acreditava que a ocupação de Ceuta, bem como Tanger, traria em grandes dosagens malefícios e alguns benefícios. Ceuta, em especial, era *sumidouro de homens, armas e dinheiro*.<sup>10</sup>

Se o fez, deu-lhe razão a realidade dos fatos. Portugal não dispunha de capitais nem de homens para aturar empreendimento de tal envergadura. O Infante, portanto, optou pelo incremento às trocas mercantis e apropriação das especiarias, acedendo às prerrogativas de D. Henrique.

Não nos compete proceder à análise dessa fundamental conjuntura histórica. Interessa-nos, tão-somente, suspeitar da intromissão de segmentos sociais enredados nas mercancias na orientação político-econômica desse momento e, se tanto, entrever, no complexo emaranhado dos interesses em jogo, fatores pontuais que subsidiaram a política centralista de D. Pedro.

A julgar pela minuciosa escolha dos seus oficiais, cremos que a intenção de D. Pedro era a de se servir de homens de sua estreita confiança, dos seus “criados”. Essa estratégia, tão usual ainda nos Tempos Modernos, por si só não justifica a centralização política. Não obstante, pode – sem agravamento analítico de resvalar para o nepotismo –, devido à precariedade de quadros da época, permitir ao governante uma resposta menos desajustada às suas determinações.

Durante a regência de D. Pedro, no entanto, a persistência e o rigor no provimento das funções permitem-nos avançar na dedução de que o Regente intencionava excluir as dignidades de outros senhorios. E mais, as nomeações abrangiam as minudências da administração do reino. Desde as arrecadações parciais

nos confins territoriais e, seguidamente, até às altas dignidades administrativas palacianas.

Associada a essa estratégia administrativa, constatamos uma política de doações à maneira dos demais governantes. D. Pedro privilegiou os seus funcionários, como fizeram os seus antecessores, com doações de bens móveis e de raiz, explicitamente. Essa política não era invulgar no tempo em epígrafe. Sua singularidade, na regência de D. Pedro, deve-se à insistência do seu uso.

O projeto de centralização, que se urdia na prática administrativa, era vulnerável aos volteios que se processavam nas relações sociais. Sabemos que uma reordenação política requer, necessariamente, uma coordenação de forças sociais que a corroboram. Foi indispensável, a partir desse juízo, que D. Pedro atendesse aos reclames daqueles que lhe prestavam apoio para assegurar-lhe o poder.

A sociologia política ofereceu-nos a sabedoria de que *o processo de poder não é uma parte distinta e separável do processo social, mas apenas o aspecto político de um todo cujas partes interagem*.<sup>11</sup>

Nesse juízo encontramos as deliberações governamentais que coincidiam com as expectativas e práticas dos indivíduos envolvidos com o comércio e com os investimentos mercantis. Foram esses que ombream a “estabilidade” da Regência e, quiçá, postergaram a permanência de D. Pedro na esfera governamental até 1448.

Em resposta às suas bases políticas, D. Pedro, nas Cortes de 1439, deferiu o seguinte:

*que sejam abolidas as restrições impostas por D. João I sobre a liberdade de exportar, isto é, que qualquer mercador possa carregar as suas mercadorias em qualquer navio, nacional ou estrangeiro, sem ter de enviar “seu homem com elas”; que aqueles que abusarem desta liberdade, concluindo-se com estrangeiros para fugirem ao fisco, paguem “em dobro sem lhes ser quite” o que tentaram sonegar, desde que o delito seja provado pelos oficiais competentes*.<sup>12</sup>

Assim como deferiu que

*nenhuns meirinhos de correição possam actuar pela terra sem a companhia do alcaide pequeno ou de dois homens ajuramentados que o concelho lhes dê; não actuando nestas condições, não possam levar coimas dos*

*gados e bestas que prenderem e trouxeram ao curral do concelho; que não possam fazer essa “guarda da terra”, a não ser quando ela for requerida ao corregedor pela maior parte dos moradores do lugar (agravados pelos daninhos e pelos poderosos).*<sup>13</sup>

Essas duas deliberações têm as suas implicações secundárias. Ao abolir as restrições comerciais para a exportação, estava a permitir que bens destinados ao mercado interno fossem comercializados noutras praças. Isso acarretava uma subida dos preços desses produtos exportados pela redução da oferta e, conseqüentemente, uma importação de outros produtos que poderiam concorrer com os nacionais.

Considerando que a produção portuguesa não atendia à demanda de consumo alimentício, poder-se-ia deduzir que as trocas diferenciadas procedessem a essa equalização econômica. Contudo, *à burguesia interessava o comércio como comércio, para produzir lucro e capital*,<sup>14</sup> e não um possível equilíbrio nas contas do país. A essa realidade não importavam os custos sociais do enriquecimento. De certa forma, essa disposição contribuiu para agravar a situação dos pequenos e médios produtores que barganhavam os seus excedentes nos centros urbanos, no escambo natural no amoadado, porque não dispunham de recursos para se beneficiar na concorrência que se estabelecia. Essa situação, característica peculiar das sociedades em processo de mercantilização das trocas, denuncia a formação de monopólios e o seu corolário, a concentração da riqueza.

O segundo deferimento, explícito favorecimento aos Concelhos, produziu efeitos negativos à causa governamental. Os Concelhos, no uso das suas novas competências, restringiram sobremaneira a atuação dos meirinhos das correições. O resultado sintomático dessa atitude foi a redução dos réditos da Coroa e da receita do Estado, pois esses funcionários eram os agentes responsáveis por essas recolhidas.

Os grandes senhorios, contudo, foram os mais afetados nessa política comercial. As crises do século XIV, que já haviam desgastado os seus fatores produtivos - mão-de-obra e capital -, não lhes permitiam divisar na expansão mercantil além-mar, nos moldes em que se iniciava, um atrativo para as suas posições socioeconômicas. Essa questão corroía os ânimos senhoriais à centralização, e, por conseguinte, à política de D. Pedro. Foi necessário, para aliciar a nobreza nessa empreitada, um desaire mais agudo nas economias e a adoção de um nepotismo que se assemelhou a um absentismo burocrático.

A ruptura com a nobreza terratenente incrementou-se quando o infante D. Pedro optou pela política de fomento da população, da lavoura, da pesca, do comércio marítimo, afastando-se, portanto, da política de conquistas. À fidalguia interessava a posse de terras e a implantação de estruturas feudalizantes aos moldes dos senhorios nacionais e D. Pedro já pugnava pelo tráfico de escravos, de metais e de especiarias. O Regente já respirava os ares bafejados pelos mercadores burgueses e financistas mercantis.

Essas questões não prenunciavam uma transformação estrutural da política portuguesa. Foram escaramuças de segmentos sociais que, no transcurso do século XVI, encontraram as suas oportunidades e rejeições. Agora, simplesmente, assinalamos os pontos de fricção da ordem política tradicional e dos ideais mercantis, os desconfortos dos monarcas e as incertezas dos grupos sociais privilegiados.

Para se proceder à centralização política, além da nobreza, segmento social comprometido em todo esse processo, era recomendável o concurso de outros componentes sociais. Houve a intenção e a ação políticas favoráveis aos segmentos sociais vinculados às práticas mercantis para caucionar os procedimentos centralistas dos soberanos, na medida em que os envolvidos nesses fundamentos econômicos se configuravam na alternativa social de apoio a esse projeto, que desde D. Dinis se arrastava pelo país.

Os governos subseqüentes a D. Pedro aclararam alguns pontos da política quatrocentista portuguesa, pois a centralização, como nos é dada historicamente, ocorreu pelo concurso de vários fatores. A vontade política régia e a composição e confronto das forças sociais foram obviando dispositivos que favoreceram a concentração de poderes nas mãos do rei. Isso não foi um fato natural.

## Notas

<sup>1</sup> HOMEM, A. L. Carvalho, *O Desembargo Régio*, op. cit., p. 250. Ainda sobre a actuação do rei D. Duarte, Judite Antonia G. de Freitas, *A Burocracia do “Eloqüente” (1433-1438), Os textos, as normas, as gentes*. Tese policopiada, Porto, 1991, pp. 7-20.

<sup>2</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, ed. F. Costa Marques, Col. de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1942.

<sup>3</sup> *Ibidem*, Liv. II, Tit. 40.

<sup>4</sup> D. Duarte, op. cit., pp. 182-83.

<sup>5</sup> GODINHO, V. M., Finanças Públicas e Estrutura do Estado, in *Dicionário de História de Portugal*, III, p. 29 e segs.

<sup>6</sup> Cf., M. E. C. Ferreira, op. cit., p. 29.

<sup>7</sup> D. Pedro, *Virtuosa Bemfeitoria*, ed. Joaquim Costa, Porto, 1940; J. P. Ribeiro, *Dissert. Cronol.*, I, pp. 398-413 e Carta de Bruges.

<sup>8</sup> D. Pedro, *op. cit.*, II, p. 16, e III, p. 2.

<sup>9</sup> MORENO, H. Baquero, op. cit., p. 264.

<sup>10</sup> FERREIRA, M. Emilia Cordeiro, op. cit., p. 29.

<sup>11</sup> KAPLAN, A. e LASSWELL, H. *Poder e Sociedade*, Brasília, 1979, p. 18.

<sup>12</sup> SOUSA, Armindo de, op. cit., II, p. 331.

<sup>13</sup> Idem, *Ibidem*, p. 330.

<sup>14</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *Introdução à Agricultura em Portugal - A questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, 1968, p. 14.

### Resumo

D. Duarte, rei de Portugal da primeira metade do século XV, em seu pensamento político, defende a pertinência de um código jurídico adequado à hierarquia da sociedade. Segundo sua tese, o Príncipe, para proceder à governança, deveria conhecer as leis e respeitar a classificação social, que à época tinha essa imprecisão: oradores, defensores, lavradores, pescadores, oficiais e mesteiros. Portanto, o indivíduo somente seria reconhecido como portador de direito e deveres se estivesse submetido à matéria jurídica.

Palavras-chave: legislação política, século XV, Portugal

### Abstract

D. Duarte, King of Portugal in the first half of the 15th Century, in his political thought, asserts the need of a juridical code adjusted to the hierarchy of society. According to his thesis, in order to achieve governance, the Prince must know the laws and respect social hierarchy. At that time, such hierarchy was imprecise. Therefore, an individual would be recognized as having rights and obligations only if subjected to a juridical order.

Key words: political legislation, Portugal, 15th Century

### Resumen

Don Duarte, rey de Portugal en la primera mitad del siglo XV, en su pensamiento político, defiende la pertinencia de un código jurídico adecuado a la jerarquía de la sociedad. Según su tesis, el Príncipe, para gobernar, debería conocer las leyes y respetar la clasificación social, que, en la época eran: oradores, defensores, labradores, pescadores, oficiales, y artífices. Por lo tanto, el individuo sólo sería reconocido como portador de derechos y deberes si fuese sometido a la materia jurídica.

Palabras clave: legislación política, siglo XV, Portugal

## OPINIÃO



## 1. Introdução

A história da arte brasileira, considerando como marco inicial o aparecimento das primeiras publicações sobre o tema, vai situar-se no final do século XIX em consequência da implantação, no país, do ensino acadêmico de Belas Artes. Esse sistema, organizado sob a influência da Missão Artística Francesa, consolida-se com a Academia Imperial de Belas Artes, já no Segundo Reinado. São dessa época, por exemplo, os trabalhos de Araújo Porto Alegre, diretor e reformador da Academia, do qual se falará mais adiante.

Antes desse momento, as informações sobre arte brasileira podem ser obtidas em fontes indiretas<sup>1</sup>.

## 2. Fontes indiretas sobre a arte brasileira

A vasta produção dos viajantes europeus que aqui estiveram, a partir do século XVI, constitui rica fonte indireta sobre a arte no Brasil colonial. Marinheiros, missionários, artistas, cartógrafos, diplomatas, cientistas ou simples aventureiros, foram muitos os que registraram as suas impressões sobre o nosso país. Essa produção pode ser dividida em fontes documentais e fontes iconográficas.

### 2.1 Fontes documentais

As fontes documentais constam da chamada literatura dos viajantes. Em muitas das obras são encontradas descrições sobre aspectos do urbanismo e da arquitetura colonial, mobiliário e utensílios diversos. Tais informações, no entanto, dependem do ponto de vista e da capacidade de observação de cada autor.

Informações sobre construções, artefatos e adornos indígenas são encontradas nas obras dos primeiros cronistas do século XVI. Essas obras marcam também a presença dos primeiros artistas em nosso país. Algumas delas são acompanhadas de gravuras, como a *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, de Jean de Léry, de 1578, e *Les singularités de la France Antarctique*, de André Trevet,

publicada em 1557. Léry se refere à presença de um artista chamado Jean Gardien e Trevet informa a utilização de desenhos tomados pelo próprio para a elaboração das gravuras.<sup>2</sup>

A primeira descrição de edifícios religiosos brasileiros teria sido feita pelo frade português Agostinho de Santa Maria, em sua obra *Santuário Mariano*, publicada em 1707, em Lisboa.<sup>3</sup> O trabalho, composto de dez volumes, contém a descrição de igrejas dedicadas ao culto mariano existentes em Portugal e Brasil. Os volumes 9 e 10 são referentes aos templos brasileiros. Agostinho de Santa Maria certamente pode ser incluído entre os viajantes que por motivos piedosos percorreram o território brasileiro.

No século XIX, a publicação de livros de viagens sobre o Brasil se torna mais numerosa. A atração pelo exótico e a busca por aventuras que tanto atraíram os europeus envolvidos pelo movimento romântico, encontraram no Brasil um destino especial, propiciado pelo clima de abertura patrocinado por D. João VI.

Como exemplo de obras de viajantes desse período, nas quais podem ser encontradas informações sobre aspectos de arte colonial, podem ser citados os trabalhos de Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). O naturalista e botânico francês esteve no Brasil de 1816 a 1822, para coletar espécimes de plantas e animais. Percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a Cisplatina e as Missões do Paraguai. Nos seus relatos não são apenas encontradas observações sobre Ciências Naturais. Neles são descritos e comentados aspectos urbanos, igrejas e outros edifícios de destaque localizados nas cidades que visitou.

De passagem por Minas Gerais, Saint-Hilaire descreveu o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo. Com relação às esculturas situadas no adro da igreja, informa: *diante dela [...] colocaram estátuas de pedra representando os profetas*. E avalia: *[...] não são obras primas, sem dúvida; mas observa-se no modo pelo qual foram construídas qualquer coisa de grandioso, o que prova no artista um talento natural muito pronunciado*<sup>4</sup>. Não registra o nome do autor das obras, mas refere-se a um homem residente em Vila Rica que tinha se manifestado como escultor ainda jovem. Quanto à famosa doença do Aleijadinho, informa que a mesma lhe fez perder as extremidades e que para poder trabalhar amarrava as ferramentas no antebraço.<sup>5</sup> As capelas da Paixão, que se situam na esplanada frente ao Santuário, estavam sendo também construídas quando da passagem de Saint-Hilaire pelo local. Da que já estava terminada, considera as imagens lá colocadas *como muito mal feitas*<sup>6</sup> e pede indulgência de julgamento ao seu autor, *[...] um homem da região, que nunca viajou e nunca teve um modelo*

com que se guiasse [...].<sup>7</sup> Essas observações, embora discordantes da avaliação atual da obra do Aleijadinho, foram consideradas a primeira crítica oficial da arte brasileira.<sup>8</sup>

O conjunto de Bom Jesus de Matosinhos também é descrito nas crônicas de outros viajantes, o que demonstra o interesse que a obra despertou na época entre os visitantes.<sup>9</sup>

## 2.2 Fontes iconográficas

Muito ricas como fontes iconográficas são as obras deixadas por artistas estrangeiros que também estiveram entre nós, na forma de desenhos, gravuras e pinturas.

Os primeiros registros visuais que chegaram aos dias atuais podem ser encontrados nas obras dos pintores holandeses, que faziam parte da comitiva de Maurício de Nassau-Siegen, governador-geral das possessões holandesas no Nordeste brasileiro, no período de 1637 a 1644<sup>10</sup>. Levado pelo interesse em conhecer a terra que iria governar, Nassau encomendou a artistas, topógrafos e cientistas que trouxe consigo o registro detalhado da região. Frans Post (1612-1680), membro de uma família de artistas holandeses, foi um dos contratados pelo governador. Na sua qualidade de pintor topográfico, realizou importante documentação da passagem local em suas pinturas. Nelas são encontrados detalhes da arquitetura, como imagens de edifícios civis, militares e religiosos. Muitos dos desenhos de Frans Post serviram de base para as gravuras do livro de Gaspar Barleus (1584-1648), *Rerum per Octennium in Brasilia...*, publicado em Amsterdã em 1647, que relata os feitos da administração nassoviana no Brasil. Nelas são encontrados aspectos das primitivas construções da região nordestina, como conventos e igrejas. Outro artista de destaque foi Albert Eckhout (c.1612-c. 1665). Suas obras, de especial valor etnográfico, também têm interesse para a arte<sup>11</sup>. Os pintores de Nassau foram os primeiros artistas de formação sólida a trabalhar no Brasil, como também os primeiros a registrarem a paisagem do Novo Mundo<sup>12</sup>.

A mais vasta produção visual sobre o país também data do século XIX, cujo marco principal, no campo das artes, foi a vinda da Missão Artística Francesa.

Jean Baptiste Debret (1768-1848) foi um dos artistas expoentes da Missão, responsável pela parte de pintura histórica. Permaneceu no Brasil por um período de quinze anos e, além do Rio de Janeiro, onde morou, viajou por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dotado de senso aguçado de observação, colheu vasto material que representou em óleos, aquarelas, desenhos e pinturas.

De volta à França, publicou a obra *Voyage Pittoresque et Historique ao Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusqu'en 1831*, composta de três volumes, que apresentam imagens litografadas a partir de seus desenhos e aquarelas, seguidas de textos descritivos. Trata-se *do mais completo documentário social, histórico e paisagístico que se conhece [...] testemunho fiel de um período da história brasileira*.<sup>13</sup> Em muitas das pranchas que compõem a obra podem ser encontrados registros da arquitetura colonial, detalhes do interior de moradias urbanas e rurais, mobiliário e utensílios usados no período. O artista chegou a retratar em uma delas o seu próprio ateliê, o que representa um dos primeiros documentos de um ambiente de produção artística no Brasil.<sup>14</sup>

Deve-se ainda a Debret a organização da primeira exposição oficial de Belas Artes no Brasil. O salão foi inaugurado em 1929, com a mostra de cento e quinze trabalhos, incluindo vários do próprio artista.<sup>15</sup>

Outro artista a registrar a iconográfica da época foi Johann Moritz Rugendas (1802-1859). De nacionalidade alemã, chegou ao Rio de Janeiro em março de 1822, como membro da Expedição Langsdorff. Viajou por Minas Gerais, quando retratou aspectos de várias cidades mineiras. Devido a desentendimentos, desligou-se da expedição e retornou a Europa em 1825. Em 1835 publicou, com a intermediação de Humboldt, *Malerische Reise in Brasilien*, álbum contendo as impressões de sua viagem, do qual apareceu, no mesmo ano, uma tradução em língua francesa. De 1831 a 1846, voltou a percorrer a América, tendo visitado outros países além do Brasil.

Em obras de vários outros artistas viajantes do século XIX podem ser encontradas informações indiretas sobre arte brasileira colonial.<sup>16</sup>

## 3. A missão artística francesa e o desenvolvimento das artes no Brasil

A transferência do governo português para o Brasil resultou, entre suas muitas conseqüências, na transformação do ambiente artístico brasileiro, conforme foi observado por BARATA.<sup>17</sup> Essa transformação foi efetuada pela Missão Artística Francesa, que chegou ao Rio de Janeiro em 1816. A missão, também chamada Colônia Le Breton, devido ao nome do seu organizador, Joaquim Le Breton (1760-1819), veio para organizar o ensino acadêmico no campo das artes no Brasil. Essa prática já estava em vigor em muitos países da Europa, notadamente na França.

A maior parte dos artistas que participavam da Missão estava ligada ao Neoclassicismo e foram eles também os responsáveis pelo desenvolvimento desse estilo no Brasil. Além de Le Breton, museólogo, crítico e estudioso de arte que

chefeava a Missão, dela faziam parte, entre outros, os pintores Jean Baptiste Debret, já mencionado, e Nicolau Antoine Taunay (1755-1830), o escultor Auguste Maria Taunay (1768-1824), o arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850) e o gravador Carlos Simão Pradier (1786-1848). Muitos deles, famosos na época, eram bonapartistas e membros do Instituto de França. Alguns tinham recebido convite de outros países para ensinar artes, como Grandjean de Montigny e Debret, que foram convidados pela Academia de Belas Artes de São Petersburgo, Rússia.<sup>18</sup> Todos eles exerceram atividades no seu campo de trabalho até que fosse estabelecido o ensino de artes, o que não aconteceu de imediato.

Para iniciar o ensino das artes no Brasil foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, por Decreto de 12 de agosto de 1816. Pretendia-se, dessa maneira, desenvolver o ensino das Belas Artes ligado ao dos ofícios. Em outubro de 1820, a Escola foi transformada em Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e no mesmo ano, por Decreto de 23 de novembro, teve sua denominação modificada para Academia de Artes. Após a Independência, em 1826, passou a chamar-se Academia Imperial de Belas Artes, quando o ensino de artes veio efetivamente a funcionar.

Foi na Academia Imperial que se formou a primeira geração de artistas brasileiros, sob orientação dos artistas franceses ligados à Missão, que ainda permaneciam no país.

Entre eles, cabe salientar Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879). Nascido no Rio Grande do Sul, Porto Alegre veio para o Rio de Janeiro em 1827. Matriculou-se na Imperial Academia de Belas Artes, onde foi aluno de Debret, com quem travou sólida amizade. Cedo, destacou-se, tendo obtido premiações com obras de pintura, escultura e arquitetura em exposições realizadas na época. Chamou a atenção de D. Pedro I e a seu pedido pintou retratos da família imperial. A 25 de julho de 1831 viajou a Paris, na companhia de Debret, para se aperfeiçoar. Permaneceu na Europa até 1837, tendo visitado a Itália, Inglaterra, Holanda e Bélgica. No seu retorno ao Brasil, ensinou na Academia Imperial de Belas Artes e na Escola Militar. A convite de D. Pedro II, que o agraciou com o título de Barão de Santo Ângelo, assumiu em 1854 a direção da Academia Imperial, atividade que exerceu até 1857. Nesse período realizou importante reforma da instituição. Para tanto, elaborou, em 1853, um programa de instrução artística para a Academia. O documento, intitulado *Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade de belas artes no Rio de Janeiro*, constitui um dos primeiros documentos do gênero no país.<sup>19</sup> De caráter nacionalista, defendia a utilização de temas nacionais para o trabalho artístico. Quanto à formação do artista, considerava que

deveria ser desenvolvida sua capacidade criadora, para não se tornar mero copista e imitador. Defendia a importância dos estágios na Europa como parte da formação e apontava Paris como centro ideal para o aperfeiçoamento dos estudos. O programa instituiu o ensino da matéria História da arte, cujo conteúdo foi elaborado pelo próprio Porto Alegre.<sup>20</sup> Após sua saída da Academia, retornou à Europa, quando exerceu funções diplomáticas na Prússia, Alemanha e Portugal, onde veio a falecer.

Entre suas publicações, destaca-se *Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense*, publicada em 1841 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trata-se de um dos mais importantes estudos sobre arte brasileira do século XIX e uma das primeiras obras a tratar diretamente sobre a arte brasileira.<sup>21</sup> Em 1856, publica *Iconografia brasileira*, que contém biografias de artistas da época e torna-se modelo para obras do gênero, que serão publicadas posteriormente.

#### 4. O mecenato de D. Pedro II

D. Pedro II exerce papel de fundamental importância para o desenvolvimento das instituições culturais do país. No campo das artes, favorece o fortalecimento da Academia Imperial de Belas Artes, por meio de diversas ações: concede auxílios à Academia e pessoalmente participa de suas atividades; comparece às Exposições Gerais de Belas Artes realizadas anualmente e distribui prêmios, medalhas e condecorações a artistas destacados. O imperador também passa a outorgar, a partir de 1845, o Prêmio Viagem, que financiava a estada de artistas no exterior durante o período de três anos. Entendia o monarca ser dever do estado proteger os artistas. Durante o seu reinado, 24 artistas foram beneficiados com esse Prêmio. Entre eles, destacam-se as figuras de Pedro Américo (1843-1905) e Vitor Meireles (1832-1903).<sup>22</sup> Por meio dessa política o governo imperial garantiu a produção de uma arte oficial que criou, sob sua encomenda, a iconografia que passou a ilustrar os grandes temas da história do país. Assim, Pedro Américo, no seu ateliê de Florença, pinta o conhecido o *Grito do Ipiranga* ou *Independência ou Morte*, sob encomenda do governo de São Paulo, e ilustra em grandes telas episódios da Guerra do Paraguai, como a *Batalha do Avaí*. Vitor Meireles cria *A Primeira Missa no Brasil*, em Paris, e outras obras de cunho histórico, como a *Batalha dos Guararapes*, o *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, essas duas últimas relacionadas também com a Guerra do Paraguai.

Com a proclamação da República, o ensino das artes passa por reformulação, dentro da ampla reforma da instrução pública promovida por Benjamim Constant, e a Academia vem a denominar-se Escola Nacional de Belas Artes.<sup>23</sup>

Em 1888, quase cinquenta anos depois da publicação da obra de Porto Alegre, aparece a *Arte brasileira*, de autoria do jornalista e crítico de arte L. Gonzaga Duque-Estrada (1863-19110). A obra, que segue a mesma linha e atualiza o trabalho de Porto Alegre, é uma das primeiras sistematizações das artes brasileiras e, como tal, é fonte obrigatória de referência.<sup>24</sup>

## 5. Mário de Andrade, os modernistas e a produção sobre arte no Brasil

Com os modernistas e a sua redescoberta do Brasil, inicia-se nova fase na arte e cultura brasileiras. O movimento buscou resgatar valores do passado, aí incluídas as manifestações da arte, tanto eruditas quanto populares.

No trabalho de Mário de Andrade (1893-1945) encontra-se síntese da ação envidada pelos modernistas para entender o Brasil. Com o objetivo de conhecer de perto o país, esse autor percorreu várias regiões, em viagens definidas por ele próprio como de turista aprendiz.

Para conhecer o patrimônio artístico do ciclo do ouro, Mário de Andrade realizou duas viagens a Minas Gerais. Durante a primeira, em 1919, visitou as cidades de Mariana, São João Del Rey, Congonhas do Campo e Ouro Preto. Como resultado de suas observações publicou, em 1920, na *Revista do Brasil*, o artigo *A arte religiosa em Minas Gerais*, que trata dos monumentos barrocos das cidades visitadas.

Durante a Semana Santa de 1924, fez a sua segunda visita ao estado. Participou de um grupo formado por outros intelectuais e artistas, muitos dos quais integrantes da Semana de Arte de 1922, que ficou conhecido como a “caravana paulista”. Dela faziam parte Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Olívia Guedes Penteadó, Gofredo Silva Telles, René Thiollier e Oswald de Andrade Filho. Estava presente no grupo o poeta suíço-francês Blaise Cendrars, cuja obra influenciou o trabalho de alguns modernistas<sup>25</sup>. Os viajantes participaram das solenidades tradicionais que são realizadas em São João Del Rey por ocasião da Semana Santa e visitaram outras cidades, como Ouro Preto e Congonhas do Campo.

A viagem influencia as obras posteriores de alguns de seus participantes. Na pintura de Tarsila do Amaral pode ser encontrado reflexo dos seus numerosos desenhos realizados durante todo o trajeto. As anotações recolhidas por Oswald de Andrade vão constar de seu *Manifesto Pau Brasil*, publicado em 1925.<sup>26</sup> Em 1828, o próprio Mário de Andrade publica um ensaio sobre o Aleijadinho. Blaise Cendrars também teria se impressionado com a obra do escultor a ponto de planejar escrever um trabalho sobre ela.<sup>27</sup>

A necessidade de restauração e conservação dos edifícios do patrimônio artístico mineiro também chamou a atenção dos visitantes. De volta, o grupo elaborou um plano para a criação de uma Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas Gerais. A idéia não foi concretizada devido a uma série de fatores, entre eles a eclosão da revolução de 1924.<sup>28</sup>

A observação do nosso passado por Mário de Andrade é estendida a outras regiões do país. Em 1927, vai à Amazônia. Lá realiza observações sobre a arquitetura de Belém e Manaus. De dezembro de 1928 a fevereiro de 1929 viaja ao Nordeste. Em suas anotações, fotos e desenhos são encontrados registros sobre a arquitetura das cidades visitadas. De 1928 a 1936 concentra sua atenção em São Paulo, quando percorre diversas cidades do estado.

É com os trabalhos de Mário de Andrade (1893-1945) que vai surgir a crítica artística com bases técnicas, apoiadas em conhecimentos históricos e estéticos.<sup>29</sup>

## 6. O interesse pelo patrimônio histórico e artístico nacional

A primeira preocupação governamental com a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional consta de um projeto apresentado à Câmara Federal em 1923, que não chegou a ser concretizado. Posteriormente, os estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco criaram leis específicas relacionadas a esse objetivo. A primeira manifestação concreta, em nível federal de preservação do patrimônio foi a elevação, pelo Decreto nº 22.928, de julho de 1933, da cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional. A 14 de julho de 1934, pelo Decreto 24.735, é criada a Inspeção dos Monumentos Nacionais, órgão vinculado ao Museu Histórico, que inicia a ação governamental nesse setor.

Necessitando de ação mais efetiva, o governo passa a estudar a criação de um organismo voltado especificamente a cuidar do patrimônio nacional em toda sua amplitude. Para tanto, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicita a Mário de Andrade a redação de um anteprojeto para a criação de um órgão com essa finalidade. A 30 de novembro de 1937 foi instituído, pelo Decreto Lei nº 25, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No projeto redigido por Mário de Andrade encontra-se refletido o seu entendimento abrangente sobre bens patrimoniais, fruto de suas viagens antropológicas pelo país. Assim ele o define: *entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.*<sup>30</sup>

Deve-se à ação do SPHAN não só a implementação de medidas efetivas de proteção ao patrimônio histórico do país, como também o desenvolvimento de estudos com bases científicas sobre a arte brasileira.

Sob a liderança e incentivo do seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), que permaneceu frente ao órgão até 1967, o SPHAN reuniu um grupo de intelectuais, artistas e críticos que se dedicou estudar a arte do país. *Esse grupo de especialistas [...] constituía uma espécie de fórum permanente estudos [...]*,<sup>31</sup> cujos trabalhos contribuíram para a formação de um saber específico relacionado com o acervo cultural do país.<sup>32</sup>

Para a publicação dos trabalhos foi criada, também em 1937, a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Seu objetivo foi claramente definido por Melo Franco. Ao contrário de instrumento de propaganda do órgão e divulgador de suas atividades, o veículo deveria ter como objetivo [...] *divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo*.<sup>33</sup>

A *Revista* passa a ser um título de referência obrigatória da historiografia artística brasileira. Nela estão publicados trabalhos clássicos nesse campo, de autores como Mário de Andrade, Rodrigo M. F. de Andrade, Luís Saia, Joaquim Cardoso, Lúcio Costa, Gilberto Freire, Curt Niemendaju e outros.<sup>34</sup>

Outra ação do SPHAN foi voltada ao incentivo a especialistas para a realização de estudos. Os trabalhos de D. Clemente Maria da Silva-Nigra (1903-1987)<sup>35</sup> são bons exemplos dessa ação. Baseado na pesquisa em fontes primárias, Silva-Nigra realizou, por meio de vários trabalhos, a reconstituição histórica da atividade empreendida pelos membros da ordem beneditina durante a época colonial, para a edificação dos seus mosteiros no Rio de Janeiro e em Salvador. Estudou não só a ação dos arquitetos, como também de outros profissionais, como pintores, escultores e artífices de várias especializações que atuaram nas obras<sup>36</sup>. Silva-Nigra foi autor de cerca de mais de 30 outros títulos sobre vários aspectos da arte colonial brasileira.

## 7. A contribuição estrangeira

O estudo da arte brasileira também atraiu a atenção de especialistas estrangeiros. O interesse pelo tema foi, em muitos casos, consequência de estudos sobre arte portuguesa em que os mesmos estavam envolvidos. Dois exemplos podem ser citados.

Em 1937 esteve pela primeira vez no Brasil Robert C. Smith (1912-1975). De nacionalidade americana e com doutorado por Harvard, veio como membro do *American Council of Learned Societies*, para realizar um levantamento sobre arte brasileira em bibliotecas e arquivos locais.

Smith foi responsável pela publicação anual, a partir de 1938, da bibliografia sobre arte brasileira no *Handbook of Latinamerican Studies*. Como chefe do Arquivo de Cultura Hispânica da Fundação Hispânica da *Library of Congress*, dos Estados Unidos, elaborou um levantamento do acervo da biblioteca referente à arte brasileira para o *Guide of the art of Latin América*.

Com essas credenciais, foi convidado a elaborar o capítulo sobre arte no *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, publicado em 1949 sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien. A bibliografia, precedida por um ensaio crítico, contém 968 itens e constitui um dos primeiros levantamentos sistematizados de informações sobre a arte brasileira.<sup>37</sup> Robert Smith é autor de vários outros trabalhos sobre arte brasileira.

Na Europa, um dos maiores estudiosos e divulgadores da arte brasileira foi o francês Germain Bazin (1901-1990). Historiador de arte, museólogo e professor, lecionou museologia na Escola do Louvre e foi conservador das pinturas do Museu do Louvre. Esteve pela primeira vez no Brasil em 1945, quando se interessou pela arte brasileira, especialmente a colonial. Como resultado de suas pesquisas e viagens por várias regiões do país, publicou na França duas importantes obras que são fontes de referência obrigatória: *L'architecture religieuse baroque au Brésil* (1956) e *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil* (1963).<sup>38</sup>

## 8. O mecenato empresarial

O mecenato empresarial no Brasil é uma manifestação recente. Inicia-se no final dos anos 40 e início dos 50, quando os empresários de origem italiana Francisco Matarazzo Sobrinho e Franco Zampari criam, em 1948, o Museu de Arte Moderna de São Paulo. Posteriormente, Francisco Matarazzo terá papel importante na organização da Fundação Bienal de São Paulo, em 1951. Outro exemplo da atuação empresarial nas artes durante os primeiros tempos é a fundação, em 1947, do Museu de Arte de São Paulo, pelo jornalista Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*. No Rio de Janeiro, Paulo Bittencourt e Niomar Muniz Sodré, donos do *Correio da Manhã*, criam, também em 1947, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.<sup>39</sup>

Nas últimas décadas, o mecenato empresarial foi um dos elementos que impulsionaram o desenvolvimento da bibliografia sobre arte brasileira. Trata-se da

publicação, mediante patrocínio, de livros de grande qualidade editorial, coordenados por especialistas e ricamente ilustrados. Devido a seus custos, dificilmente esse tipo de obra seria publicado por editora comercial.<sup>40</sup>

O primeiro livro do gênero, *As artes plásticas no Brasil*, foi publicado em 1952, sob o patrocínio da Sul América Seguros e do Banco Hipotecário Lar Brasileiro<sup>41</sup>. Nesse momento, pode-se verificar, mais uma vez, a atuação pioneira do SPHAN. O livro foi coordenado por Rodrigo de Melo Franco e contém estudos de autoria de especialistas como Frederico Barata, Gastão Cruls, Cecília Meireles e outros.

Um marco da atuação empresarial nessa área são as publicações patrocinadas pela Construtora Norberto Odebrecht, da Bahia, que hoje conta com mais de 50 títulos lançados. Sua linha foi durante certo período orientada pelo crítico e historiador de arte brasileira Clarival do Prado Valladares (1918-1983). Dentre os títulos publicados sob sua direção destaca-se *Nordeste Histórico e Monumental*, série composta de quatro volumes, que registra a iconografia artística barroca nordestina.

É também importante a contribuição do Banco Safra, voltada para a publicação de livros sobre os museus brasileiros. A série foi iniciada em 1982 com o Museu de Arte de São Paulo. Cada volume contém um estudo introdutório sobre o museu a que se refere e acompanha reproduções fotográficas dos objetos mais significativos de cada coleção.

Sob o patrocínio do Banco Sudameris do Brasil S. A. foi publicada a série denominada *Arte e Cultura*. A coleção, que teve como primeiro título *O modernismo no Brasil*, foi composta de vários textos de autoria de Pietro Maria Bardi (1900-1990), fundador e primeiro diretor do hoje Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP).

O incremento do patrocínio de livros sobre arte deveu-se à promulgação da Lei nº 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, a qual possibilitava a dedução dos valores empregados pelas empresas em projetos culturais dos impostos devidos. Um dos benefícios que se pode atribuir à referida Lei foi o de despertar na consciência do empresariado nacional o valor de atuar na área cultural. Dentro desse espírito, numerosos livros foram produzidos, sendo inclusive criadas editoras especializadas em assessoria editorial aos interessados.

Com os benefícios da Lei Sarney, foi publicada em 1983 *História geral da arte no Brasil*, patrocinada pelo Instituto Moreira Alves e a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia. Coordenada por Walter Zanini, a obra, em dois volumes, reúne estudos de especialistas sobre diferentes aspectos da arte brasileira, apresentados cronologicamente. Segundo NEISNTEIN, citado por COSTA, é [...] *a mais completa visão geral e introdução à história da arte no Brasil até o presente*.<sup>42</sup>

A Lei Sarney foi substituída em 1991 pela Lei 8.313/81, conhecida como Lei Rouanet, que reorientou a política de incentivos culturais, procurando corrigir impropriedades da legislação anterior. Por ela foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor.

Como exemplo recente da utilização das novas tecnologias da informação, o Centro Cultural Itaú, com base no seu banco de dados, lançou em 2000 na Internet a obra de referência *Enciclopédia Itaú de Artes Visuais*<sup>43</sup>, que contém biografias de artistas e informações sobre conceitos e marcos, abrangendo todos os períodos e tendências da arte brasileira.

Um problema grave que acompanhou as publicações empresariais desde o seu início foi o acesso às obras publicadas. As empresas dirigiam a sua distribuição geralmente como brindes de final de ano a clientes preferenciais e autoridades, indo parar geralmente a publicação nas mãos dos menos interessados. Para sanar esse obstáculo, verifica-se que atualmente parte da edição de cada título vem sendo colocada à venda nas livrarias.

## 9. A restauração de monumentos do patrimônio nacional

Nos últimos anos, têm se observado importantes ações de restauração de monumentos arquitetônicos nacionais significativos em várias regiões do país, as quais vêm sendo realizadas pelo programa *Monumenta*, do Ministério da Cultura, que envolve instituições como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste do Brasil.<sup>44</sup> Organizações internacionais como a União Européia<sup>45</sup> e governos nacionais, como o espanhol<sup>46</sup>, também têm contribuído para restauração de monumentos nacionais. Além de resultar na prática na preservação de um bem cultural, essas ações vêm contribuindo para a formação de restauradores, além de gerar estudos e pesquisa sobre o bem em intervenção, o que contribui para o aumento da bibliografia especializada.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) contribuiu de forma decisiva para a preservação dos monumentos brasileiros. Por meio da Convenção do Patrimônio Mundial, criada 1972, procura incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. O Brasil, signatário da Convenção, possui atualmente 17 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Os de interesse artístico são os seguintes: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, Minas Gerais - 05/09/80; Conjunto

Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico de Olinda, Pernambuco - 17/12/82; Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul - 09/12/83; Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Salvador, Bahia - 06/12/85; Santuário de Bom Jesus do Matosinhos - Congonhas, Minas Gerais - 06/12/85; Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília, Distrito Federal - 11/12/87; Parque Nacional da Serra da Capivara - São Raimundo Nonato, Piauí - 13/12/91; Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico de São Luís, Maranhão - 3/12/97; Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico de Diamantina, Minas Gerais - 01/12/99 e Centro Histórico de Goiás, Goiás - 27/06/2001.

## 10. As grandes exposições e seus catálogos

As grandes exposições temáticas que vêm sendo organizadas nas últimas décadas, por museus e outras instituições culturais, também têm contribuído para o desenvolvimento da história da arte entre nós. Esses eventos têm atraído cada vez mais o grande público, contribuindo, dessa forma para estimular o interesse pela arte. Por outro lado, a bibliografia especializada tem se beneficiado com a publicação de catálogos comentados, que constituem verdadeiras monografias temáticas. Pietro Maria Bardi foi também um dos introdutores das grandes exposições temáticas no Brasil. Em 1969, foi montada no MASP a *Mão do povo brasileiro*, organizada por Lina Bo Bardi, que explorou a criatividade brasileira representada no mobiliário, peças de uso cotidiano, artesanato, imagens religiosas e decorativas.<sup>47</sup> O MASP organizou também, em 1979, a primeira exposição dedicada à história da arte brasileira, intitulada *Arte no Brasil; uma história de cinco séculos*. De caráter abrangente, a mostra contemplou desde a arte pré-histórica e indígena até a contemporânea, e expôs não só as obras dos grandes mestres, como também as de artífices populares.<sup>48</sup>

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP-CIESP) inauguraram, em 1998, seu Centro Cultural, com a exposição *O universo mágico do barroco brasileiro*, que reuniu peças representativas do período barroco, pertencentes a instituições e particulares. O catálogo respectivo republica trabalhos de vários autores, considerados clássicos para o estudo do período.<sup>49</sup>

No âmbito das comemorações dos quinhentos anos de descobrimento do Brasil, diversas exposições foram organizadas. Visando à divulgação no exterior, foi realizada em 1999, no *Petit Palais*, de Paris, a mostra *Brésil barroque: entre ciel et terre*. O evento, patrocinado pela União Latina, reuniu esforços de diferentes instituições brasileiras e francesas, e representou a mais importante mostra de arte

brasileira realizada na Europa. Nesse caso, o catálogo publicado, além de ricamente ilustrado, contém uma série de estudos de especialistas sobre o assunto.<sup>50</sup>

O evento mais importante, no entanto, dentre as comemorações do quinto centenário foi a *Mostra do Redescobrimento*, realizada em São Paulo no ano 2000. A exposição enfocou, por meio de módulos, diversos aspectos da arte e cultura brasileira, desde o período pré-colonial até os movimentos atuais. O conjunto de catálogos, composto de 12 volumes, constitui uma das mais importantes fontes de referência sobre arte brasileira já publicadas.

Mais recentemente e com o objetivo de divulgação no exterior, foi realizada no *Guggenheim Museum* de Nova Iorque a exposição *Brazil: body and soul*. O evento, que foi a maior mostra de arte brasileira realizada nos Estados Unidos, reuniu peças dos períodos barroco, moderno e contemporâneo. O catálogo respectivo contém ensaios de diversos especialistas.

## 11. A contribuição da pós-graduação e da pesquisa

A história da arte no Brasil vem recebendo o impulso da pós-graduação e pesquisa, que têm agregado novos estudos à área, baseados na utilização de fontes primárias. Alguns casos podem ser citados. O programa de pós-graduação da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) tem produzido, principalmente a partir de 1990, número significativo de teses e dissertações sobre o tema. Os cursos de pós-graduação em história, por meio de linhas de pesquisa relacionadas com estudos do cotidiano, imaginário e religiosidade, também têm propiciado o surgimento de trabalhos no campo, como é o caso do programa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outras. Também na UFMG, o Centro de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis (CECOR) do Departamento de Artes Plásticas promove o Curso de Especialização em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis, com o objetivo de preparar pessoal para atuar na área e realizar pesquisas.<sup>51</sup> O Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP), desde 1987, vem desenvolvendo o projeto *Barroco Memória Viva*, que promove cursos, palestras e viagens de estudo a centros importantes da arte brasileira colonial.<sup>52</sup>

## Considerações finais

A história da arte no Brasil como campo de estudos é relativamente nova. Como foi visto, as primeiras publicações sobre o tema só vão aparecer a partir da segunda metade do século XIX. Os textos publicados nesse período são de caráter descritivo,

muitos laudatórios, nos quais não se evidencia base documental e crítica. Os estudos com base científica e contextualização histórica só vão aparecer mais tarde, com os trabalhos de Mário de Andrade e dos estudiosos ligados ao SPHAN. Mais recentemente outros fatores, como o mecenato empresarial e a organização de grandes exposições, têm contribuído para o aumento da produção bibliográfica da área.

Entretanto a bibliografia apresenta desenvolvimento desigual com predomínio de estudos isolados. Os estudos de caráter geral são limitados e muitos temas carecem de tratamento mais aprofundado. A bibliografia é dispersa, não existindo hoje repertório bibliográfico único que possa facilitar os levantamentos. A pesquisa primária em arquivos públicos e particulares é um campo ainda a ser mais bem explorado, para se dispor de uma base documental consistente.

Mediante o desenvolvimento de estudos sistemáticos, a área se estabelecerá como campo de trabalho com identidade própria. A pós-graduação e a pesquisa têm um papel fundamental nesse sentido. Os esforços hoje existentes são de certa forma isolados e por vezes estão ligados a iniciativas particulares.

## Notas

<sup>1</sup> Um ensaio sobre os historiadores da arte brasileira pode ser encontrado no trabalho: SMITH, Robert C. Arte. In: MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. v. 1, p. 26-43.

<sup>2</sup> LEITE, José Roberto Teixeira. Os pintores de Nassau. In: ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. v. 1, p. 349.

<sup>3</sup> SMITH, Robert C. Arte. In: MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. v. 1, p. 27.

<sup>4</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo horizonte: Itatiaia, 1974. p. 92.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Ibid. p. 93

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> SMITH, Robert C. Op. cit., p. 29.

<sup>9</sup> AS PRIMEIRAS descrições de Congonhas. In: SMITH, Robert C. *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: Agir, 1973. p. 120-122. Os autores citados são: SESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Journal von Brasilien*. Weimar, 1818, v. 1, p. 131-132; LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the souther parts of Brazil, taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*. London, 1820. p. 520-521; WEECK, J. Friedrich von. *Reise über England und Portugal nach Brasilien und den vereinigtn staaten des La-Plata-stromes während den*

*Jahren 1823 bis 1827*. München, 1831, v.2, p. 191; BURTON, Richard Francis. *Exploration of the highlands of the Brazil*. London, 1869, v. 1, p. 168-169.

<sup>10</sup> Há registros de pintores portugueses e brasileiros que aqui trabalharam antes de Nassau. Para tanto, ver: LEITE, José Roberto Teixeira. Op. cit., p. 350.

<sup>11</sup> Uma boa documentação sobre as atividades dos artistas holandeses no Brasil pode ser encontrada na obra: WHITEHEAD, P. J. P., BOESEMAN, M. *Um retrato do Brasil holandês do século XVII; animais plantas e gente pelos artistas de Johan Maurits de Nassau*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

<sup>12</sup> LEITE, José Roberto Teixeira. Op. cit., p. 350.

<sup>13</sup> CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Apresentação. In: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. t. 1.

<sup>14</sup> PL. 10 – Atelier de Debret à Catumbi. In: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

<sup>15</sup> VILLAÇA, Antonio Carlos. Debret, um itinerário de amor. In: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 19.

<sup>16</sup> Um levantamento completo dos artistas estrangeiros que visitaram o Brasil e sua obra pode ser encontrado na série *O Brasil dos viajantes*, de Ana Maria de Moraes Belluzzo, publicada em 1994, composta de três volumes: v.1 *Imaginário do Novo Mundo*; v. 2 *Um lugar no universo* e v. 3 *A construção da paisagem*. (Ver referências bibliográficas)

<sup>17</sup> BARATA, Mário. Significação da Missão Francesa de 1816. In: ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. v. 1, p. 383.

<sup>18</sup> BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 16-17.

<sup>19</sup> SMITH, Robert C. Op. cit., p. 31.

<sup>20</sup> BARATA, Mário. Op. cit., p. 403.

<sup>21</sup> SMITH, Robert C. Op. cit., p. 30.

<sup>22</sup> Sobre a ação de D. Pedro II na área cultural, ver: SCHWATZ, Lilia Moritz. “Um monarca nos trópicos”. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II. In: \_\_\_\_\_. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 125-157.

<sup>23</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 6. ed. Brasília, UnB; Rio de Janeiro, UFRJ, 1996. p. 608.

<sup>24</sup> DUQUE-ESTRADA, Luís Gonzaga. *A arte brasileira; pintura e escultura*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1888. Uma reedição da obra foi publicada em 1995. Ver bibliografia mínima.

<sup>25</sup> Sobre este tema ver: AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Martins, 1970.



<sup>26</sup> AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendars no Brasil e o modernistas*. São Paulo: Martins, 1970. p. 46.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Ibid., p. 75.

<sup>29</sup> PASSOS, Maria José Spiteri Tavoraro. Barroco memória viva: a extensão da universidade. In: TIRAPELI, Percival, org. *Arte sacra colonial; barroco memória viva*. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial, 2001. p. 254.

<sup>30</sup> Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981. p. 39.

<sup>31</sup> CAMPELLO, Glauco. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 26, p. 22, 1997. p. 9

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 26, p. 22, 1997.

<sup>34</sup> O número 26, 1997, da *Revista*, comemorativo aos 60 anos de sua publicação, contém a republicação de colaborações importantes, seguidas de comentários e de um histórico da publicação.

<sup>35</sup> D. Clemente Maria da Silva-Nigra, monge beneditino de origem alemã, chegou ao Brasil em 1922. Pesquisador e historiador da arte brasileira, foi perito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1955, organizou a Exposição de Arte Retrospectiva Brasileira por ocasião do 36º Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro. Mediante convite do então reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgard Santos, intermediado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, dirigiu o Museu de Arte Sacra da Bahia da Universidade Federal da Bahia entre 1959 e 1972. Faleceu em 1987. O MUSEU de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

<sup>36</sup> SILVA-NIGRA, Clemente Maria. *Três artistas beneditinos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950.

<sup>37</sup> SMITH, Robert C. Arte. In: MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. v. 1, p. 26-153.

<sup>38</sup> BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s. d. \_\_\_\_\_, *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s. d.

<sup>39</sup> MOISÉS, José Álvaro. Os efeitos das leis do incentivo. In: WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. (Org.) *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Brasília: Ministério da Cultura, 1998. p. 427.

<sup>40</sup> Sobre este tema ver: COSTA, Cacilda Teixeira da. *Livros de arte no Brasil*: edições patrocinadas. São Paulo: Itaú Cultural, 2000.

<sup>41</sup> Idem, p. 14

<sup>42</sup> Ibid., 18.

<sup>43</sup> <[http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd\\_pagina=162](http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=162)>. Acesso em 30 set.2002

<sup>44</sup> TADDEI, Pedro. Os grandes projetos. In: WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. (Org.) *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Brasília: Ministério da Cultura, 1998. p. 145.

<sup>45</sup> A União Européia, por meio do Programa Rafael, apoiou um projeto de conservação e restauro da Igreja de Santo Antonio de Igarassu, Pernambuco. O trabalho envolveu entidades portuguesas, como a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, e brasileiras, como a Fundação Joaquim Nabuco e a Fundação Cultural Brasil-Portugal, entre outras. A esse respeito, ver: IGREJA de Santo António de Igarassu; conservação e restauro. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo, 2000.

<sup>46</sup> O governo espanhol tem atuado na preservação de monumentos nacionais por meio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). Com apoio dessa Agência foram criadas Oficinas-Escolas nas cidades de João Pessoa e Salvador, destinadas à formação de mão-de-obra especializada nas atividades artesanais de restauração e conservação.

<sup>47</sup> BARDI, Pietro Maria. *História do MASP*. [São Paulo]: Instituto Quadrante, 1992. p. 32.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. Aos visitantes. In: ARTE no Brasil: uma história de cinco séculos. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, [1979?].

<sup>49</sup> O UNIVERSO mágico do barroco brasileiro. São Paulo: SESI, 1998

<sup>50</sup> BRÉSIL barroque: entre ciel et terre. Paris: Union Latine, 1999.

<sup>51</sup> <<http://cecor.eba.ufmg.br/espec/espec.html>> Acesso em 30 set. 2002.

<sup>52</sup> PASSOS, Maria José Spiteri Tavoraro. Op. cit., p. 254.

## Referências bibliográficas

AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Martins, 1970.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 26, p. 22, 1997.

ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 6. ed. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BARDI, Pietro Maria. *História do MASP*. [São Paulo]: Instituto Quadrante, 1992.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *A construção da paisagem*. [Salvador]: Fundação Odebrecht, 1994 (O Brasil dos viajantes, v. 3)

\_\_\_\_\_. *Imaginário do Novo Mundo*. [Salvador]: Fundação Odebrecht, 1994 (O Brasil dos viajantes, v. 1)

\_\_\_\_\_. *Um lugar no universo*. [Salvador]: Fundação Odebrecht, 1994 (O Brasil dos viajantes, v. 2)

BRÉSIL barroque: entre ciel et terre. Paris: Union Latine, 1999.

COSTA, Cacilda Teixeira da. *Livros de arte no Brasil*: edições patrocinadas. São Paulo: Itaú Cultural, 2000.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Apresentação. In: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. t. 1.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

IGREJA de Santo António de Igarassu; conservação e restauro. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo, 2000.

LEITE, José Roberto Teixeira. Os pintores de Nassau. In: ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

O MUSEU de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

O UNIVERSO mágico do barroco brasileiro. São Paulo: SESI, 1998.

PASSOS, Maria José Spiteri Tavoraro. Barroco memória viva: a extensão da universidade. In: TIRAPELI, Percival (org.). *Arte sacra colonial; barroco memória viva*. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria. *Três artistas beneditinos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950.

SMITH, Robert C. *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. (Org.) *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Brasília: Ministério da Cultura, 1998.

WHITEHEAD, P. J. P., BOESEMANN, M. *Um retrato do Brasil holandês do século XVII; animais plantas e gente pelos artistas de Johan Maurits de Nassau*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

## Anexo – Bibliografia mínima

### Bibliografias Gerais

NEISTEIN, José. *A arte no Brasil dos primórdios ao século vinte*: uma bibliografia seleta e anotada. Washington, DC: Brazilian-American Cultural Institut; São Paulo: Livraria Kosmos, 1997. 535 p.

PONCE DE LEÓN, Fernando; GASPAS, Lúcia. *História da arte luso-brasileira*: guia bibliográfico. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

SMITH, Robert C. Arte. In: MORAES, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. v. 1, p. 19-153.

VALLADARES, José. *Arte brasileira*: publicações de 1943-53. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1955.

### Dicionários e Guias

AYALA, Waldir. *Dicionário de pintores brasileiros*. Curitiba: UFPr, 1997.

CAVALCANTI, Carlos. *Dicionário brasileiro de artistas plásticos*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973. 4 v.

COSTA, Cacilda Teixeira da. *Livros de arte no Brasil*: edições patrocinadas. São Paulo: Itaú Cultural, 2000.

GUIA de museus brasileiros. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário crítico da pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

RIBEIRO, Berta G. *Dicionário de artesanato indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

### Obras Gerais

ANDRADE, Rodrigo de Melo Franco (Coord.) *As artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul América Companhia Nacional de Seguros: Banco Hipotecário Lar Brasileiro, 1952.

ARTE NO BRASIL. São Paulo: Abril, 1979. 2 v.

- BARDI, P. M. *História da arte brasileira: pintura, escultura, arquitetura, outras artes*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- COMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983.
- D' ARAÚJO, Antonio Luiz. *Arte no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- DUQUE, Gonzaga. *A arte no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras: 1995.
- LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintura moderna brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- MORAIS, Frederico de. *Cronologia das artes plásticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Top-Books, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Panorama das artes plásticas: séculos XIX e XX*. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1991.
- ZANINE, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. 2 v.

### Resumo

Apresenta o desenvolvimento da história da arte brasileira, a partir das informações colhidas nas crônicas dos viajantes que estiveram no país do século XVI ao XIX. Analisa o papel da Missão Artística Francesa no desenvolvimento da arte e do ensino artístico no Brasil e os primeiros resultados da Academia. Considera outros fatores que impulsionaram a arte brasileira, como o modernismo, as ações de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o mecenato empresarial, as grandes exposições e o papel da pesquisa e pós-graduação na área.

Palavras-chave: arte brasileira; história da arte, modernismo, mecenato

### Abstract

The article shows the development of the history of the Brazilian art based on the information from the diaries and travel chronicles of those travelers who had been to the country from the 16<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup> century. It also analyzes the role of the French Artistic Mission in the development of art and art education in Brazil and the consequences of the Academy. It considers other factors that stimulated Brazilian art, such as Modernism, actions for the conservation of the historic and artistic heritage, the business art patronage, the big exhibits and the role of research and graduation in the field.

Key words: Brazilian art, history of arts, modernism, patronage

### Resumen

Presenta el desarrollo de la historia del arte brasileña a partir de las informaciones de las crónicas de viajeros que estuvieron en el país desde siglo XVI hasta el XIX. Estudia el rol de la Misión Artística Francesa en el desarrollo del arte y de la educación del arte en el país y las consecuencias de la Academia. Considera otros factores que contribuyeron para el arte en el Brasil, como el movimiento modernista, las acciones volcadas hacia la conservación del patrimonio histórico nacional, el mecenazgo empresarial, las grandes exposiciones y la postgradación y la investigación.

Palabras claves: Arte brasileña, Historia, Modernismo, Mecenazgo

***Sobre a cor da noite:  
teorias raciais e visões sobre o  
negro em meio aos debates  
científicos da passagem do  
século XIX para o XX***

Era um sonho dantesco... o tombadilho  
Que das luzernas avermelha o brilho,  
Em sangue a se banhar.  
Tinir de ferros... estalar de açoite...  
Legiões de homens negros como a noite,  
Horrendos a dançar...

(Castro Alves. *O Navio Negreiro*)

**Quando a fala oficial revela as idéias raciais**

A participação da delegação brasileira na III Conferência Internacional contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela ONU em Durban, na África do Sul<sup>1</sup>, foi sintomática para o entendimento da atual postura oficial com relação à questão racial no país. Nesse sentido, citemos apenas uma das idéias defendidas pelos brasileiros na Conferência, que foi a da criação de cotas para negros nas Universidades Públicas<sup>2</sup>. Proposta geradora de grande polêmica e que se encontrava, pelo menos no momento de sua exposição em solo africano, apenas no campo dos debates, a mesma é reveladora das mudanças históricas da posição do Estado brasileiro em relação às práticas discriminatórias e racistas existentes no interior da sociedade nacional. O pedido de desculpas à população negra, pela responsabilidade do Estado na manutenção da escravidão no passado, apresentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no lançamento de um plano de cotas para negros nas contratações realizadas pelo serviço público, não só confirma o atual discurso anti-racista do Estado como também incentiva a reflexão histórica sobre o conjunto de idéias elaborado no Brasil sobre a questão.

A nova direção assumida pelas políticas oficiais rompe com um passado marcado, em grande medida, pelo silêncio e por posturas que, se não assumiam o racismo como algo existente ou como uma política do Estado, incentivavam a aceitação de que a igualdade prevista nas leis e a miscigenação racial fizeram desapare-

cer as práticas racistas no país. Sem falarmos ainda de um tempo, não tão distante, no qual intelectuais e governantes defendiam abertamente a mudança da composição étnica de nossa população. Nos poucos mais de cem anos que nos separam da Lei Áurea (1888), é certo que as posturas oficiais foram revestidas dos interesses de certas elites econômicas e políticas ou responderam aos movimentos sociais e debates teórico-científicos que versavam sobre a questão racial. Porém, também espelharam um país marcado pelas contradições evidenciadas em vários aspectos de seu tecido social, no qual o racismo existiu, apesar de muitas vezes de maneira velada. Atentemos, entretanto, às posturas governamentais, em rápidas incursões por três momentos diversos de nossa história recente. Podemos afirmar, com alguns cuidados, que nesses momentos o que era produzido no meio intelectual influenciava, de certa forma, as ações do Estado acerca da questão das raças. Por isso, voltemos a essas posturas.

O período em que esteve inserida a abolição da escravidão e o que se seguiu a ela foram marcados pelas impregnações das teorias evolucionistas e deterministas - que aportavam por aqui - nos trabalhos dos intelectuais que construam a idéia da Nação e justificavam o novo regime republicano. Essas contribuições se traduziram na política e nas teorias do branqueamento da população como recurso de viabilidade dos projetos para o progresso do país, ao mesmo tempo em que justificavam a hierarquia social excludente. Percebe-se, com relação a esse ponto, o tratamento desatento que, até poucos anos atrás, marcou nossa historiografia sobre o fim do trabalho escravo. Um exemplo claro dessa constatação é a ausência, com raríssimas exceções, nos livros didáticos de História, dos outros interesses estatais, que, para além da simples substituição da mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira, incentivaram a imigração de milhares de europeus para o Brasil a partir de 1850. A entrada desses homens, mulheres e crianças no Brasil - com o incentivo do Estado - ocorreu também com o intuito de mudar o tom da cor da pele da população brasileira. A intenção era tornar o progresso do país viável pelo aspecto racial, ou seja, branquear a nação.

Passadas algumas décadas, aproximadamente a partir dos anos 30, as teorias sobre a democracia das raças fizeram com que as idéias negativas acerca do negro fossem minimizadas, e o Estado passasse ao silêncio encoberto pela idéia de não existir racismo no país. Em 1951, a lei Afonso Arinos<sup>3</sup> classificaria como contravenção penal as práticas de discriminação racial. Para um país não racista parecia uma medida desnecessária, que visava apenas corrigir uma minoria que teimava em não respeitar as teorias democráticas. Nas duas décadas seguintes, na esfera das idéias - apesar do movimento de desconstrução do mito da igualdade das cores

de pele -, as análises marxistas retiravam a luta do campo das raças e a transferiam para o campo das classes. Mais uma vez era diluída a ação daqueles que, como uma minoria de lúcidos em meio aos alienados – para não fugir à retórica marxista – percebiam o óbvio, sem disfarces ou teorias: que existia racismo no Brasil.

Porém, a partir da década de oitenta a postura de intelectuais, políticos e governantes modificou-se. Como aponta o africano e professor da USP, Kabengele Munanga, no livro sob sua organização – *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*<sup>4</sup> – além do alinhamento com as idéias sobre a não existência de racismo no Brasil ou com as análises de luta de classes, alguns intelectuais e políticos “tiveram uma posição claramente assumida sobre o preconceito e a discriminação brasileira”<sup>5</sup>. Secretarias e Conselhos foram criados para discutirem políticas contra o racismo e a defesa dos direitos dos negros na sociedade e o movimento negro se fortaleceu. O ano de 1988 foi também chave na compreensão dessa mudança. A promulgação da nova Constituição, que trazia em seu artigo quinto a classificação da prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível, veio reforçar o novo sentido dado à temática. O estranho nessa medida, pelo menos para aqueles que continuavam acreditando na teoria da democracia racial, foi o número de parlamentares negros participantes da constituinte: sete, num total de 559.

Na década de noventa, estudos promovidos por Universidades, centros de pesquisa, órgãos da imprensa e a comemoração dos trezentos anos da morte de Zumbi faziam crer que novas mudanças eram esperadas em relação ao tratamento dos afro-descendentes. As expectativas aumentaram quando, no governo FHC, criou-se um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que deveria elaborar políticas ou planos para promover a melhoria nas condições de vida da população negra. Porém, do pouco que se discutiu, quase nada se fez. Talvez as mais recentes ações do governo convirjam para uma real ação no sentido de efetivar práticas que modifiquem a situação socioeconômica de grande parte dos negros brasileiros.

Percebe-se, portanto, que as alterações de maior relevância da postura oficial sobre a questão racial são extremamente recentes e ainda, apesar dos esforços, pálidas. Mas, esqueçamos um pouco a história das políticas oficiais acerca do racismo e voltemos nossas atenções para a já citada Conferência, em Durban. Mais do que isso, tentemos captar seu sentido simbólico para a discussão das temáticas raciais no país. Entre os opositores da criação de cotas para negros nas universidades ou no serviço público, dois argumentos se mostraram instigantes à reflexão. O primeiro se refere à dificuldade de identificar quem são os negros no país. De fato a miscigenação étnica no Brasil é um dado histórico indiscutível. Nesse caso, encontrar uma solução para o problema da identificação étnica com o auxílio das

“teorias de identidade”, elaboradas no âmbito das ciências sociais, seria um bom encaminhamento. Sem falar da clara possibilidade de se abrir um debate nacional, com a participação de diversos segmentos sociais, intelectuais e étnicos, sobre o assunto. Até porque, em se pensando no Brasil, o fato de existir uma discussão sobre o tema, enquanto nas últimas décadas muitos insistiam em aceitar a não existência de racismo no país, é um avanço louvável. O segundo ponto, menos comum aos que discordam da política de favorecimento aos negros, tem para nós um alcance inquietador. Em meio a um confuso discurso nacionalista, vozes se levantaram contra a autenticidade da idéia. Criada no final da década de 60 e início dos anos setenta nos Estados Unidos, as políticas afirmativas, de reparação ou o sistema de cotas passaram a ser vistos no Brasil como cópia de idéias ou projetos estrangeiros e, por isso, distantes de nossa realidade.

Chegamos finalmente ao ponto crucial de nossas reflexões. O caráter simbólico da Conferência também está atrelado a ele e é revestido da fusão do velho com o novo. Não entraremos aqui na questão da cópia de políticas com relação ao sistema de cotas, pois se elas não foram criadas por nossos intelectuais e políticos brancos, já que poucos são negros, as mesmas poderiam ser, num amplo debate, reelaboradas ou refutadas para atender às necessidades brasileiras. Mas é notável que, em cem anos, a inversão da aceitação de fórmulas teóricas estrangeiras não gere o mesmo efeito com relação à exclusão do negro. Na passagem do século XIX para o XX, as teorias racistas adotadas e adaptadas no país impeliam a nação rumo ao desenvolvimento, ao progresso, ao branqueamento e à exclusão do negro. Já na passagem do XX para o XXI, a não aceitação de que uma idéia estrangeira pudesse ser utilizada - quando tantas já o foram - no país nos impele rumo a uma suposta autonomia política intelectual e rumo à continuidade da exclusão do negro. Aí o simbolismo de Durban, a continuidade. Seu simbolismo, portanto está no campo das idéias. A partir dele começaremos nossos apontamentos.

De 1901 a 2001 as idéias que circulavam no Brasil sobre a aceitação ou rejeição do negro como elemento integrante da identidade nacional sofreram transformações significativas. Essas mudanças têm como uma de suas várias causas os debates e pesquisas acadêmicas, que possuem nesse caso historicidade esclarecedora. Não querendo diminuir a importância das demais causas, mas procurando o entendimento dos caminhos e descaminhos de nossos cientistas sobre a questão racial, focalizamos a atenção sobre seus estudos. Pensando ainda nos dois extremos de nossos referenciais, vamos privilegiar as análises sobre as idéias na passagem para os novecentos<sup>6</sup>. Primeiro, porque não podemos determinar quais serão os resultados das propostas atualmente em discussão, e, segundo, para dar conti-

nuidade a um movimento de releitura sobre aqueles que há cem anos construíram argumentos favoráveis às teorias racistas.

Nesse sentido, o presente artigo nada tem de inovador. Vamos apenas nos unir àqueles que revisitaram alguns intelectuais do período, conhecidos como os predecessores das ciências sociais no país<sup>7</sup>. No entanto, essa releitura vai partir de um sentido diferente daquele que a grande parte dos estudos realizados tomou. Seguindo a revisão efetuada pela antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças*<sup>8</sup> (1993<sup>9</sup>), vislumbra-se na trilha dos estudos, sobre o momento em questão, uma linguagem quase única na interpretação da originalidade das idéias raciais adotadas no país. Segundo suas conclusões, as interpretações elaboradas sobre os intelectuais que utilizaram as idéias racistas, na passagem do XIX para o XX, reconhecem nos mesmos simples copistas das teorias estrangeiras.

*Teóricos e escolas anteriores à instalação das universidades no Brasil foram vistos como criadores de cópias inautênticas, reprodutores de modelos que se referiam a realidades, por essência, díspares da nossa.*<sup>10</sup>

Era como se esses não fizessem parte de um contexto singular - fosse social, econômico ou político -, como se não respondessem a interesses pessoais ou de grupos, como se simplesmente implantassem no Brasil, de forma arbitrária, teorias em uso na Europa. Também era de se esperar que essas leituras, sobre os pensadores da passagem do XIX para o XX, apresentassem, entre si, diferenças. E de fato as possuem. Porém, ao se deterem na questão da falta da originalidade das idéias em uso, suas conclusões são parecidas e falhas. Nesse grupo se encaixam os trabalhos de Néelson Werneck Sodré, *História da literatura brasileira* (1938), Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro* (1954), João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil* (1983) e os do brasilianista Thomas Skidmore - *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1978).

Ao apontar como simplificação das análises realizadas nesses estudos a idéia da falta de originalidade, Schwarcz se propõe a mudar tal perspectiva, entendendo as idéias do período “em seu movimento singular e criador, enfatizando-se os usos que essas tiveram em território nacional”<sup>11</sup>. Antecedendo às conclusões da autora, outro cientista social já havia sinalizado nessa direção. Renato Ortiz, em seu livro *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (1985), já mencionava a apropriação intencional, não arbitrária e reelaborada das teorias européias por parte dos intelectuais do período no Brasil. Para o antropólogo, tal fato tornava-se evidente por dois motivos. O primeiro era a incompatibilidade temporal entre a utilização das teorias racistas na

Europa e no Brasil. Essas teriam chegado ao país quando já se encontravam em decadência por lá<sup>12</sup>. O segundo motivo evidencia-se da análise sobre “a teoria das importações de idéias” realizada pelo autor. Nesse movimento existiria uma ação intencional e não passiva por parte dos intelectuais do período no qual certos pressupostos teóricos europeus entravam no país<sup>13</sup>. Ora, devemos concordar com Ortiz. A elite intelectual que importava teorias não era tão ingênua e inócua. Ela possuía um lugar de fala, um interesse a seguir. Entre os objetivos dos principais centros de pesquisa do país naquele momento e dos pesquisadores ligados a eles encontrava-se a construção de uma identidade nacional. Arelada a essa identidade estavam a solução dos problemas do país, os caminhos para o progresso, as explicações do fracasso e, é claro, a manutenção da hierarquia social existente entre nós.

Tentaremos seguir aqui os apontamentos de Schwarcz e de Ortiz, pelo menos em perceber nos intelectuais daquela passagem de século como agentes modificadores das teorias que eram importadas da Europa. Esse diferencial deve ficar bem claro, já que nosso intuito também é o de complementar ou insistir nas tarefas dos dois pesquisadores citados. No entanto, nossa proposta será um pouco diversa da dos antropólogos. Neste caso, as leituras elaboradas especificamente sobre o negro terão destaque maior e serão alvo de nossas observações. Mesmo que não seja um tema inédito e que já existam vários estudos seguindo essa perspectiva, procuraremos detalhar essas interpretações voltando diretamente aos textos de alguns pensadores do período, para detectar suas visões sobre o negro. Porém, o caráter de nenhuma autenticidade de suas idéias será afastado. Encontra-se nesse ponto a nossa justificativa para realizar essa releitura.

Quatro eram, no momento em questão, os locais físicos de onde saíam as idéias no Brasil. Os Museus Etnográficos, as Escolas de Direito do Recife e de São Paulo, as Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro e os Institutos Históricos e Geográficos. Contrariando as análises de outros autores, e confirmando a de Schwarcz, não seria temeroso afirmar que desses locais saíam discursos diversos em relação à interpretação da sociedade brasileira e à incorporação das teorias estrangeiras<sup>14</sup>. Para nossas reflexões, após olharmos os moradores desses “endereço intelectuais” do passado, elegemos dois pensadores para com eles dialogarmos. Mesmo sem pedir permissão aos mesmos, e procurando entender seus momentos de fala, devassaremos suas obras à procura de idéias que nos auxiliem a uma reflexão mais elucidativa de seus trabalhos em relação aos nossos propósitos. Serão nossos ilustres anfitriões o crítico literário e jurista Silvio Romero e o médico Raimundo Nina Rodrigues. Percebe-se que esses homens falavam de alguns dos principais centros produtores de pesquisas em ciências sociais ou

biológicas do país, num período em que ainda não existiam universidades por aqui. O primeiro vinha da Faculdade de Direito de Recife e esteve ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos quais o Darwinismo Social foi bastante marcante. Porém, seu referencial teórico iria ser um misto entre o Darwinismo e o Evolucionismo Social. O segundo foi um médico baiano, membro da Escola Baiana de Medicina, que assumiu como referencial reflexivo o Determinismo Racial.

Para subsidiar nossos apontamentos regressaremos também a uma rápida diferenciação entre as teorias raciais que serviram de referência a esses autores. O Darwinismo Social e Evolucionismo Social, entendidos em suas propostas analíticas, facilitarão nossa tarefa observadora.

Dois pontos esclarecidos – o da retomada dos intelectuais brasileiros da passagem para os novecentos e o da diferenciação das teorias vigentes –, chegaremos à idéia principal deste artigo. Temos certeza de que ao leitor atento não escapou o incômodo esquecimento do papel dos movimentos ou grupos negros, quando tratamos das mudanças da postura oficial em relação ao racismo no país. Falamos sobre a influência dos intelectuais no mesmo processo, mas nos silenciámos de forma intencional sobre a participação dos negros nessas mudanças. O objetivo era óbvio: incomodar os que perceberam a ausência e advertir os que não notaram a sua falta. Tal desatenção também parece ter marcado alguns trabalhos anteriores que se dedicaram à revisão das teorias racistas. Esse fato se deve ao esquecimento não proposital, em alguns casos, e intencional, em outros. Essa intencionalidade se explica, entre outros motivos, pela preocupação de limitar as análises ao mundo das idéias e não ao das ações materiais. Nossa proposta aqui é alertar para a necessidade de se ir além da revisão dos pensamentos. Por isso, procurar desvendar e relacionar os dois mundos em questão - o das idéias e o das ações materiais<sup>15</sup> - e situar o papel ocupado pelo negro para além desses debates raciais são exercícios ímpares na busca da compressão mais esclarecedora daquele contexto. Neste artigo ficaremos com uma parte da primeira questão – o mundo das idéias raciais. Por isso vamos focar as teorias raciais e seu tratamento no Brasil do final do Dezenove e início do Vinte, tentando ainda visualizar as visões sobre o negro, elaboradas por alguns pensadores.

### **Quando a humanidade era diferente. As teorias raciais do século XIX**

A passagem do século XIX para o século século XX acontece no Brasil sob o signo da mudança e da inovação. A derrocada do Império e as influências do positivismo e do cientificismo europeu tendiam a lançar o país em uma onda moder-

nizadora. A mesma deveria atingir grande parte das instituições que compunham a sociedade nacional, moldando um país diferente do que até então havia sido. Nesse mesmo momento era visível o esforço de um grupo de intelectuais para construir uma idéia de identidade nacional, moldada, é claro, pelos seus interesses.

O encontro com a modernidade e as conseqüentes oposições ou contradições que essa trazia, além da ausência de referenciais históricos próprios que exaltassem a ordem, o progresso, a tecnologia, a ciência e a lei, fizeram com que modelos de organização e desenvolvimento não nacionais fossem colocados no campo dos debates ideológicos. Procurou-se, então, encontrar nos modelos de civilização europeus a chave para o desenvolvimento brasileiro. O pensamento era adequar ou construir padrões sociais, econômicos e governamentais que conduzissem o país a um novo tempo. Projetos políticos foram elaborados e os homens das ciências buscaram encontrar no passado a explicação para os desvios, para as desigualdades e para o atraso que marcavam nossa história. Tornou-se lugar comum nos estudos o recurso aos males de origem, tanto na geografia determinante como na formação “genética” do povo, que serviriam como possíveis causas explicativas do quadro tão desolador de atraso vivenciado pelo país.

Entre os modelos importados e reelaborados pelos intelectuais brasileiros, dois foram consumidos com fartura: o Darwinismo Social e o Evolucionismo Social. Apesar de muitas vezes serem percebidos com o mesmo significado, eles possuem em seus conceitos e estruturas explicativas diferenças relevantes para um debate científico. Será revisitando-os que começaremos a releitura das idéias que davam entrada no Brasil.

Na Europa da primeira metade do século XIX, os debates acerca da origem da humanidade giravam em torno de uma questão central: “o homem teria uma única origem ou vários centros de criação?”. Na tentativa de responder a tal problemática, vários grupos de pesquisadores e cientistas acabaram por se alinhar entre as duas possibilidades. Aqueles que acreditavam numa origem única foram chamados de monogenistas e tiveram maior respaldo na primeira metade do século. Já os que se filiaram à idéia das múltiplas origens receberam o nome de poligenistas e, a partir da segunda metade do Dezenove, com o fortalecimento das ciências biológicas e a publicação das teorias darwinistas, tiveram mais força que os monogenistas. Os primeiros se pautavam nas escrituras bíblicas e na filosofia humanista de Rousseau<sup>16</sup> para justificar as desigualdades entre os homens. Seria no maior ou menor distanciamento em relação ao Paraíso do Éden que poderiam ser classificados de forma hierárquica os povos. Já os adeptos das múltiplas origens, acreditando nos avanços das ciências e na crise dos dogmas católicos, começaram a relac-

onar as diferenças entre os grupos humanos às questões raciais, assim como passaram a entender o comportamento humano como um resultado da ação e do controle da biologia sobre o espírito e a mente<sup>17</sup>.

O grande marco divisor da polêmica das origens foi sem sombra de dúvidas a publicação de “*As Origens das Espécies*”, de Charles Darwin, em 1859. Sua obra teve um efeito apaziguador sobre os debates anteriores. As idéias de uma origem única da humanidade ou de que esta possuía ancestrais em comum ganhou adeptos dos dois grupos. E, mesmo quando não houve consenso, o debate maior transferiu-se para outra questão: as desigualdades e disparidades entre os povos. Mesmo antes de Darwin, os cientistas passaram a vincular-se a grupos ou instituições de pesquisa que explicavam, por diferentes apontamentos teóricos, o porquê de os grupos humanos serem tão diversos. Naquele momento, as Sociedades Antropológicas reuniam os poligenistas, que defendiam ferrenhamente a teoria de que a diversidade humana era fruto das diferenças raciais, responsáveis por tornar os povos superiores ou inferiores, intelectual e fisicamente. Outra idéia circulante nesse meio era de que a hibridação das raças tinha como consequência a degeneração dos tipos humanos, ou seja, as raças deveriam ser imutáveis. Já nas Sociedades Etnológicas abrigavam-se os monogenistas, preocupados mais com as questões sociais e políticas e com as teorias que defendiam a existência de um aprimoramento evolutivo das raças<sup>18</sup>.

Após 1859<sup>19</sup> as diferenças entre os antropólogos, homens ligados aos referenciais biológicos e científicos, e os etnólogos, baseados nos traços sociais e culturais, aumentaram ainda mais. Tal abismo, entre os pensadores das ciências sociais na Europa, foi resultado das diversas interpretações ou sentidos que eram emprestados às palavras de Darwin. Começavam a configurar-se as duas principais doutrinas raciais do Dezenove.

Da fusão dos postulados monogenistas<sup>20</sup> com as teorias evolucionistas darwinistas surgiria a primeira delas: o Evolucionismo Social<sup>21</sup>. Transferindo da biologia para os padrões culturais os referenciais explicativos das desigualdades humanas, cientistas como James Frazer, E. Tylor e Lewis Morgan montaram esquemas explicativos baseados na classificação comparativa do desenvolvimento cultural apresentado pelos diversos povos. O caminho da humanidade, possuidora de uma única origem, era bem claro: a evolução em direção à civilização e ao progresso.

*Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como*

*únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles -, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado<sup>22</sup>.*

Já da aliança entre as análises poligenistas com as idéias de Darwin seria inaugurado o Darwinismo Social. De caráter determinista – assim como a corrente que creditava às características geográficas as feições culturais de um povo –, essa doutrina era pautada em três pontos-chaves. O primeiro estava relacionado às diferenças raciais da humanidade. Mesmo aceitando o pressuposto de que os seres humanos poderiam ter antepassados em comum, os teóricos dessa vertente defendiam a idéia de que, devido ao tempo em que as raças haviam se separado, foi possível a construção, por cada uma delas, de características físicas e aptidões intelectuais e morais diferentes, ou seja, os seres humanos estariam divididos em raças diferentes. Os outros dois pontos se originariam dessas diferenças raciais. Existiria para eles uma profunda relação entre as características físicas de um indivíduo e suas capacidades mentais ou valores morais. E, por fim, esse mesmo indivíduo não era percebido como ser autônomo, mas sim condicionado pelo grupo racial do qual fazia parte. Mais do que isso, as raças, assim como nas sociedades antropológicas da primeira metade do século XIX, continuavam a ser entendidas como imutáveis, e a miscigenação, vista como um símbolo de degeneração e decadência. Essa última análise era legitimada pela crença de que o indivíduo fruto do cruzamento racial carregaria não as qualidades, mas sim os defeitos de seus genitores. Seria também nessa vertente que os princípios darwinistas da “seleção natural”, da “competição entre as espécies” e da “sobrevivência do mais forte” ganhariam maior utilização, nem sempre seguindo as idéias que pautavam Darwin em suas análises. Entre seus principais teóricos estavam Herbert Spencer, Hippolyte Taine, E. Renan, G. Le Bon e Arthur de Gobineau. Desses, o primeiro e o último teriam uma grande influência nos teóricos nacionais. Diferentemente dos evolucionistas sociais, para os darwinistas a capacidade de constituir uma civilização seria qualidade restrita a algumas raças, principalmente a branca, enquanto outras, como a negra, estariam impossibilitadas de alcançar o progresso, a civilização e a perfeição. Seria pautada nessa hipótese que parte da ação imperialista das potências européias sobre a África e a Ásia se justificaria.

As correntes do pensamento europeu receberiam no Brasil um tratamento bem peculiar. Ficou evidente que o Darwinismo Social foi mais utilizado, porém ocorreu aqui um movimento conciliatório entre as teorias européias. Pode-se afirmar que houve uma intencional manipulação das idéias importadas para que se



adequassem às necessidades do lugar de fala e aos interesses de nossos intelectuais. Para melhor exemplificar essa constatação tomamos a liberdade de selecionar dois autores do período e, por meio de suas obras, explicitar essa afirmação.

### **Entre a cópia e a criação. A reinvenção das teorias raciais no Brasil na passagem do século XIX para o XX**

As idéias circulantes<sup>23</sup> nos meios acadêmicos europeus dos séculos XVIII e XIX chegariam de forma um pouco tardia ao Brasil – a partir das décadas de 1860-70 – e influenciariam de diversas maneiras os nossos intelectuais. O mais interessante é que isso ocorreu justamente no momento em que estes iniciavam o movimento para (re)construir a concepção de nação. A constatação de que os problemas nacionais eram graves e dificultavam a elaboração de um sentimento nacionalista e de condições que viabilizassem o progresso do país incentivou alguns pensadores a buscarem explicações históricas para os atrasos e desvios que caracterizavam o povo, a política e a economia brasileira. Tornou-se ponto comum nas análises o papel do negro, do índio e do mestiço como culpados por esses males da nação.

Será de dentro dessa percepção que procuraremos evidenciar como os modelos europeus foram utilizados por nossos “homens das ciências”. Paralelamente a isso procuraremos identificar a forma como o negro foi observado e entendido pelos estudiosos que se ocuparam com as questões raciais no país.

Iniciando as conversações com o passado, seria correto afirmar que os primeiros elementos influenciadores dos debates raciais ocorridos no Brasil, no final do século XIX, foram os trabalhos de inúmeros naturalistas e viajantes estrangeiros que, desde os meados do Dezoito, tornaram o país objeto de observação e estudo, encontrando aqui um palco único para a compreensão do que foi chamado o “espetáculo das raças”. Classificaram o país como uma espécie de laboratório racial, onde poderiam observar um povo formado da mistura de diversas raças, que, mesmo miscigenadas, contribuíram diferentemente para sua formação<sup>24</sup>. O país era lido sob as lentes das teorias racistas européias do período. Seu povo era retratado como mestiço e, por distanciar-se da pureza racial e da raça branca européia, recebia tratamento marcado pela desesperança e preconceito.

*Que qualquer um que duvide dos males de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das*

*raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental.*<sup>25</sup>

*Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia.*<sup>26</sup>

Essa forma de analisar o povo brasileiro foi incorporada por alguns pensadores nacionais, que começaram a entender a miscigenação como algo nocivo ao progresso e ao desenvolvimento do país. Nos jornais, nas artes e nos discursos políticos e científicos a miscigenação era combatida. *Formamos um país mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma*<sup>27</sup>, e o grande atraso em que se encontrava o país era assim justificado. A modernidade somente seria alcançada com esforço promovido pelos homens das ciências e pelos governantes, no sentido de embranquecer o brasileiro.

*O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução.*<sup>28</sup>

O contraditório nisso tudo era que a maior parte da população brasileira era mestiça e somente uma minoria era branca. O país, segundo as teorias do darwinismo social, estava fadado ao fracasso. Porém, os intelectuais daqui adaptaram de forma bem original as teorias européias à nossa realidade. O caminho encontrado por eles, para solucionar o problema da questão racial, foi justamente acelerar a miscigenação<sup>29</sup>. Percebe-se que existia elaborado esforço, pelo menos no campo das idéias, de levar o país a uma espécie de transição racial, na qual, dinamizando o cruzamento entre os elementos das raças inferiores – negros ou indígenas – ou da sub-raça – mestiça – com os brancos, se tentasse forçar a depuração do povo. O novo elemento era o fato de que a mestiçagem não era condenada, pelo menos em um sentido: o cruzamento dos mestiços nacionais com a população branca brasileira ou oriunda do incentivo à entrada de imigrantes europeus no país.

Buscou-se então a adaptação dos modelos teóricos de origem européia para solucionar nossos problemas e garantir um futuro para o país. De certa forma, também se legitimava a exclusão ou dominação de alguns segmentos da sociedade por outros.

*Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e a sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento, obliterando-se a idéia de que a humanidade era una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitadas e paralelas, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso.<sup>30</sup>*

Em relação específica ao elemento negro, essa forma de pensamento também possuiu dimensão significativa. No campo das pesquisas, no qual antes existia grande silêncio sobre o negro, a partir de então, uma série de investigações e análises passou a ser realizada. Nesse caso, parece não ter ocorrido modificação das teorias raciais européias. Aí o evolucionismo social cedeu espaço para o darwinismo social. Mesmo que alguns autores acreditassem na capacidade evolutiva do negro, este dificilmente chegaria a alcançar o estágio de evolução dos brancos. Além disso, o negro puro brasileiro estava destinado ao desaparecimento, já que o tráfico de escravos africanos havia sido extinto há décadas. E, caso não o fosse, a miscigenação diluiria as influências das raças inferiores na população. Ainda nesse caso não só a idéia de modificação biológica da população era vista como viável, mas também se pregava a modelação do negro aos padrões culturais da elite social no Brasil.

*O africano [e o elemento negro] que quisesse ficar [no país e ser aceito pela sociedade nacional] deveria deixar para trás suas raízes. Do ponto de vista da elite dirigente da Bahia, esta era não só a única via possível para manter a paz em sua sociedade escravista, como era também o único caminho possível para um futuro mais civilizado. Os que se opusessem a esse objetivo, ainda que considerados bárbaros, deveriam ser punidos como advertência aos demais - de acordo com as leis estabelecidas de maneira civilizada.<sup>31</sup>*

Em meio aos diversos estudiosos que bebiam e defendiam tais concepções, dois destacaram-se nas suas reelaborações e aplicações: Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues. Será nos seus trabalhos que as teorias européias se tornariam, no Brasil, ora mestiças, ora pontualmente utilizadas, sendo uma clara amostra de que não só incorporávamos estudos europeus como também os modificávamos.

Deter-nos-emos sobre suas idéias, não só localizando essas recriações como também as leituras sobre o negro.

No primeiro volume da *História da Literatura Brasileira* (1888), Silvio Romero realiza esclarecedora viagem pelas questões que, acredita ele, seriam as fundadoras da literatura brasileira. Na formação étnica do país, o autor procura encontrar os acertos e principalmente os desvios dos brasileiros em sua evolução intelectual e histórica. Nesse livro, ficariam claros seus posicionamentos com relação às contribuições das raças à inteligência e às qualidades nacionais.

O crítico literário e jurista, oriundo da Escola de Direto de Recife - influenciada pelo social-darwinismo de Spencer -, não escondia sua admiração pelos pensadores europeus. Afirmava que era necessário *se conhecer bem o estado de pensamento do Velho Mundo*, considerado um lugar culto e evoluído<sup>32</sup>. Mas, talvez como reflexo de sua própria postura ou interesse reflexivos, condenava aqueles que somente incorporavam, sem qualquer consideração ou reformulação, os pensamentos elaborados pelos intelectuais do outro lado do Atlântico. Defendia a obrigação de nossos literatos em conhecer a história do país e sua atual realidade. Com esse objetivo realizou breve releitura do que chamou de *teorias da História do Brasil*, revisitando autores como Carlos Martius, Henry Buckle, Teófilo Braga, Oliveira Martins, ou ainda fazendo a releitura de adeptos brasileiros do positivismo, de Auguste Comte, e do Evolucionismo, de Herbert Spencer. Em suas reflexões chegou à conclusão de que *todos os esforços anteriores às contribuições do evolucionismo foram falhos. A teoria da história dum povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva*<sup>33</sup>, escrevia, em 1888, já em clara demonstração dos caminhos que seguiria em suas análises, como concluiria logo após.

*A filosofia da história dum povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana. São conhecidas as dificuldades quase insuperáveis dos estudos sociológicos. Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por tôdas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases-feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se achavam os povos para aqui imigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais os hábitos antigos que se estirolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendên-*

*cias recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos a psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura. De tôdas as teorias propostas a de Spencer é a que mais se aproxima do alvo, por mais lacunosa que ainda seja.*<sup>34</sup>

Seria, no entanto, da revisão da literatura antropológica europeia de seu tempo que Romero construiria boa parte da base de suas teorias. Da escola de Ciência Social de Le Play, ele retirou os referenciais para analisar o movimento republicano e utilizar o evolucionismo spenceriano. A eleição de problemas sociais a serem estudados, a elaboração de monografias regionais – como contribuições para se escrever uma história geral – e a busca do sentido da nação deveriam ser alguns parâmetros a seguir<sup>35</sup>.

Um claro exemplo disso foi a citação do trabalho de De Prévile, discípulo de Le Play, e autor de livro sobre o continente africano<sup>36</sup>. Numa época em que existia grande descaso com relação aos estudos sobre o negro e a África, essa obra representou valiosíssimo auxílio para suas análises. No trabalho de De Prévile a África era dividida em quatro regiões geográficas, que possuíam clima, recursos naturais, organizações sociais e raças diferentes<sup>37</sup>. Essa classificação, segundo Romero, facilitava o entendimento das qualidades raciais dos grupos de africanos “enviados” para o Brasil. O estudo de outro europeu pareceu também ter influenciado bastante suas reflexões. Foi o trabalho de Henry Buckle, *History of the English Civilization*, escrito em 1845, em vários volumes, dos quais oito páginas seriam dedicadas ao Brasil, sendo compulsadas incansavelmente por nossos intelectuais<sup>38</sup>. Após a leitura dos apontamentos sobre a obra de Buckle, começa a ficar claro como Romero fez a utilização, de forma adaptada, de teorias estrangeiras no país.

Dois elementos presentes em seus escritos nos levam a acreditar em tal fato. O primeiro deles evidenciou-se na refutação das teorias de Buckle sobre a História do Brasil. Apesar de parecer existir posição contrária a uma possível insuficiência teórica do pensador inglês, o que realmente conduz suas críticas são os elementos que se inscrevem na teoria. Para ser mais claro, Buckle afirmava que o Brasil estava destinado ao fracasso como civilização pela potência da força natural que existia em seu território. A natureza era esplendorosa e fecunda demais para permitir que o homem, algum dia, viesse a dominá-la. Solo fértil, rios caudalosos, calor e umidade seriam nossas qualidades naturais. Qualidades essas que em outros locais teriam permitido o surgimento de grandes civilizações, mas aqui tiveram o efeito contrário, inviabilizando tal processo. Para condenar-nos à selvageria ou à barbárie, o território brasileiro possuía quantidade abundante de chuvas torrenciais, cadeias

de montanhas intransponíveis, florestas impenetráveis e fertilidade excessiva. Além disso, afirmava Buckle, nem a influência europeia no país havia conseguido retirar seus habitantes do estado de barbarismo<sup>39</sup>.

Silvio Romero condena a análise de Buckle, mas não pela teoria. Concordava que os primitivos habitantes do país se encontravam nos últimos estágios da evolução humana. Concordava também, que a civilização brasileira, contemporânea a ele, era marcada pelo barbarismo. O erro de Buckle foi ter usado elementos imprecisos para explicitar sua teoria determinista. A geografia brasileira era um fator influenciador da população, não pelas chuvas excessivas, mas sim pelas secas constantes. Além disso, nossos problemas não teriam explicação apenas geográfica, eles seriam justificados também pela incapacidade relativa das raças que formaram o país e por problemas morais relacionados a política, costumes e regras aqui praticados<sup>40</sup>. Portanto a única imprecisão teórica de Buckle foi ter usado somente um princípio de análise histórica: os aspectos geográficos.

O segundo ponto que reforça nossas idéias se reveste de dois componentes relacionados às teorias raciais. Ao mesmo tempo em que o jurista se apoiava em alguns elementos do darwinismo social, utilizava as estruturas explicativas do evolucionismo social. Princípios que seriam inaceitáveis para os intelectuais do determinismo racial na Europa, em suas análises, ganhavam um papel central. A favor do determinismo racial, além das várias citações dos teóricos europeus, concorrem duas idéias: a origem da humanidade e as explicações das diferenças humanas. Contra o darwinismo social está principalmente a solução defendida pelo autor para os problemas da nação. Vamos a elas.

Adepto das teorias que consideravam o meio físico como um dos fatores que influenciavam a origem, conservação e fortalecimento das raças – não como único determinante destas – Romero acreditava que era *preciso... ir um pouco mais adiante e declarar que, sendo os climas e mais agentes físicos anteriores às raças, a diversidade destas é já de si originária e primordial, isto é, surgiu com elas mesmas desde seu primeiro aparecimento*<sup>41</sup>. Para chegar a essa conclusão, apoiava-se nas leis elaboradas por Darwin que, segundo suas interpretações, defendiam que as diversas raças humanas haviam surgido em climas também diversos. Poligenista explícito, escrevia sem rodeios sobre sua posição.

*Eu acredito na origem poligenista do homem, defendida por Morton, Nott, Agassiz, Littré e Broca. Parece-me um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa, reduzir todas as raças a uma só origem: a vida primitiva.*<sup>42</sup>

Sua convicção em tal teoria era tão forte que ele refutava qualquer outra possibilidade explicativa para a origem dos indígenas americanos, se não a autóctone. *Deixem-se as teorias aventurosas e estudem-se os americanos como um produto do continente*, finalizava Romero<sup>43</sup>.

De que as raças possuíam origens diversas, não existiam dúvidas, da mesma forma que as diferenças entre os grupos humanos deveriam também ser explicadas pelas suas origens raciais. Os brancos eram considerados mais evoluídos – racial e culturalmente –, enquanto indígenas e negros estavam nas mais baixas escalas da evolução humana. Porém, algo destoava na análise de Romero, no que se refere à fidelidade às teorias do determinismo racial europeu. Mesmo deixando implícita diversas vezes a aceitação da pluralidade entre as raças, o crítico literário não se conformava com uma explicação das diferenças entre os povos pautada apenas nas características biológicas dos organismos ou nas influências do meio físico. *Deve-se, neste assunto, contar com o fator humano, isto é, com uma força viva prestes a reagir contra tôdas as pressões por intermédio da cultura*<sup>44</sup>. Elemento chave na compreensão das diferenças entre os homens, usado pelos evolucionistas sociais, a cultura serviria para uma explicação diversa para o entendimento dos problemas nacionais e para suas soluções. Começavam a se formatar as divergências entre suas idéias e as adotadas pelos deterministas raciais europeus, e elas não seriam tão pequenas assim. Ficava claro que os estágios culturais nos quais se encontravam os povos eram influenciados por suas características raciais, mas a raça, entendida como algo puro e imutável, deixava de ser uma certeza científica.

Até nas classificações ou distinções entre e dentro das raças ele procurava ser menos ortodoxo do que seus colegas europeus. Era capaz de encontrar falhas no elemento europeu que compôs nosso povo, até porque ele não era de origem germânica, mais sim latina. E se para os indígenas e africanos não encontrava traços de elevação racial, condenava, pelo menos em parte, os efeitos brutais da ação do branco contra esses, marcada pela exploração e extermínio.

No entanto o maior ponto de divergência entre o crítico literário brasileiro e as teorias européias encontrava-se na solução de nossos problemas: a mestiçagem. Enquanto, para os teóricos europeus, como Gobineau e Broca, o cruzamento de raças era algo inaceitável e causador da formação de sub-raças degeneradas e fadadas à imperfeição, para Romero o sentido era inverso. *O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira*, era o caminho de nosso aperfeiçoamento como civilização<sup>45</sup>. É claro que não no estágio de miscigenação em que a população se encontrava em sua época. A idéia era, na verdade, mesclar os mestiços nacionais com populações brancas, fossem elas nacionais ou estrangeiras. O ne-

gro puro, devido ao fim do tráfico de escravos, e o indígena, como resultado da ação predatória do branco e dos mestiços brasileiros, estariam destinados ao desaparecimento. A solução para as mazelas sociais e raciais era incentivar o cruzamento de brancos com mestiços.

*Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações faz prevalecer o tipo de raça mais numeroso, e entre nós das raças puras e mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende ainda a sê-lo, a branca[...] O Brasil não deve contar com os índios e negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até eles os benefícios do ensino primário. As futuras gerações do Brasil, se for aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães. Os descendentes do novo povo misto serão superiores a seus antecessores, portugueses e alemães, como elemento de colonização.*<sup>46</sup>

O argumento do mestiço tornava-se legitimado pelas conclusões do autor de que não existiram no mundo raças puras, todas em algum momento haviam se misturado, se miscigenado. Mais do que isso, o mestiço era ainda percebido como um sinal diacrítico de nossa nacionalidade. *O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil: é a forma nova de nossa diferenciação nacional*<sup>47</sup>. Nesse caso a evolução racial do país era nossa solução. Estavam fundidas as teorias evolucionistas sociais e do social-darwinismo.

Percebe-se, portanto, que ao negro e ao índio não eram concedidos um lugar de fala ou uma posição de grande relevância na composição nacional e nem uma autonomia de existência futura<sup>48</sup>. Mesmo aceitando que contribuíram para a formação racial e cultural do brasileiro, essas raças estariam marcadas para desaparecer – principalmente no caso da indígena - ou seriam absorvidas pela miscigenação. Mesmo assim, com relação ao negro, numa espécie de crítica ao descaso anterior e levando em consideração o fato de essa raça compor com os mestiços dois terços da população, Romero dedica-lhe atenção especial. Entendendo o negro como integrante das raças africanas, seria justamente na África que buscaria informações sobre suas características. Não se deve esquecer que o indivíduo era percebido como uma espécie de cópia do meio racial do qual ele saiu. Segundo seus apontamentos, a maior parte dos escravos traficados para o Brasil era oriunda do grupo Bantu, localizado na região subequatorial do oeste da África. *A apreciação... do caráter social [dessas gentes] impõe-se a quem quer que pretenda saber duas linhas acêr-*

ca da formação, da constituição e do caráter da sociedade brasileira<sup>49</sup>. As palavras dedicadas a especificá-los não são abundantes, mas algumas delas são suficientes para entendermos a leitura realizada sobre esse grupo.

*São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar.*<sup>50</sup>

De terem domínio rudimentar da agricultura e se sustentarem pela caça e coleta advinham outras nocivas características culturais, como

*...a imprevidência, a superioridade outorgada à mocidade sobre a velhice, o desenvolvimento do espírito de mau individualismo dispersivo, o relaxamento do berço familiar, a poligamia, a cultura pelas mulheres, a indiferença dos pais para com os filhos.*<sup>51</sup>

Em outra obra de sua autoria, *Contos populares do Brasil* (1883), Romero sinaliza para a inferioridade dos negros como agentes criadores de poesias e contos, agora já no ambiente nacional. Com relação à primeira expressão literária assim se posicionava o jurista:

*Na poesia popular, portanto, depois do português, é o mestiço o principal fator. Aos selvagens e africanos, que não são autores diretos, coube aí mesmo, porém, uma ação mais ou menos eficaz.*<sup>52</sup>

Quando o enfoque recaía sobre os contos, talvez pela ação da mitologia africana e da tradição marcadamente oral dos povos negros escravizados no país, o quadro mudava um pouco; mesmo assim o caráter da inferioridade era ressaltado.

*Os negros também contribuíram com seu contingente, e diversos contos de proveniência sua correm entre nós. Não são tão fantasiosos, como os portugueses, que se prendem ao vasto ciclo de mitos arianos, os mais belos da humanidade; mas têm uma certa ingenuidade digna de ser apreciada.*<sup>53</sup>

Mas não só de caracteres negativos foi realizada a análise do autor sobre o papel do negro na constituição do povo brasileiro. Em momento algum o intelectual negou a participação e a importância do negro na constituição da nossa gente.

Além disso, situou-o numa escala evolutiva acima do indígena americano. *Com o apoio de muitos fatos pode-se concluir, com segurança que temos razão em considerar mais adiantado o estado social dos africanos (...), do que o dos nossos indígenas (...). São gentes de ânimo mais alegre, mais sadias, mais robustas, mais resistentes. No Brasil devemos-lhes muito*<sup>54</sup>. Na economia seriam responsáveis pela geração de boa parte das riquezas nacionais, pelo trabalho nos engenhos, nas minas de ouro, nos cuidados domésticos ou nos serviços urbanos. Por compor a parte mais significativa dos nossos contingentes militares, de baixa patente, foram chamados pelo autor de heróis. *Na história política, civil, literária, artística, sua colaboração foi de todos os tempos, por intermédio principalmente de seus parentes mestiços de importância indiscutível*<sup>55</sup>. Por fim, também no trato familiar, o caráter nacional foi influenciado pelos costumes, culinária, cantos, lendas e características psicológicas dos negros. O interessante nessa análise é que, esquecido o caráter obrigatório dessa forçosa convivência entre a sociedade nacional e os negros, uma das poucas características positivas de influência intelectual negra não era de fato oriunda dos escravos, mas sim dos mestiços.

Preocupado mais com os arranjos teóricos à nossa realidade, Silvio Romero acabou por fazer uma análise superficial sobre o papel do negro na sociedade nacional. Parece que essa preocupação se inverteu em outros trabalhos da época, quando os esforços concentram-se nos complexos e extensos estudos sobre o negro. Um homem das ciências da saúde na Bahia se destacou nessa tarefa.

Raimundo Nina Rodrigues, conhecido médico legista da passagem do Dezenove para o Vinte, era membro da Escola de Medicina da Bahia. No período em questão essa instituição se encontrava amplamente influenciada pelas teorias do determinismo racial e seus integrantes, diferentemente de outros intelectuais brasileiros, que percebiam a miscigenação não só como um problema, mas como uma possível solução para os nossos dilemas, enxergavam na hibridação racial uma ação nociva ao progresso do país. Nesse sentido, os intelectuais da medicina concentravam suas críticas nos mestiços e não nos negros. Os negros ditos puros racialmente, mesmo percebidos como inferiores aos brancos e responsáveis por parte de nosso atraso, não seriam problema científico tão grave como os mestiços. *A mestiçagem preocupava os intelectuais baianos devido à novidade que ela significava: “a insegurança de seus diagnósticos... as dificuldades na avaliação científica dessas populações”*<sup>56</sup>.

A fragilidade biológica do mestiço diante das epidemias, pestes e doenças – físicas e psicológicas –, comprovada, segundo os médicos, pelos argumentos e estatísticas das pesquisas, parecia ser o ponto principal de ataque contra esse

elemento degenerador. Pela lógica, por ter uma população composta por maioria de mestiços, o Brasil seria um país doente. Vários artigos médicos imprimiam caráter pessimista à nação. Composta por raças inferiores, como a negra e a indígena, e tendo uma maioria mestiça da população, o país estava destinado ao completo fracasso. Esse tipo de análise refletia também outra grande preocupação desses médicos: a de construir uma identidade nacional. Porém, os estudos levaram esses homens a se tornarem descrentes com relação ao futuro do país. A única saída seria a de sanear-lo, em todos os sentidos.

Neste momento a Medicina Legal recebia atenção privilegiada. Era em seu seio que as teorias lombrosianas, da antropometria criminosas, e dos estudos raciais tinham aplicação quase total. A influência foi tão grande que Nina Rodrigues e alguns outros médicos defendiam, nas páginas da Gazeta Médica da Bahia, a necessidade de se elaborarem dois códigos criminais diversos: um para os brancos e outro para os negros.

*O código penal está errado, vê crime e não o criminoso. De ordem secundária é por sem dúvida a natureza do delicto. Antes de tudo a identificação mental dos criminosos, pela inspeção medica-physica e sua qualificação à espécie que pertence é que interessa. A sciencia fechara os cárceres abrindo a correção physiologica sob a tutela de médicos que cuidarão da cura physica e mental dos transviados da sociedade.*<sup>57</sup>

Para solucionar os problemas com as raças, algumas medidas foram defendidas. Por exemplo, a partir do início do século XX, as propostas e projetos de saneamento passaram a não só incluir a reforma das cidades, a vacinação contra as doenças ou a higienização dos locais públicos e privados. Higienizar o povo brasileiro seria também um ato científico em prol do progresso. Se nesse período predominava um pessimismo marcante, condenando o Brasil ao fracasso como civilização, a partir da década de 1920 percebe-se a flexibilização das teorias médicas com relação a miscigenação. O mal já estava feito e, por pior que fossem os tipos mestiços ou as conseqüências da miscigenação, era preciso defendê-la, agora, porém, no sentido contrário, o de minimizar as heranças das raças degeneradas. O uso da educação física nas escolas e o controle – e não a proibição – dos casamentos inter-raciais passaram a ser defendidos<sup>58</sup>. Nos jornais proliferavam os artigos que defendiam a eugeniação da população nacional. A solução nesse caminho era clara: a miscigenação. O caminho da purificação do povo brasileiro era acelerar o cruzamento racial entre grupos de brancos europeus ou brasileiros com os nossos

mestiços. Tal instrumento já denotava a mudança na incorporação das teorias estrangeiras.

*A mestiçagem deve ser até certo ponto encarada psicologicamente como factor de degeneração. Entre nós, é constituída de elementos de várias procedências portadores de caracteres étnicos diversos e condições espaciaes que sob as influências mesológicas devem trazer uma perturbação inevitável na organização do equilíbrio inobstável. A mestiçagem extremada aqui encontrada... retarda ou dificulta a unificação dos typos, ora perturbando traços essenciaes, ora fazendo reviver nas populações caracteres atávicos de indivíduos mergulhados na noite dos tempos. É preciso mudar as raças...*<sup>59</sup>

*Assim para a melhoria da raça poderia ser vantajoso cruzar com extranhos normaes os indivíduos francamente mestiços e degenerados quando haja esperança de regeneração da prole por esse meio...*<sup>60</sup>

Apesar da sintonia na solução dos problemas nacionais – atreladas a uma outra miscigenação – com as teorias elaboradas no Brasil pela corrente dos evolucionistas sociais, deve-se notar que isso ocorreu já no período final de nossas análises. Os primeiros artigos médicos defendendo a solução eugênica seriam publicados somente na década de vinte do século XX. Apesar de alguns membros da Escola de Medicina da Bahia terem atentado ou levantado a hipótese de essa proposta eliminar ou minimizar o efeito da má miscigenação que havia ocorrido no país, não se pode falar em um pensamento hegemônico nesse sentido. Tudo isso não significou, no entanto, que o negro não fosse objeto de estudos, análises e críticas nos trabalhos desenvolvidos nas Escolas de Medicina. Nessa tarefa teve destacado papel Nina Rodrigues. Este, talvez por querer imprimir às suas idéias caráter estritamente científico, tentou subtrair de suas investigações a condenação arbitrária ao negro. Pode ser considerado também, entre os dois autores estudados, o que realizou leitura de maior impacto sobre seu papel na sociedade nacional. Mesmo realizando tal esforço, suas análises eram marcadas muitas vezes pela depreciação das raças e das culturas ditas inferiores. O discurso conciliador do homem das ciências era constantemente negado pelas teorias das quais retirava seus referenciais reflexivos.

*Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento*

*[da] verdade – que até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados.*<sup>61</sup>

Nesse sentido, as teorias raciais européias eram citadas pelo médico como referência legitimadora de seu discurso racista não preconceituoso. Aliás, ter preconceitos naqueles tempos, para os racistas europeus, era considerar que as raças ou grupos humanos pudessem ser colocados em condição de igualdade. No reforço dessa idéia ele encontrava argumentos para criticar a ação escravocrata nos Estados Unidos, que teria sido diferente da nossa.

*O critério científico da inferioridade de raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dela fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos.*<sup>62</sup>

Talvez ele possuísse um critério bem particular de “revoltante exploração” das teorias. Por um lado, criticava abertamente a solução que os Estados Unidos procuravam encontrar para o “problema negro”. A questão racial naquele país ganhava contornos extremados com as propostas de êxodo de seus contingentes de afro-americanos para a África, América Central ou Meridional. O caminho encontrado pelos americanos do norte passava pelo controle sobre a população negra e chegava à proposta de extinção da raça negra em suas terras. Porém, por outro lado, quando nos deparamos com as idéias de Nina acerca do negro, muito menos radicais do que a dos estadunidenses, percebemos algo em comum nas duas: a inferioridade da raça negra. De fato ele não desconhecia nem negava a brutalização e a exploração do trabalho escravo no país, demonstrava mesmo certa simpatia pelos negros. Mas, por seguir o que chamava de “critérios científicos”, via-se forçado a encontrar na mestiçagem e no negro elementos da inferioridade da civilização brasileira. Talvez pretendesse, com essa simpatia, imprimir ao texto um caráter apaziguador com relação a nossa escravidão, ou principalmente ao seu racismo científico. O mais contraditório em sua afirmação era que poucas alternativas existiam para o problema do negro. Estudar os grupos africanos e seus descendentes era um indicativo para compreender suas influências no país. Porém, o que deveria ocorrer depois? Talvez seguir a outra miscigenação, aquela com os brancos, defendida por alguns teóricos, ou então esperar que a crescente imigração européia e o fim, cinquenta anos antes, do tráfico de negros, diluíssem no decorrer das décadas ou séculos as contribuições dos africanos em nossa cultura. Acreditamos que Nina sintonizasse com a segunda idéia. Impressões equivocadas, ou

não, de nossa parte, em relação a esse assunto, atentemos para algumas de suas reflexões acerca do negro.

Parece-nos que o autor tinha o hábito de caminhar pelas ruas de Salvador ou de manter contato com os negros de seu tempo. Como exemplo disso, percebemos em seus estudos sobre as religiões africanas no Brasil não apenas o caráter pioneiro, como também a profundidade reveladora, apesar das imprecisões aos olhos das ciências sociais de hoje, de alguns de seus apontamentos. Realizados no candomblé do Gantois, na última década do século XIX, eles deram origem ao livro *O animismo fetichista dos negros da Bahia*<sup>63</sup>. Apesar de ser conhecedor da precária situação de vida de boa parte dos descendentes de escravos no país, Nina Rodrigues não se deixou impressionar e suas argumentações sobre os problemas nacionais encontravam nesse elemento étnico mais um ingrediente negativo. O negro era inferior e possuía parcela significativa de culpa pelo atraso de nossa cultura e civilização.

A inferioridade negra era tratada, a princípio, como algo natural, produto apenas das diferenças entre as diversas raças humanas. *Os negros africanos (...) são o que são; nem melhores, nem piores do que os brancos; pertencem apenas a uma outra fase de desenvolvimento intelectual e moral.*<sup>64</sup>

Porém o aspecto apaziguador do discurso de Nina Rodrigues se diluía quando o mesmo passava a abordar diretamente a questão racial.

*A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.*<sup>65</sup>

Mesmo que aceitasse e defendesse a idéia de que os povos africanos apresentavam graus e hierarquias culturais diversificadas, podendo inclusive evoluir e progredir, a construção de civilizações entre eles era algo questionável. Não que Nina desconsiderasse essa possibilidade, porém afirmava que dificilmente os africanos conseguiriam construir ou copiar os padrões de civilização europeus. *A incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática*<sup>66</sup> e demonstravam os motivos de sua sujeição ao domínio e a inferioridade perante as nações de outros continentes. E era esse, em meio à discussão racial, o ponto de maior preocupação para a construção do país.

*O que importa ao Brasil é determinar o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento, processo natural por que os negros se estão integrando no povo brasileiro...<sup>67</sup>*

As idéias do médico racista às vezes se confundiam com as do intelectual nacionalista e seu discurso passava a possuir também um caráter nacional.

*Este juízo [- a inferioridade do negro -], que não disputa a infalibilidade ou a inerrância, nem aspira a proselitismo, obedece, na sua emissão franca e leal, não só ao mais rudimentar dever de uma convicção científica sincera, como aos ditames de um devotamento respeitável ao futuro da minha pátria.<sup>68</sup>*

O problema do negro no país estaria atrelado também à obrigatoriedade dos intelectuais de possuírem certo conhecimento sobre as contribuições dos grupos de negros à nossa cultura. Nesse sentido, deveriam ser do conhecimento da sociedade científica os seguintes pontos:

*Capacidade cultural dos negros brasileiros, meios de promover-la ou compensá-la; valor sociológico e social do mestiço ário-africano; necessidade do seu concurso para o aclimamento dos brancos na zona intertropical; conveniência de diluí-los ou compensá-los por excedente de população branca, que assuma a direção do país.<sup>69</sup>*

Uma marca dessas influências seria a diversidade. Pelo fato de os povos africanos estarem em escalas evolutivas diferentes, suas contribuições à cultura brasileira também deveriam ser diversas. Tal idéia encontrou nas análises dos aspectos das religiões das etnias africanas transpostas para o país um campo fértil, no qual se pôde construir uma hierarquia distintiva das mesmas. Duas, entre as várias que desembarcaram por aqui, destacaram-se por seu caráter superior em relação às outras, sob o ponto de vistas dos deterministas raciais. A primeira era a dos haussás, povo islamizado da região do Golfo da Guiné. A segunda, dos iorubás ou nagôs, oriunda da mesma região, chamada de Culto aos Orixás. No caso da primeira, mesmo que não captando toda a estrutura e complexidade da religião muçulmana – monoteísta e “melhor” elaborada do que as religiões fetichistas –, para Nina Rodrigues deveria representar uma expressão de certa evolução entre os

africanos. Mesmo assim, a tendência dessa etnia, no Novo Mundo, seria a perda ou fragmentação dos ensinamentos maometanos. Em parte, a causa disso se encontrava na escravidão, porém outro motivo também era apontado.

*É que o islamismo como o cristianismo são credos impostos aos negros, hoje ainda muito superiores à capacidade religiosa deles, e que, apesar das transações feitas com o fetichismo, só se podem manter com o recurso de circunstâncias exteriores, especialmente mediante uma propaganda contínua.<sup>70</sup>*

Tal incapacidade gerava um sentimento religioso ainda impregnado pelo fetichismo e pelo fanatismo. Em parte, é dessa forma que o médico explica, por exemplo, a participação dos haussás ou malês (como eram conhecidos na Bahia) na rebelião escrava de 1835. *Era no fanatismo dos negros que se encontrava a mola e a origem de todas essas explosões<sup>71</sup>*. Com relação ao Culto aos Orixás, outros motivos foram apontados para explicar sua superioridade. Nina Rodrigues constatou que a religião dos iorubás acabou por prevalecer sobre a de outros povos na Bahia, devido ao número de escravos, incorporados à população soteropolitana, oriundos da região do Golfo da Guiné, no decorrer do século XIX<sup>72</sup>, ao predomínio da língua e à melhor organização dos sacerdotes e religiosos iorubás<sup>73</sup>. Seu posicionamento em defesa dessa supremacia nagô foi tão firme que ele chegou a condenar a perseguição policial aos terreiros, prática que se potencializou na passagem do século, sem, no entanto, deixar de tecer considerações sobre sua inferioridade.

*Os nossos candomblés; as práticas religiosas dos nossos negros podem, pois, ser capitulados de um erro, do ponto de vista teológico e como tais reclamar a conversão dos seus adeptos. Absolutamente elas não são um crime, e não justificam as agressões brutais da polícia, de que são vítimas.<sup>74</sup>*

Por último, chamou-nos a atenção sua teoria que relacionava raça e criminalidade. Nesse caso, como nos outros, a posição do médico legista era bem clara: os grupos humanos apresentariam diferenças culturais, inclusive no campo jurídico, em decorrência de suas distinções raciais.

*Que cada fase da evolução social de um povo, e ainda melhor, a cada fase da evolução da humanidade, se se comparam raças anthropologi-*



*camnete distinctas, corresponde uma criminalidade própria, em harmonia e de acordo com o grau do seu desenvolvimento intelectual e moral.*<sup>75</sup>

Para ele as taxas de criminalidade e os tipos de crimes praticados pelos mestiços e negros eram reflexos de dois fatores: a herança atávica de certos tipos criminais e a sobrevivência de certos padrões culturais incompatíveis com a nova sociedade em que se encontravam os africanos. Nesse último caso, as ações ilegais dos negros estavam vinculadas ao *estágio da sua evolução jurídica* e de *suas crenças religiosas*<sup>76</sup>. A lei de Talião seria a grande vilã nesse sentido. Diversos casos criminais de extrema brutalidade aos padrões europeus seriam assim explicados no Brasil. A solução do problema estava na criação de vários códigos penais. A unidade jurídica num país formado pela multiplicidade racial e degenerado pela mestiçagem era sem propósito.

*Posso iludir-me, mas estou profundamente convencido de que a adoção de um código único para toda a república foi um erro grave que atentou grandemente contra os princípios mais elementares da fisiologia humana.*<sup>77</sup>

Percebe-se, portanto, que a postura de Nina Rodrigues com relação ao negro é a maior parte do tempo pautada numa base de cientificismo marcante. O racismo das ciências médicas e sociais do período conduzem sua reflexão, que diverge num ponto central daquela de Sílvio Romero: no objetivo de seus estudos. Parece que Nina não estava preocupado, ao contrário do famoso jurista, em encontrar soluções raciais para o país, porque o futuro se encarregaria disso. Conhecer as estruturas mentais, físicas e culturais do negro era sua maior pretensão. Detectar o grau de impregnação da civilização brasileira dos elementos oriundos dos mestiços ou das raças inferiores auxiliaria no saneamento da nação, quase sempre pelas leis. Conhecer para sanear, a medicina e o direito unidos, deveriam ser os esforços para construir um Brasil mais civilizado.

Em meio a esses debates científicos existia nas ruas das cidades, em seus subúrbios e áreas marginais, uma cultura de caráter popular resistente e que transcendia os limites das instituições de saber e as páginas dos livros e artigos de jornais. Nessas manifestações da ação material e imaginária das classes populares destacavam-se alguns aspectos que serviriam como resposta à ação exploratória e à relação desigual estabelecida com as classes que detinham maior poder político e

econômico. Tornava-se claro também que a troca de elementos constituintes entre essas culturas eruditas e populares, para usar a expressão cunhada por Carlo Ginzburg<sup>78</sup>, fomentou uma espécie de cultura geral, na qual os membros de classes diversas mantinham algum conhecimento dos padrões de conduta e mentalidade dos membros do outro grupo. Mais do que isso, poderiam diversas vezes fazer uso ou combater essas manifestações, seguindo interesses contextuais de diversos aspectos. Apenas para citar alguns exemplos, são conhecidas no imaginário popular e nos textos historiográficos as ações de perseguição e resistência dos capoeiras e candomblés no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, na transição do século XIX para o XX<sup>79</sup>.

A realidade social e o futuro demonstrariam que as coisas não seriam bem assim, mas isso já é um outro assunto, que merece espaço exclusivo de entendimento.

## Conclusão

Ao retornarmos dessa incursão por parte da trajetória das teorias raciais no país, não podemos afirmar que temos importantes conclusões para apresentar. Chegamos sim a uma série de inconclusões. A estrutura do texto já sinalizava para, acima de tudo, uma tentativa de entendimento de alguns aspectos desses movimentos e diálogos. Mesmo assim, demo-nos a liberdade de refletir sobre certos pontos abordados. Para isso, voltemos ao início do texto, à já tão distante Conferência de Durban.

Sobre ela afirmávamos o imperioso esforço de captar seu simbolismo: a continuidade. Porém, as reações às propostas apresentadas lá, ainda fragmentadas, talvez longe, ou, ainda, muito perto de uma concretização, são muito mais sugestivas para nossas reflexões. Negar o racismo ou negar a necessidade de se alterar a estrutura do sistema educacional brasileiro é, em parte, reafirmar teorias e políticas de exclusão e discriminação do negro. Mais do que isso, tratar a comunidade negra como simples vítima de um tecido social desigual é desconstruir sua história, marcada pelos criativos e insistentes movimentos de resistência e reação à exploração ou perseguição sofridas no passado. Se a conferência simbolizava continuidade é porque essa estrutura de coisas não se inverteu. No que se refere à ação dos movimentos negros, tal constatação é positiva. A organização da resistência, exemplificada no passado pelas formas alternativas de trabalho escravo, pela capoeira ou pela religião, encontra no presente a ação dos movimentos políticos e culturais de resgate e defesa dos interesses dos negros.

Mas, no que se refere à utilização dos debates teóricos como instrumento de apoio à exclusão, a reflexão histórica nos chama a atenção para alguns desacerdos desse caminho. É certo que as mudanças da postura oficial, com relação ao racismo, foram fruto também das novas idéias circulantes no meio intelectual. O que incomoda nisso tudo é a insistência de alguns em selecionar partes de idéias e teorias, para utilizá-las na manutenção de uma situação marcada pela desigualdade.

Nesse sentido, revisitar pensadores como Nina Rodrigues e Silvio Romero foi esclarecedor. Partindo do princípio que, entendendo-se o lugar de fala e as idéias circulantes em seus tempos, poderíamos estabelecer articulações diretas ou indiretas com a ação de outros grupos, inclusive os que foram objetos de suas reflexões, ficamos motivados a encontrar os atuais referenciais teóricos que permeiam as idéias raciais na sociedade. Nesse caso, por fazerem parte de setores populares que se encontravam distantes da geração do tipo de conhecimento elaborado pelos homens das ciências, transitando em outra esfera de saberes, os negros criaram formas diversas de sobreviver num meio apartador. Ao mesmo tempo, pudemos sentir como o discurso que legitimou as perseguições bebia também da reelaboração teórica que certos pensadores fizeram das idéias européias e o quanto o diálogo Academia/Sociedade pôde surtir efeitos imediatos ou em curto prazo. Selecionando e incentivando certos tipos de filiações teóricas, os órgãos do poder público, a imprensa, os intelectuais e a sociedade elaboraram o ritmo, a intensidade e a forma do convívio, apaziguado ou não, dos diversos grupos que integravam ou conviviam sob o manto da nação.

Se foi assim na passagem do século XIX para o XX, também o foi na transição do XX para o XXI. Claro que a sociedade mudou, assim como o poder público e a imprensa. Estes não respondem mais aos interesses de um grupo ou de outro, mas de vários. Mesmo se apresentando com forças diferentes, existe uma nova realidade no campo dos direitos e das idéias, que procura pluralizar os discursos. Porém, a maneira como esses grupos interagem ainda é marcadamente desequilibrada. E se, de fato, as estruturas sociais, políticas e econômicas estivessem em harmonia seria desnecessária a proposta de Durban e não se ouviriam com tanta intensidade as reclamações dos que são contrários à concessão, mesmo por um curto prazo, de privilégios àqueles que nunca os tiveram. Reflexos de um país que se diz democrático, fruto de governos com políticas públicas deficitárias e resultado da inquietação de intelectuais e setores sociais que não se acostumaram com o passado, o Brasil de hoje ainda esbarra no Brasil de ontem, mesmo sob o discurso

do novo, do diferente. Afirmarmos hoje que copiar programas ou teorias estrangeiras de reparação ou afirmação racial é demonstração de incapacidade intelectual para resolver nossos problemas não é um ato de independência criativa, mas sim um passo para o obscurecimento do grande debate acerca da questão racial no Brasil. E, como lembramos no início do texto, a inversão da aceitação de teorias estrangeiras no país – nesse caso – não inverteu o quadro de exclusão do negro. Aos excluídos e minorias resta o exemplo daquela passagem de século, na qual capoeiras e candomblés eram perseguidos e resistiam nas ruas, enquanto no campo das idéias se tentava criar um Brasil moderno. A resistência serve como referência para suas ações. “Filhos da cor da noite”, os negros conquistaram espaços importantes nas últimas décadas, com o auxílio de intelectuais – inclusive negros – e governantes. Que no novo século outros espaços se abram. E se o discurso do moderno voltou à tona, que não voltem com ele a exclusão e os interesses de pequena minoria de privilegiados.

## Notas

<sup>1</sup> A Conferência ocorreu no mês de setembro de 2001.

<sup>2</sup> Como elemento de justificativa para tal medida, podem-se utilizar os dados levantados por pesquisas realizadas na Universidade de Brasília e na Universidade Federal da Bahia. No primeiro exemplo, o número de alunos negros e pardos matriculados não passava de 10% do total de alunos, enquanto o número de professores negros chegava a apenas 1%. No segundo caso, o número de alunos negros era de cerca de 8%, quando se sabe que Salvador possui 80% da população composta por negros.

<sup>3</sup> Lei nº 1390, de julho de 1951.

<sup>4</sup> MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência, 1996.

<sup>5</sup> Idem, ibidem, p. 89.

<sup>6</sup> Para uma delimitação mais específica da temporalidade abordada, e em conciliação com outros estudos realizados, os anos em questão são os que se encontram entre 1870 e 1930.

<sup>7</sup> Entre eles podemos citar Silvio Romero e Nina Rodrigues.

<sup>8</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>9</sup> 1ª edição.

<sup>10</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 15.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 17.

<sup>12</sup> Com relação a essa afirmação, acreditamos que Renato Ortiz tenha sido um pouco impreciso. A entrada e a utilização das teorias raciais no país de fato aconteceram num período posterior ao das suas fomentações e usos no continente europeu. Mesmo assim, elas ainda conduziam e influenciavam um número significativo de trabalhos por aquelas terras.

<sup>13</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 07-44.

<sup>14</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 11-21.

<sup>15</sup> Que fique claro que isso não significa o mundo “real”, “verdadeiro” ou “único”.

<sup>16</sup> Para Rousseau, filósofo iluminista do século XVIII, o homem teria a capacidade inata de superar seus limites. Além disso, a construção da idéia do “bom selvagem” elevava o homem americano a uma espécie de modelo de humanidade. Tal percepção seria invertida no século XIX, sendo os americanos, a partir de então, identificados como povos primitivos e degenerados.

<sup>17</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 43-66.

<sup>18</sup> Sobre a temática ver Schwarcz, Lilia Moritz. Op. cit. p. 43-66.

<sup>19</sup> Percebe-se que as teorias de Darwin são adotadas como referência obrigatória após essa data, e se tornam paradigmas para as teorias raciais do período.

<sup>20</sup> Não que todos os evolucionistas sociais fossem monogenistas, ou que todos os darwinistas sociais fossem poligenistas, exceções existiam em ambos os grupos.

<sup>21</sup> A Antropologia Cultural ou a Etnologia Social foram as áreas das ciências sociais responsáveis pela geração de tal teoria.

<sup>22</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 58.

<sup>23</sup> Falamos aqui não somente do Evolucionismo Social e do Darwinismo Social, mas também do Positivismo de Auguste Comte.

<sup>24</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 177-179.

<sup>25</sup> Louis Agassiz, *A journey in Brazil*, apud BÔAS, Glaucia Villas & GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 182.

<sup>26</sup> Arthur de Gobineau, *Essai sur l'inegalité des races humaines*, BÔAS, Glaucia Villas & GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). Op. cit., p. 182.

<sup>27</sup> Silvio Romero, *O Brasil Social*, apud Idem, ibidem.

<sup>28</sup> João Batista Lacerda. *Sur les méfis au Brésil*, apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 11.

<sup>29</sup> Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz e Queiroz, Renato da Silva (orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, 1996, p. 172.

<sup>30</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 18.

<sup>31</sup> FRY, Peter. Why is Brazil different? In *The Times Literary Supplement* de 8 de dezembro de 1995., p. 180.

<sup>32</sup> ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 1º vol. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949, p. 45.

<sup>33</sup> Idem, ibidem, p. 54.

<sup>34</sup> ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 54-55.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, p. 174-184.

<sup>36</sup> Les Sociétés Africaines: Ler origine; ler évolution, ler avenir. In ROMERO, Silvio. Op. cit. p. 201.

<sup>37</sup> ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 199-200.

<sup>38</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, 1996, p. 168.

<sup>39</sup> ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 67-69.

<sup>40</sup> ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 67-69.

<sup>41</sup> Idem, ibidem, p. 64.

<sup>42</sup> Idem, p. 91.

<sup>43</sup> Idem, p. 93.

<sup>44</sup> Idem, p. 84.

<sup>45</sup> ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 84.

<sup>46</sup> Idem, ibidem, p. 86-87.

<sup>47</sup> Idem, p. 103.

<sup>48</sup> Apesar disso, pode-se afirmar que em nenhum momento Silvio Romero ignora a importância e a participação negra e indígena na constituição do povo brasileiro.

<sup>49</sup> ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 217.

<sup>50</sup> Idem, ibidem, p. 219.

<sup>51</sup> Idem, p. 218

<sup>52</sup> ROMERO, Silvio. *Contos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, p. 6.

<sup>53</sup> Idem ibidem, p. 8.

- <sup>54</sup> ROMERO, Silvío. *História da Literatura Brasileira*. Op. cit., p. 292-293.
- <sup>55</sup> Idem, *ibidem*.
- <sup>56</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Op. cit, p. 209.
- <sup>57</sup> GMB (Gazeta Médica da Bahia, 1897, pp. 218-9, apud SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit., p. 212.
- <sup>58</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit, p. 215-7.
- <sup>59</sup> GMB, 1923, p. 256. Apud SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit, p. 216.
- <sup>60</sup> GMB, 1925, p. 161. Apud Idem, *ibidem*.
- <sup>61</sup> RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 4.
- <sup>62</sup> RODRIGUES, Nina. Op. cit., p. 5.
- <sup>63</sup> O livro, editado em francês, foi publicado em 1900.
- <sup>64</sup> Abel Hovelacque, *Lês nègres de l'Áfrique sus-équatoriale*, apud RODRIGUES, Nina. Op. cit., p. 5.
- <sup>65</sup> RODRIGUES, Nina. Op. cit., p. 7.
- <sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 264.
- <sup>67</sup> Idem.
- <sup>68</sup> Idem.
- <sup>69</sup> Idem.
- <sup>70</sup> RODRIGUES, Nina. Op. cit., pp. 60-61.
- <sup>71</sup> Idem, *ibidem*, p. 242.
- <sup>72</sup> Discordando de outros autores, como Silvío Romero, que acreditavam que os bantos haviam sido o maior grupo de escravos traficado para o Recôncavo baiano, Nina Rodrigues se apoiava em alguns trabalhos realizados na África para afirmar que, mesmo não tendo diferença numérica tão gritante, foram os sudaneses e não os bantos os que mais entraram na região.
- <sup>73</sup> RODRIGUES, Nina. Op. cit., p. 215.
- <sup>74</sup> Idem, *ibidem*, p. 246.
- <sup>75</sup> RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 70.
- <sup>76</sup> RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. Op. cit., p. 273.

- <sup>77</sup> RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Op. cit., p. 226.
- <sup>78</sup> Ver o trabalho do historiador italiano e a discussão realizada acerca da idéia de "circularidade cultural". GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- <sup>79</sup> Sobre essa questão ver os seguintes trabalhos: BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). In *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 20. Rio de Janeiro: CEAA, 1991; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e O Rio de Janeiro e a República. In *Revista Brasileira de Historia*, v. 5, nº 8/9, set. 1984/abr. 1985, pp. 117-138; HOLLOWAY, Thomas H. O 'Saudável Terror': Repressão Policial aos Capoeiras e Resistência dos Escravos no Rio de Janeiro no Século XIX. In *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 16. Rio de Janeiro: CEAA, 1989; KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do Imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na 'metrópole do café' 1890-1920*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2001; LUHNING, Ângela. Acabe com este santo, Pedrito vem aí...: Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. In *Revista da USP*, nº 28. São Paulo: Edusp, 1995/1996; MACHADO, Maria Helena P. T. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. In *Revista Brasileira de História*, v. 8, nº 16, mar./ago. 1988, pp. 143-160; SANTOS, Deoscóredes M. dos. *História de um Terreiro Nagô*. São Paulo: Carthago & Forte, 1994; VIEIRA, Luiz Renato. *Da vadiagem à Capoeira Regional. Uma interpretação da Modernidade Cultural no Brasil*. Brasília: UnB, Tese de Mestrado, 1990. Mimeo.

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- BÔAS, Glaucia Villas & GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). In *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 20. Rio de Janeiro: CEAA, 1991.
- CARREIRA, Eduardo José Antunes. *O Discreto Hábito de Abraão. Reflexões (inconclusas) sobre História da religião dos Orixás*. Trabalho apresentado no seminário internacional *A África e o Islamismo*. Promovido pelo Departamento de História da UnB, 1998. Mimeo.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro e a República. In *Revista Brasileira de Historia*, v. 5, nº 8/9, set. 1984/abr. 1985, pp. 117-138.
- CARVALHO, Mario Cesar. *Céu e Inferno de Gilberto Freyre*. In *Folha de São Paulo*, Mais!, 12 de Março de 2000.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. A Construção da Pureza Nagô. In *Religião e Sociedade*, 15/2-3, 1990.

CHEVALIER, Jean & Cheerbrant, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovô Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira. In *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 87-116.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

FRY, Peter. Why is Brazil different? In *The Times Literary Supplement* de 8 de dezembro de 1995.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLLOWAY, Thomas H. O 'Saudável Terror': Repressão Policial aos Capoeiras e Resistência dos Escravos no Rio de Janeiro no Século XIX. In *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 16. Rio de Janeiro: CEEA, 1989.

KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do Imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na 'metrópole do café' 1890-1920*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2001.

LUHNING, Ângela. Acabe com este santo, Pedrito vem aí...: Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. In *Revista da USP*, nº 28. São Paulo: Edusp, 1995/1996.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. In *Revista Brasileira de História*, v. 8, nº 16, mar./ago. 1988, pp. 143-160.

MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil: Fiocruz, 1987.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência, 1996.

OLIVEIRA, Dijaci David de [et al.] (org.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 1º vol. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949.

\_\_\_\_\_. *Contos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.

SANTOS, Deoscóredes M. dos. *História de um Terreiro Nagô*. São Paulo: Carthago & Forte, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Raça como Negociação. In FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 11-40.

\_\_\_\_\_. QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, 1996.

VIEIRA, Luiz Renato. *Da vadiagem à Capoeira Regional. Uma interpretação da Modernidade Cultural no Brasil*. Brasília: UnB, Tese de Mestrado, 1990. Mimeo.

### Resumo

As visões sobre o negro, construídas ao longo da trajetória histórica brasileira, são reveladoras de como os diversos grupos que deram origem à sociedade nacional se articularam de forma desequilibrada na montagem das teias e relações socioculturais e político-econômicas aqui estabelecidas. A partir dessa temática, a questão do racismo brasileiro ganha destaque especial, primeiro pelas discussões realizadas em solo brasileiro, do século XIX aos dias de hoje, e, segundo, pelo tratamento que alguns membros da sociedade e intelectuais deram ao assunto, criando no imaginário nacional a crença de que vivíamos numa "democracia racial". Por isso, o presente trabalho tem como enfoque central as discussões e leituras realizadas - na passagem do Dezenove para o Vinte - por intelectuais europeus e brasileiros, acerca do papel do negro na invenção e viabilidade da nação mestiça dos trópicos, o Brasil.

Palavras-chave: racismo, teorias raciais

### Abstract

The visions on the black people, as forged along the Brazilian historical trajectory, are revealing of the unbalanced articulation of the different groups that originated the national society in setting up current social, cultural, political and economical relations. Under this perspective, the issue of Brazilian racism deserves a special

mention, first for the debate that has taken place from the XIX century to the present; secondly, for the way the issue was handled by an intellectual elite that led to the belief that Brazil is a racial democracy. Therefore, the article focuses on the debate and the readings by European and Brazilian intellectuals on the role of the black population in the invention and viability of the tropical *Creole* nation, Brazil.

Key words: racism, racial theories

### **Resumen**

Las visiones sobre el negro, construidas a lo largo de la trayectoria histórica brasileña revelan como los diferentes grupos que han originado la sociedad nacional se articularon de forma desequilibrada en el diseño de las relaciones socioculturales y político-económicas en el país. Desde esta perspectiva, la cuestión del racismo asume relieve, primero por las discusiones realizadas en Brasil desde el Siglo XIX hasta nuestros días, y segundo por el tratamiento del tema por algunos miembros de la sociedad e intelectuales que han creado en el imaginario nacional la creencia de la existencia de una democracia racial. Por ello, el presente texto elige como enfoque central las discusiones y lecturas hechas – a fines del siglo XIX e inicio del Siglo XX – por intelectuales europeos y brasileños, acerca del rol de los negros en la invención y en la viabilidad de la nación *criolla* de los trópicos, Brasil.

Palabras clave: racismo, teorías raciales

## ***Apontamentos para uma reflexão sobre o conceito de natureza***

O presente artigo pretende tomar como ponto de partida a diferenciação entre a natureza como substrato físico das nossas experiências existenciais e a natureza como representação. No que se refere à primeira, embora intangível como dado imediato da percepção, parece de bom tom aceitar a sua existência, ou corre-se o risco de se tornar solipsista. Por outro lado, ao se aceitar o fato de que essa natureza em si intangível aparece sempre recoberta de sentidos que lhe são atribuídos pelas sociedades humanas, ou seja, como representação, deve-se admitir o imbricamento entre as referidas faces da natureza.

São as próprias experiências cotidianas, às quais se procura atribuir sentido, que entrelaçam substrato físico e representação. O sentido pode se fixar em padrões de significado ou pode afetar tais padrões pelo caráter inusitado de uma dada experiência que busca enquadrar.

Desse modo, pode-se ressaltar dois aspectos em relação à idéia de natureza. O primeiro que, como representação, é socialmente construída, portanto, um dado da cultura; o segundo que é dotada de historicidade, ou seja, pode-se perceber, ao longo do tempo, rupturas e continuidades na forma como se apresenta. Levar tais aspectos em consideração deve servir de alerta no sentido de não se incorrer na naturalização da idéia de natureza, nem em anacronismos.

O presente texto se propõe a apontar elementos que possibilitem compreender como idéias, conceitos ou imagens de natureza<sup>1</sup> se constituem a partir de padrões sociointelectuais determinados e como podem adquirir significados novos a partir das experiências de vida que os reproduzem, mas, também os modificam. Para tanto, relacionar-se-á o texto de Reinhart Koselleck<sup>2</sup>, que trata de alguns dos problemas teóricos e práticos defrontados quando se quer fazer uma história dos conceitos, com outros textos que tratam mais diretamente do problema das representações da natureza<sup>3</sup>.

Koselleck lista, em seu texto, seis pontos que considera importantes ao se tentar escrever uma história dos conceitos. O primeiro “diz respeito ao que possa vir a ser um conceito a respeito do qual poder-se-ia conceber uma história. Naturalmente não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que portanto pode ter uma história.”<sup>4</sup> Interessariam, nesse caso, pala-

bras que se configurassem como conceitos, seja pelo fato de exigirem para sua formulação um certo nível de teorização, ou pelo de que seu entendimento seja também reflexivo.

No que se refere ao conceito de natureza, diríamos tratar-se de um conceito denso. Paulo Casini não hesitaria em afirmar que

*Toda a história do pensamento filosófico e científico - bem como a história da expressão literária e figurativa - poderia ser escrita do ponto de vista da idéia de natureza. A omnipresença da “natureza” como conceito, representação, sentimento, modelo a imitar ou metáfora, na mentalidade mítica das culturas primitivas, nas artes, nas interpretações racionais do mundo e do homem, nos sistemas filosóficos, no domínio ético-político, jurídico e econômico (basta pensar no chamado direito “natural”, nas leis ‘naturais’ da concorrência), é um dado de fato que não carece de demonstração.<sup>5</sup>*

Nesse sentido, podemos pensar no conceito de natureza como dotado de extensa amplitude. Paulo Abrantes fala de imagens de natureza, como algo caracterizado por

*... um certo grau de dispersão e de imprecisão nos seus contornos, que são as características que como historiadores, detectamos em diversas concepções dos cientistas. Uma imagem de natureza possui um caráter difuso, incorpora de forma assistemática um grande número de idéias e intuições das quais não se tem muitas vezes consciência, ou não se consegue traçar as origens.<sup>6</sup>*

Estamos, portanto, diante de um conceito que pressupõe um conteúdo bastante rico, relacionado a experiências das mais significativas, em relação ao qual se faz necessário um grau elevado de teorização e abstração. Isso remete ao segundo ponto abordado por Koselleck, que se refere à utilização/emprego de conceitos. Para ele todo conceito é concomitantemente “Fato” e “Indicador”, ou seja, é efetivo não apenas como fenômeno lingüístico, mas também, na medida em que aponta para algo que se situa para além da língua.<sup>7</sup> Pode-se pensar aqui na relação entre conceito e “realidade histórica”, ou, como foi sugerido anteriormente no que diz respeito ao conceito de natureza, no imbricamento entre o substrato físico, a experiência e a representação.

Casini observa a amplitude de significados e experiências relacionados ao conceito de natureza, ao comentar que

*... a própria generalidade do termo põe um problema semântico: a persistência tradicional da palavra - o grego physis, o latim natura (ambos ligados à idéia de “geração” ou “nascimento”), e os seus derivados nas várias línguas ocidentais - está longe de garantir a univocidade, mesmo convencional, do seu significado. É um termo polissêmico, sugestivo, vago. Só a consciência ingênua ou as necessidades do uso lingüístico podem atribuir-lhe um conteúdo rigorosamente definido. Esta ilusão desaparece logo que se examine crítica e historicamente a variedade de significados que o conceito de “natureza” subentendeu e subentende. A noção primária de uma força que gera, a própria idéia de nascimento, origem, geração e, por extensão, de fundamento, estrutura, persistência ou lei que regula os fenômenos, inclui a reflexão sobre tudo o que tem ou a que se atribui um nascimento, um ciclo vital e uma morte (como os indivíduos vivos e as espécies, as sociedades humanas, os corpos celestes e o mundo físico no seu conjunto).*<sup>8</sup>

A variedade de experiências e objetos a representar implica uma tensão redobrada entre o conceito de natureza e aquilo que se quer compreender. Abrantes, ao referir-se ao sujeito cognoscente, chama a atenção para o fato de que, quando da representação de seus objetos de investigação, atuam suas crenças, sua linguagem, seus valores e seus interesses, embora esses objetos não sejam

*... meras “construções” do sujeito, sem qualquer restrição imposta a suas representações de uma realidade objetiva. Todo conhecimento, sobretudo o produzido pelos cientistas, é avaliado por seu grau de adequação à experiência, o palco no qual o sujeito interage com os objetos desse conhecimento. Se estes últimos são sem dúvida, representados, exige-se, contudo, que essas representações guardem algum tipo de similaridade ou ‘correspondência’ com os objetos e processos da realidade que, supõe-se, existe independentemente do sujeito.*<sup>9</sup>

Robert Lenoble, olhando de um outro prisma, marcado pelas concepções teóricas de autores como Freud, Piaget e Bachelard, irá chamar a atenção para que os objetos do conhecimento são antes de tudo objetos do desejo. Segundo ele

*O homem transporta consigo as suas necessidades e os seus desejos. Sem dúvida, estes precisam-se-ão em contacto com a experiência. Mas, antes do mais, há que viver e o homem projeta essas necessidades e esses desejos na natureza que o rodeia, antes mesmo de saber se os poderá satisfazer e de que forma.*<sup>10</sup>

Percebe-se também, em Lenoble, o caráter interativo entre o sujeito que conhece e o mundo em torno dele. O primeiro tem um papel ativo, pois a qualquer experiência precede alguma forma de consciência. No entanto, a experiência surge como fator estruturante-desestruturante da consciência, na medida mesmo em que o homem deve moldar os seus desejos de acordo com a necessidade que se impõe.

*De fato, a concepção do mundo só em pequena medida depende das idéias científicas. Reflete mais necessidades morais e sociais, até mesmo desejos inconscientes. É por isso que dizemos que é a este nível que se opera a junção da ciência e da vida. Situar o fato científico e, conseqüentemente, a observação, num Empíreo estranho às emoções humanas equivaleria a sujeitar-se ao que Erik Dardel chama justificadamente “a magia do fato”, esquecer que a observação não é de todo passiva, mas ativa. Nos fósseis, em que os filósofos do século XVIII “viam” ainda “jogos da Natureza”, nós “vemos” os restos de animais ou plantas desaparecidos: a percepção era idêntica, mas não se tratava do mesmo fato.*<sup>11</sup>

Ou ainda:

*Verificar-se-á em particular que a história da ciência não é a “mobilização” do espírito pelas sensações, como pensava o empirismo do século XVIII, que muitos sábios tomam ainda por uma verdade, mas uma lenta reforma da consciência por si mesma, para obter enfim o direito de ver a Natureza tal como ela é.*<sup>12</sup>

Trata-se aí de uma concepção do conceito de natureza que pressupõe maior congruência com a “realidade”, na medida em que representa uma consciência mais complexa e impõe maior distanciamento do homem no que se refere aos seus desejos, quando da observação da natureza. Estamos diante das estruturas da consciência de Piaget e do conceito de sublimação expresso por Freud. De todo modo, encontramos aqui já a discutir o problema da historicidade do



conceito de natureza, o que se pretende fazer mais à frente.

O terceiro ponto relacionado por Koselleck aponta para o fato de que “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível”.<sup>13</sup> Neste ponto, trata de responder a críticas que lhe foram feitas acerca de seu suposto desconhecimento dos métodos da análise do discurso, modismo o qual considera assaz rico e importante. Argumenta que, quando se pensa na escrita de uma história dos conceitos,

*... tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quanto poderei proceder metodologicamente expandindo minha análise ao conjunto da língua. Entre esses dois procedimentos haveria ainda formas intermediárias. O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele. Esta seria minha resposta àqueles que argumentam que só seria possível a realização de análises de discursos. Esta seria uma das possibilidades, posto que a história dos conceitos permanece uma metódica consistente, com suas fronteiras, seus limites e vantagens, naturalmente.*<sup>14</sup>

A discussão sobre o problema dos contextos se faz fundamental quando refletimos sobre o conceito de natureza. Para compreendermos o significado de tal conceito, em suas variadas formulações no espaço e no tempo, é necessário reconhecer os contextos nos quais se encontra inserido. Por outro lado, por sua própria densidade, é capaz, em muitos casos, de elucidar os próprios contextos e suas teias de significação.

Paulo Abrantes observa que

*A história da ciência fornece, ademais, evidências de que, em qualquer período, cientistas e filósofos admitiram, consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente, determinadas “imagens de natureza” que não podiam ser submetidas diretamente ao crivo da experiência. Tais imagens fixam, por assim dizer, os constituintes que são considerados últimos ou essenciais da realidade, suas modalidades de interação, bem como os processos fundamentais dos quais participam.*<sup>15</sup>

Em Lenoble, os contextos nos quais se insere o conceito de natureza aparecem relacionados às formas de consciência que orientam a experiência, às quais já nos referimos. Contextos complexos, já que

*... a Natureza não é exclusivamente o campo do sábio. Ela fala igualmente ao poeta e ao artista.*<sup>16</sup>

Assim, o conceito de natureza tem um desenvolvimento no qual influências e valores de toda espécie se fazem presentes, interagindo de formas as mais diversas:

*Existe a Natureza do sábio, a Natureza do moralista, a Natureza do artista, e não é possível compreender verdadeiramente nenhuma delas se não se recupera a unidade, pois não existe senão um homem a braços com os seus problemas; a imparcialidade da própria ciência é uma conquista da moral e uma visão estética.*<sup>17</sup>

Casini ressalta, em relação ao conceito de natureza, que

*... entre a noção filosófica ou científica - ou seja, “racional” - da natureza e a esfera subconsciente, emotiva, metafísico-religiosa, existem conexões subtis e duradouras, que dificultam a tarefa de circunscrever ou isolar a própria noção dos seus contextos e de traçar de modo unívoco a sua evolução histórica. Ela define-se, evidentemente, caso a caso, em relação com todos os outros elementos de uma concepção geral do mundo, de um sistema filosófico. Não é uma “constante” autônoma cujo desenvolvimento diferenciado e independente se possa seguir; trata-se antes de uma ‘variável’ entre outras, cuja definição implica frequentemente a compreensão de todo o contexto.*<sup>18</sup>

A relação texto-contexto, quando nos dispomos a estudar o conceito de natureza, adquire imensa amplitude. Em quantos contextos a palavra pode aparecer? Que outros tipos de representação, como a pictórica, podem influenciar os sentidos atribuídos a tal conceito? Como entender a articulação de contextos diversos? A resposta a tais questões, como indica Koselleck, parece depender do recorte que se venha a estabelecer. Pode-se tentar entender o sentido do conceito de natureza em um dado texto, podemos tentar lê-lo no contexto de uma sociedade específica, ou relacioná-lo a um determinado momento histórico. São níveis de análise diferenciados, bem como objetos que representam graus de complexidade variados. O que interessa, certamente, é que o trabalho sobre os textos permite a compreensão das articulações formadoras de contextos, intertextualidades e redes de representações, que apontam, dão forma, às experiências vividas.

A quarta questão proposta por Reinhart Koselleck procura justificar a escrita de uma história de conceitos, que em princípio só podem dizer respeito a uma única situação específica. A hipótese acima vai sendo relativizada, pelo autor, à medida que ele vai mostrando a relação que se estabelece entre o caráter irrepitível de cada experiência e a significação específica que a ela se reporta, e uma linguagem que é pré-existente e que possibilita a nossa comunicação:

*Tomemos o caráter único da utilização da língua a partir do Tropos tradicional da pragmática, considerando também um outro aspecto: o da semântica. O que é decisivo é que o uso pragmático da língua é sempre único. Eu falo uma única vez aqui e agora, procurando convencê-los do que penso; a vocês e não àqueles que não me ouvem. Trata-se de uma situação única, e neste sentido também irrepitível. Contudo, tudo o que eu disser só será compreensível na medida em que os senhores compreenderem minha semântica, pois sem o conhecimento prévio das palavras que utilizo, nada será compreendido. A semântica é assim imprescindível para a comunicação lingüística e para o uso pragmático da língua. É ainda imprescindível para que se possa fazer política, exercer influência social, exercer poder político, fazer revolução, enfim tudo aquilo que se possa imaginar como atos sociais e históricos. Todos esses usos pragmáticos articulados a uma língua, ou que pela língua são iniciados, vivem na verdade de uma semântica que é pré-existente e nos é dada.*<sup>19</sup>

Portanto, o que a semântica indica é que há sentidos aos quais nos reportamos quando do ato da comunicação:

*Trata-se de estruturas lingüísticas que se repetem e cuja repetição é necessária para que o conteúdo seja compreensível, ainda que uma única vez. Eu só posso ser compreendido se um mínimo de repetição da semântica estiver pressuposto. E assim os senhores têm uma outra possibilidade da história, a ser pensada não apenas de forma linear sucessiva. Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada*

*utilização específica de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua.*<sup>20</sup>

Desse modo, a diacronia encontra-se contida na sincronia, ou seja, a linguagem, que possibilita tanto a atribuição de sentido àquilo que vivenciamos, bem como a sua comunicação a outros, tem de se desdobrar para dar conta do inusitado contido na experiência. Quanto à historicidade do conceito de natureza, Abrantes irá constatar que

*Nossas concepções a respeito das entidades que constituem a natureza, suas propriedades e suas inter-relações sofreram mudanças, às vezes radicais, ao longo do tempo. Os recortes que fazemos do real, nossas classificações das entidades e dos processos naturais variaram de época para época, refletindo-se em nossas teorias, chamadas a explicar os fenômenos observados.*<sup>21</sup>

Lenoble dirá, notando bem as estruturas de entendimento diferenciadas nas quais se inserem o conceito de natureza e os usos e sentidos particulares aos quais se refere, que

*Na natureza, os primitivos procuravam compreender a vontade dos deuses do mar, dos vulcões e dos rios; Aristóteles, uma hierarquia de formas organizadas; Descartes e os Modernos, as alavancas de uma máquina em que “tudo se passa por número e movimento”; longe de renunciar completamente à máquina, sabemos hoje que a maquinaria cartesiana encerrava também uma parte de mistério e procuramos, na matéria, equilíbrios matemáticos que não toquem a não ser, por assim dizer, aflorando-as, as leis do engenheiro do século XIX. Basta apontar estes poucos exemplos para compreender que, se o mundo físico permanece idêntico a ele mesmo, pode tomar para o homem rostos completamente diferentes. Não assistimos ao progresso de uma investigação centrada no mesmo objeto: sob as palavras “Natureza”, “ciência” e “leis” não se viam as mesmas leis. Neste sentido, a “nossa” Natureza e a nossa “ciência” podem muito bem ter a sua data de nascimento, o que não quer dizer que anteriormente não se observasse nada. Numa palavra, sempre se observou a Natureza, só que não era a mesma.*<sup>22</sup>

Casini, por sua vez, ao criticar as concepções lineares da evolução de nossas representações acerca da natureza, irá estabelecer uma série de cuidados metodológicos importantes. Ele observará que

*Todavia, esta perspectiva revela-se, no seu conjunto, simplista e abstrata. A continuidade do processo de racionalização é apenas uma projeção ideológica a posteriori da própria ciência experimental, do seu triunfo recente. Os critérios que geralmente orientam a historiografia da ciência estão condicionados por essa ideologia do evento, sendo, por isso, seletivos. Recolhem, no passado, os elementos que se coadunam com a própria ideologia; mas nem sempre se preocupam com definir os aspectos “filosóficos”, os pressupostos conceituais ou culturais nos quais se baseava, em cada caso, a imagem global da natureza que, todavia, tinha constituído o contexto do trabalho dos protagonistas do método experimental. Com o pretexto de que se tratava de contextos ou pressupostos caducos - numa óptica de bom senso -, os historiadores “positivistas” das ciências exatas colocaram o acento nas “descobertas” e nas “antecipações”, que facilmente encontraram a sua localização num quadro teórico de linhas suficientemente simples e claras, mas no fundo ilusório.*

*A simplificação cientista ou ideológica dos “sucessos” das ciências exatas, a modernização imprópria das velhas intuições, serviram quando muito para escrever a crônica ou a genealogia sumária do saber positivo. Mas negligenciaram os cortes epistemológicos e revoluções, as mudanças graduais do quadro conceptual, as imagens da natureza arcaicas, ingênuas, muitas vezes confusas e plenas de elementos metafísicos, irracionais ou mágico-religiosos, em que se inserem habitualmente as diversas idéias e descobertas “positivas”. Esta operação redutora não se justifica, não favorecendo a compreensão e a reconstrução histórica dos paradigmas epistemológicos.<sup>23</sup>*

Os autores trabalhados até aqui, como se pode notar, acentuam a importância de uma percepção de caráter não linear quando se aborda o problema da historicidade das concepções a respeito da natureza. A escrita da história do conceito de natureza, como sugere Koselleck no caso da relação entre a semântica e a pragmática, estabelecer-se-á a partir da percepção de elementos estruturais prévios e de sua relação com elementos novos que acabam por promover a sua transformação. Dessa perspectiva, só se pode conceber a mudança a partir de configurações que adquirissem um

certo grau de estabilidade, ou seja, a diacronia estaria sempre contida na sincronia.

O quinto ponto discutido por Koselleck irá tratar justamente da questão de como medir de modo efetivo a força diacrônica. Aqui Koselleck distingue entre três tipos de fontes: aquelas que são próprias da linguagem do cotidiano; o gênero “zeit”, ou seja, fontes do tipo dicionários ou enciclopédias; e os textos clássicos relativos aos diversos campos do saber. Tal classificação opera a partir da relação entre o grau de teorização, ou abstração, dos conceitos, presente em cada tipo de fonte, e o seu nível de cristalização. Explico melhor: a) as fontes que do ponto de vista da sua estrutura se articulam ao cotidiano têm um baixo índice de abstração no que se refere aos conceitos que utilizam, geralmente num sentido bastante particular; b) fontes como dicionários e enciclopédias já possuem maior nível de abstração dos conceitos, o que lhes possibilita uma linguagem com maior grau de repetição destes; c) os textos clássicos, por sua vez, apresentam o maior grau de abstração e, portanto, uma linguagem mais densa e cristalizada.

Autores como Casini, Abrantes e Lenoble partem do estudo de textos clássicos e das elaborações acerca da natureza contidas neles, procurando, a partir daí, relacioná-las com um conceito, idéia ou imagem de natureza de maior abrangência. A questão da permanência e da mudança, nos autores citados, se liga ao índice de adequação entre formas de representação da natureza e formas de experienciar a natureza. Portanto, o elemento novo, o inusitado, deve encontrar a sua explicação, o seu lugar, num quadro de referência dado, numa linguagem que se encontra em grande medida cristalizada; esta se constitui, talvez, na maior dificuldade de um pensamento inquieto que só pode se pensar como linguagem.

Já se está, por fim, a discutir o sexto ponto levantado por Koselleck, relacionado com o fato de que

*A separação analítica entre cada afirmação lingüística presente em todas as fontes textuais e a história concreta, o que deveria ser ou supostamente é, deve ser obrigatoriamente realizada de forma rigorosa do ponto de vista teórico. Só então posso perguntar às fontes textuais o que elas indicam em relação à história concreta e que qualidades possuiriam para coproduzirem história enquanto textos.<sup>24</sup>*

A importância de se estabelecer uma tal separação reside, fundamentalmente, em que é por meio dela que se pode chegar a compreender as discrepâncias entre o dado novo e a linguagem. Ao se referir a textos clássicos, em seu papel de estabelecer significados relacionados a uma realidade histórica cambiante, Koselleck nos diz que

*Eles têm que, a partir da mesma linguagem, realizar um procedimento de acomodação da realidade à mesma linguagem. O que significa dizer que cada nova situação está sempre submetida à necessidade imperiosa de subsumir-se à mesma linguagem, ao mesmo conjunto ortodoxo de conceitos e categorias.*<sup>25</sup>

Quando se busca perceber as formas de representação da natureza, presentes em um ou outro momento da história, como textos que fornecem padrões de significação para as experiências realizadas pelos homens nos seus diversos contextos, deve-se ficar atento para o fato de que experiências que não se encaixam em tais padrões acabam por exigir um exercício de acomodação da linguagem corrente e das próprias estruturas de pensamento. Um problema com o qual, segundo Koselleck, se defrontam

*... todos aqueles que se utilizam de uma linguagem política ou social e formulam-na conceitualmente de forma a dar conta (em termos de compreensão) das experiências de vida.*<sup>26</sup>

Por fim, retornamos ao nosso ponto de partida: a idéia de uma natureza construída como representação, em busca de conceituar uma natureza substrato físico intangível, de dar conta de experiências vivenciais múltiplas, sempre sujeitas a discrepâncias e imbricamentos. Conceitos que permitem uma apropriação do real, que reproduzem pelo hábito, que transformam pela reflexão, que permitem compreender o espaço ocupado pelo homem na natureza e na história.

## Notas

<sup>1</sup> No presente texto estaremos usando idéia, conceito, ou mesmo imagem para nos reportarmos a sentidos mais ou menos análogos. O nosso intuito é fundamentalmente o de levantar alguns elementos para a reflexão sobre a historicidade da natureza enquanto representação.

<sup>2</sup> Cf. Reinhart Koselleck. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

<sup>3</sup> Paulo Casini. *As Filosofias da Natureza*. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1979. Paulo Abrantes. *Imagens de Natureza, Imagens de Ciência*. Campinas, Papirus, 1998. Robert Lenoble. *História da Ideia de Natureza*. Lisboa, Edições 70, 1990.

<sup>4</sup> Idem, ibidem. p. 134.

<sup>5</sup> Cf. Paulo Casini. *As Filosofias da Natureza*. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1979. p. 7.

<sup>6</sup> Cf. Paulo Abrantes. *Imagens de Natureza, Imagens de Ciência*. Campinas, Papirus, 1998. p. 12.

<sup>7</sup> Cf. Reinhart Koselleck. Op. cit. p. 136.

<sup>8</sup> Cf. Paulo Casini. Op. cit. p. 7.

<sup>9</sup> Cf. Paulo Abrantes. Op. cit. p. 11.

<sup>10</sup> Cf. Robert Lenoble. *História da Ideia de Natureza*. Lisboa, Edições 70, 1990. p. 39.

<sup>11</sup> Idem, ibidem. pp. 30-31.

<sup>12</sup> Idem, ibidem. p. 31.

<sup>13</sup> Cf. Reinhart Koselleck. Op. cit. p.136.

<sup>14</sup> Idem, ibidem. pp. 137-138.

<sup>15</sup> Paulo Abrantes. Op. cit. p.10.

<sup>16</sup> Robert Lenoble. Op. cit. p.28.

<sup>17</sup> Idem, ibidem. p. 31.

<sup>18</sup> Paulo Casini. Op. cit. p.11.

<sup>19</sup> Reinhart Koselleck. Op. cit. pp. 140-141.

<sup>20</sup> Idem, ibidem. p. 141.

<sup>21</sup> Paulo Abrantes. Op. cit. pp. 9-10.

<sup>22</sup> Robert Lenoble. Op. cit. p. 28.

<sup>23</sup> Paulo Casini. Op. cit. p. 12.

<sup>24</sup> Reinhart Koselleck. Op. cit. p. 145.

<sup>25</sup> Idem, ibidem. p. 145.

<sup>26</sup> Idem, ibidem. p. 145.

## Referências bibliográficas

ABRANTES, Paulo. *Imagens de Natureza, Imagens de Ciência*. Campinas, Papirus, 1998.

CASINI, Paulo. *As Filosofias da Natureza*. Lisboa, Presença/Martins Fontes,

1979.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

LENOBLE, Robert. *História da Ideia de Natureza*. Lisboa, Edições 70, 1990.

### **Resumo**

O presente ensaio discute as relações entre uma natureza representação e uma natureza substrato físico, os vínculos entre produções simbólicas e seus contextos históricos, e, por fim, as possibilidades do indivíduo como sujeito reprodutor e transformador da realidade.

Palavras-chave: Natureza, conceito e experiência

### **Abstract**

The present essay focuses on the relations between nature as representation and nature as physical substrate of reality, the links between symbolic production and historical contexts, and, finally, the possibilities of individual like someone that reproduce and transform reality.

Key words: Nature, concept and experience

### **Resumen**

El artículo trata de las relaciones entre la naturaleza, vista como representación y substrato físico de la realidad; los vínculos entre la producción simbólica y su contexto histórico, y, por fin, las posibilidades del individuo como reprodutor y transformador de la realidad.

Palabras clave: Naturaleza, concepto y experiencia

INFORMAÇÃO

## *As muitas formas de participação política feminina entre os anos 1850 e 1930*

### 1. O problema: mulheres e o mundo público

Após três décadas de estudos, constatamos a existência de um conjunto rico de estudos sobre os diferentes aspectos da condição feminina na história do Brasil. Em sua fase inicial, os estudos de gênero se ocuparam em elevar o cotidiano e a vida privada à condição de objeto de estudo, considerando-os como parte integrante do sistema de poder reinante em uma sociedade.<sup>1</sup> O lugar da mulher no casamento, o exercício da maternidade, o uso do corpo feminino, eis alguns temas recorrentes em gênero, mas ainda não esgotados. Resulta dessa ordem de coisas que a produção histórica tem dedicado bastante atenção às possibilidades de atuação das mulheres na esfera privada, bem como em análises sobre o discurso social relativo aos papéis femininos.<sup>2</sup>

Entretanto, definir o campo de estudo como a esfera do mundo privado não deve representar uma camisa de força para a pesquisa histórica. Sem receio de mal colocar a luta das mulheres como coadjuvantes nos grandes marcos da história política, geralmente guiados pelas transformações do papel do Estado, escolhe-mos a ação política coletiva das mulheres como objeto de estudo.<sup>3</sup>

Este ensaio pretende explorar o pensamento e a atuação de um conjunto selecionado de mulheres que assumiram bandeiras de intervenção no mundo público, buscando avançar para além da esfera privada. Ao pleitearem políticas públicas do Estado, ao defenderem direitos civis para as mulheres, as ativistas que estudamos pretenderam mudar o papel da mulher também na vida social, fora da esfera doméstica. E, a despeito do que possa sugerir a historiografia sobre os primórdios do feminismo, não houve uma linha contínua entre as mulheres que atuaram na cena pública nos meados do século XIX e as líderes sufragistas que obtiveram vitórias no campo dos direitos civis femininos nos anos 1930.

Em vez de continuidade e aprendizado cumulativo com formas mais eficientes de manifestação política, encontramos um mosaico de atitudes. Estaria aí o erro estratégico original das mulheres que pleitearam igualdade social? Com bandeiras díspares e desarticuladas entre si, essas poucas mulheres que emitiram mensagens

para o conjunto de suas semelhantes descobriram, com elevados custos pessoais, o significado do voluntarismo político? Não cabe à história julgar escolhas, apenas inventariar as formas de manifestação política, seus sucessos e apontar suas falhas.

Na primeira seção, como pano de fundo, discutimos de que forma a idéia de educação feminina se difundiu como um valor social positivo na sociedade brasileira, já nas primeiras décadas do século XIX. Na segunda seção, o ensaio se desenvolve em torno da trajetória de pares de mulheres contemporâneas, contrapondo-as em sua forma peculiar de buscar maior participação feminina no mundo dos homens. Assim, acompanhando a evolução do discurso político em torno da questão da educação, desta vez, dando voz a Francisca Senhorinha e Josefina Álvarez de Azevedo: duas mulheres que assumiram a bandeira da educação feminina como fundamento da transformação do papel da mulher na sociedade. Com a mesma sistemática de trabalho, confrontamos mais dois exemplos de formas distintas de atuação política: a trajetória da professora Leolinda Daltro e de Bertha Lutz, duas mulheres contemporâneas, mas que percorreram caminhos diferentes em busca do mesmo ideal: ampliar os direitos civis femininos, alcançando, finalmente, o sonhado direito de votar.

### 2. Educadas e formosas

Na sociedade luso-brasileira a relação de gênero foi marcada pela profunda diferença no tratamento entre os sexos, sempre no sentido de reduzir a mulher à condição de inferioridade na ordem patriarcal. As representações sociais geradas em torno da figura feminina acompanharam as práticas do cotidiano das populações, reservando à mulhere toda sorte de atributos negativos.<sup>4</sup> O traço característico da misoginia no mundo português foi ressaltado por estudiosos do período de expansão e colonização além-mar – como Charles Boxer<sup>5</sup> e, mais recentemente, Ronaldo Vainfas<sup>6</sup> – e constitui-se na marca cultural de mais longa permanência nas relações de gênero na nossa sociedade.

Já em finais dos séculos XVII e XVIII, começaram a surgir na Europa sinais de mudança dos papéis sociais atribuídos às mulheres.<sup>7</sup> Na esteira do processo civilizador que alterou os padrões de conduta de gênero, também as práticas relativas ao processo de educação das mulheres da nobreza na sociedade de corte absolutista foram alteradas de modo a permitir um desempenho apropriado dessas mulheres nos espaços de socialização, especialmente, nos salões aristocráticos.

No Brasil, os ventos das mudanças nos padrões de comportamento vigentes no seio da elite europeia só foram sentidos com a chegada da família real, em 1808. No ano seguinte à transferência da corte, encontram-se os primeiros registros do surgimento de colégios privados, que ofereciam educação às filhas da elite local.<sup>8</sup> Era um sinal de que os papéis atribuídos às mulheres no seio da elite brasileira também estavam em mutação, pois a chegada da corte joanina deu ensejo à elaboração coletiva do *ethos* da sociedade de corte no Brasil.

Embora a elevação cultural das filhas da elite tenha sido um processo gradual de redefinição dos costumes e dos padrões de convívio na aristocracia, que atingiu o seu auge no segundo reinado, alguns exemplos podem ser arrolados para demonstrar o modo como a educação feminina penetrou como um valor positivo no imaginário da elite.

Tomemos o caso da baronesa de Alagoinhas como emblemático do ‘processo civilizatório’ que também atingiu a elite brasileira a partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil. Filha de José Lino Coutinho, um médico baiano educado em Coimbra, que chegou a ser deputado do Brasil junto às cortes portuguesas em 1819, a baronesa – ou Cora Coutinho Sodré – recebeu uma educação primorosa, mais refinada, até mesmo, do que a usualmente oferecida às filhas da elite no seu tempo.<sup>9</sup> Conhecemos a forma como Cora Sodré foi educada, especialmente os livros que lhe recomendaram ler, porque seu pai, um liberal, dedicou-lhe 61 cartas desde a sua infância até às vésperas de seu casamento. Por intermédio das cartas que escrevia, por vezes endereçadas às amas e preceptoras da menina, José Lino pôde acompanhar a formação da filha com detalhes. Sabemos, assim, que na adolescência Cora foi iniciada na literatura portuguesa pela leitura dos Lusíadas, ao mesmo tempo em que recebeu uma formação básica de francês. O objetivo da introdução de noções de literatura, justificou o pai em uma das cartas, era o de permitir à filha escrever com elegância. Tanto apuro na formação intelectual, contudo, não representava um descuido da formação religiosa, pois José Lino cuidou sempre de recomendar às preceptoras que transmitissem à filha sentimentos cristãos e a preparassem para o exercício da maternidade.<sup>10</sup>

O conteúdo moral das cartas escritas pelo pai de Cora revela o universo de valores de uma parcela da elite brasileira que tomou contato com o pensamento ilustrado europeu e considerava o costume português de se manter as mulheres reclusas no *domus* e alheias ao mundo das letras uma mostra de atraso social. Para os nossos fins, o aspecto mais interessante do caso de Cora reside nos comentários tecidos pelo editor do livro, à guisa de introdução. Buscando justificar, de modo cauteloso, os propósitos do pai ao orientar a formação intelectual da filha, o editor

afirmou que José Lino insistira em educar a filha daquela forma, não para fazer dela uma intelectual, o que não convinha a moças, mas para que ela pudesse exercer com segurança o papel de mãe, dentro dos valores cristãos. Tantas ressalvas e justificativas revelam que a educação de Dona Cora ainda não era o padrão adotado entre as famílias abastadas.<sup>11</sup>

Mesmo limitada em seu escopo, a educação feminina criou raízes na elite brasileira já em meados do século XIX,<sup>12</sup> embora circunscrevendo a mulher aos espaços de socialização consentidos – o lar e o salão. Se, no início do século XIX, a educação das filhas das famílias nobres era realizada em colégios particulares para aquelas que moravam na cidade, ou pela contratação de preceptores a fim de ensinar as moças que viviam nas fazendas, nas últimas décadas daquele século o processo educacional incluiu temporadas na Europa. O mesmo processo de inserção cultural e de absorção dos códigos de conduta, pelos quais os membros masculinos da elite se diferenciavam dos demais setores sociais e se reconheciam mutuamente, passou a adotado pelas mulheres, embora elas não se dirigissem ao continente europeu para obter educação universitária.<sup>13</sup>

Para o conjunto mais amplo da sociedade, a difusão da concepção da educação feminina como um valor social foi um processo simultâneo ao surgimento dos setores médios. Podemos datar da década de 1840 o início das transformações na economia e na administração pública brasileiras, conforme o Estado ganhava organicidade e se fazia presente nas províncias mais distantes. Por conta disso, surgiu um contingente urbano ocupado com funções na burocracia pública e privada, bem como no provimento de serviços, que também se interessava em educar suas filhas.<sup>14</sup> Uma vez consolidado como um grupo social definido no interior das cidades, decorreu a elaboração de um *ethos* próprio, assim como a emanação de discursos simbólicos peculiares. No entanto, os setores médios brasileiros que emergiram naquele tempo não trouxeram inovações às relações de gênero. Bem ao contrário, espelhavam-se nas práticas culturais da nobreza brasileira, como os livros de Machado de Assis são pródigos em ilustrar. Desse modo, também a pequena burguesia emergente buscou educar suas filhas para que elas pudessem demonstrar, no espaço apropriado do salão, o domínio da etiqueta do convívio social.

### 3. Educadas e atuantes

Também motivada pela bandeira da educação, encontraremos na pessoa da educadora Francisca Senhorinha uma trajetória mais rica de detalhes de uma concepção de educação mais ambiciosa do que o domínio da etiqueta dos salões,



a maestria em um instrumento musical, o consumo de literatura açucarada. Em setembro de 1873, na cidade de Campanha de Princesa (MG), Senhorinha editou, pela primeira vez, o jornal literário chamado *O Sexo Feminino*.<sup>15</sup> As propostas principais contidas nas primeiras edições do jornal eram as de difundir o acesso à educação às mulheres e de servir de veículo para a instrução e ilustração feminina. Embora rejeitasse qualquer forma de posicionamento político declarado, Senhorinha recebeu o incentivo de ativistas republicanos da corte, na forma de uma carta em que os redatores do jornal *República* saudaram o aparecimento do jornal. Contudo, temas políticos estavam banidos de *O Sexo Feminino*, pois sua editora demonstrava ceticismo quanto aos eventuais efeitos positivos da mudança do regime sobre a condição feminina. Poderíamos especular se o exercício do magistério público teria cerceado a liberdade de Senhorinha de se manifestar sobre temas políticos mais amplos, ou, em vez disso, podemos pensar que ela se recusava a tratar desses temas simplesmente porque não os considerava pertinentes para seus propósitos. O fato é que Dona Senhorinha mudou-se para o Rio de Janeiro no segundo semestre de 1874, fundou um colégio na rua do Lavradio e continuou a editar um jornal literário feminino até meados dos anos 1890, mantendo a defesa da elevação cultural da mulher e a cautela no trato do mundo da política.<sup>16</sup>

Embora recusasse uma aproximação com o movimento republicano, Senhorinha estava envolta no ambiente intelectual que marcou a campanha republicana e a difusão do positivismo no Brasil. Justamente, o apelo da educadora em prol da educação da mulher encontrava eco no pensamento tanto dos positivistas moderados, quanto dos positivistas do Apostolado.<sup>17</sup> O fundamento filosófico que amparava a educação feminina como um valor social estava contido no próprio pensamento de Comte,<sup>18</sup> que foi difundido por seus seguidores no Brasil. Se a introdução do positivismo entre nós deu-se em meados da década de 1850, ainda na forma de trabalhos acadêmicos, para a geração que viveu o calor da campanha abolicionista e republicana nos anos 1870 as idéias de Comte eram lugares-comuns entre todos os que pretendiam estar atualizados com as novidades intelectuais. Assim, de forma sutil, sem suscitar fanatismo na maior parte dos simpatizantes, o positivismo deixou a sua marca em, pelo menos, duas gerações de homens públicos no Brasil, de Benjamin Constant a Getúlio Vargas. Poucas vozes ousaram propor projetos dissonantes ao positivismo, como foi o caso de Tobias Barreto Mendes que, em 1879, apresentou ao Legislativo de Pernambuco um projeto propugnando a educação conjunta e nas mesmas bases, de homens e mulheres.<sup>19</sup>

Fundamento de uma das vertentes do pensamento político autoritário, o positivismo favoreceu, paradoxalmente, as mulheres. Isso porque defendia a elevação cultural da mulher como forma de se garantir a inteireza moral dos filhos, sem, contudo, admitir sua participação no mundo público.<sup>20</sup> A mulher deveria permanecer educada minimamente, embora circunscrita ao lar. Mesmo com essas limitações, a proposta dos positivistas ofereceu às mulheres legitimidade para o pleito pela educação, e o segundo passo foi dado pelas próprias mulheres, que perceberam no magistério uma forma socialmente consentida de inserção no mundo do trabalho.

De fato, o positivismo foi a primeira ideologia de ampla difusão cultural que concebeu um papel afirmativo para a mulher na sociedade. O ranço misógino da sociedade luso-brasileira e, junto com ele, o costume de se excluir as mulheres das letras foi, a partir da difusão do positivismo, definitivamente lançado no rol das heranças indesejáveis e incompatíveis com o projeto de se inserir o país no rol das nações civilizadas do Ocidente. Para a geração republicana, os signos da modernidade desejada passaram a ser a educação feminina, o embranquecimento da população e a industrialização, mas voltemos ao diálogo entre o contexto social e intelectual e a atuação de alguns indivíduos exemplares.

Atuando no mesmo ambiente cultural e no mesmo campo político que Dona Senhorinha estava Josefina Álvares de Azevedo. Josefina fundou no Rio de Janeiro, na década de 1880, o jornal *A Família*. Pouco sabemos sobre a sua trajetória pessoal, mas a riqueza do texto contido no jornal que editava nos permite identificar ali uma linguagem política peculiar. Para tanto, passemos ao contraste das posições de *A Família* e *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, no período compreendido entre dezembro de 1889 e agosto de 1890, quando o jogo político do reordenamento institucional do país foi jogado.

Selecionamos três temas que definem o posicionamento político e ideológico das duas editoras: educação feminina, casamento, sufrágio feminino – ambas o defendem, com ênfases diferenciadas. Além disso, atentemos, também, para a questão da linguagem empregada, tomando-a como um indício de diferenças no ambiente intelectual presente na formação de ambas as escritoras.

Com relação ao primeiro dos temas, o divórcio, apenas Josefina Álvares defende a sua legalização. Já quanto à questão da educação, ambas concordavam com a afirmação de que o acesso a bens culturais era um requisito indispensável à emancipação feminina. Do ponto de vista da linguagem empregada, Josefina se expressava, quanto a esse tema ou a qualquer outro que abordava nos seus editoriais, com frases curtas e claras e não costumava invocar exemplos de nações consideradas

civilizadas na época como modelos a serem seguidos no Brasil. D. Senhorinha, por sua vez, empregava o recurso retórico, familiar na linguagem bacharelesca do século XIX, de construir o texto jornalístico fazendo menção, a todo instante, a autores estrangeiros e a movimentos sociais ocorridos na Europa ou nos EUA. No exemplo seguinte, identificamos uma marca da mensagem subliminar empregada em muitos editoriais redigidos por Senhorinha: o tom ameno da linguagem utilizada:<sup>21</sup>

*A emancipação da mulher pelo estudo é o facho luminoso quando pode dissipar-lhe as trevas pela verdade em que deve viver e levá-la ao tempo augusto da ciência de bem viver na sociedade civilizadora.*

*A elevação moral, que é a ciência que melhor pode fazer-lhe conhecer seus direitos e seus deveres, guiar-lhe-á o coração para o paraíso do bem e da felicidade doméstica, social e humanitária.*

*O consórcio das belas artes com a literatura, que é a estrela do belo céu de sua alma, torná-la-á digna companheira do homem nos certames da civilização, tornando-a digna companheira nos trabalhos da vida privada ou da família.*

*Em resumo, desejamos que a mulher tenha plena consciência do que vale e do que pode valer pela sua plástica, tanto como pela sua beleza moral e esplendor de seu gênio. Desejamos que os senhores do sexo forte saibam que nos podem mandar, em suas leis, subir ao cadafalso, mesmo pelas idéias políticas que tivermos, como já o fizeram as desditosas Rolan, Charlotte Corday e tantas outras, também nos devem a justiça da igualdade de direitos, tocante ao direito de votar e o de sermos votadas.*

No trecho que selecionamos a seguir, Senhorinha solicita contribuições das leitoras para a manutenção de uma escola doméstica destinada a meninas pobres – a caridade como dever cristão – e demonstra o desejo de fazer o Brasil ingressar no rol das nações civilizadas, minorando as mazelas do país por meio de ações individuais:<sup>22</sup>

*No intuito de vivermos nos Estados Unidos do Brasil, equiparados aos seus irmãos, Estados Unidos do Norte, fazemos apelo às Ex.mas. Senhoras, pedindo-lhes que nos auxiliem tanto com o seu nobre e poderoso concurso intelectual, como com seu pequeno e caridoso óbulo, a fim de que possamos em breve ver instaladas as aulas necessárias aos estudos profissionais para as nossas meninas.<sup>23</sup>*

Em contraste ao argumento de Dona Senhorinha, vejamos um trecho de Josefina Álvares, em que a educação feminina se soma à conquista dos direitos políticos:

*A primeira condição essencial da emancipação das pessoas é a instrução. Instruída a mulher, todos os direitos se lhe antolham com da posse razoável de todos os seres da espécie. A lei restritiva não lhes parece senão como um despotismo tirânico da força contra o direito, do homem sobre a mulher.*

*E a mulher será instruída e emancipada, com todos os direitos inerentes às personalidades humanas, ou não será instruída e, por conseguinte, tornada inferior pelo egoísmo dos seus semelhantes, o que é uma monstruosidade.*

*Repito: – A emancipação da mulher é um direito concernente à sua instrução.*

*Mulher instruída é mulher emancipada. Instruída, porém e conservá-la atada a todas as pês da ignorância, da superstição e da inferioridade social é absurdo preconceito que não pode senão produzir males sociais.*

Se é verdade que nenhuma delas menciona o Estado como o agente responsável pela oferta de educação à população feminina, também é verdade que a educação pública universal ainda não era cogitada pelos meios intelectuais do país. Mas o contraste entre as propostas salta aos olhos: para Senhorinha a educação constitui um fim a ser atingido pelas mulheres, ao passo que, para Josefina, a educação nada mais representa do que um instrumento para a conquista de outros direitos.

Passemos à questão da conquista dos direitos políticos, levando em consideração os movimentos realizados pelo Governo Provisório com relação à nova ordem institucional. Os editoriais de Josefina Álvares indicam que a autora participou da articulação mais ampla que levou à derrocada do regime monárquico, já considerando a possibilidade de ver alterada a situação do estatuto feminino no novo regime. Em julho de 1889, *A Família* teceu o seguinte comentário sobre as expectativas alimentadas por uma parcela dos grupos republicanos:<sup>24</sup>

*O direito de voto das mulheres é uma necessidade latente, de que há muito recente se não o nosso, como muitos outros países. Alguma nação deverá ser a primeira a iniciar-se nesse grande melhoramento, por que não será*

*o Brasil? O Dr. Lopes Trovão propõe-se a pugnar pelo direito eleitoral da mulher. É seu programa combater para que possamos ter parte direta nos destinos do país. Por que não envidarmos todos os esforços para que possa esse cavalheiro realizar uma tão justa quão útil aspiração de dar-nos o verdadeiro lugar que nos cabe na sociedade?*

A menção a Lopes Trovão, um político de grande apelo popular na cidade do Rio de Janeiro, ativo participante das campanhas abolicionistas e republicanas, indica o alinhamento de Josefina Álvares com uma das formas de participação política mais contundentes dentre as praticadas no campo político carioca.<sup>25</sup>

Alguns meses depois, em novembro, Josefina noticiou que cinco mulheres em Goiás haviam requerido alistamento eleitoral naquele Estado e arrematou: *em princípio, nada se conseguirá. Mas com resolução e constância chegaremos a obter tudo o que a sociedade nos deve e a lei não consente.*<sup>26</sup> Na edição seguinte, *A Família* apresentava um editorial que reforçava a posição crítica de sua editora e, talvez, das virtuais leitoras do periódico, face ao regime político recém-inaugurado:<sup>27</sup>

*O país, vai, sob a nova fase de existência inaugurada a 15 do corrente, consultar os espíritos emancipadores sobre as leis sociais que não de preparar o advento de todas as grandezas pátrias.*

*É necessário que a mulher, também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma individualidade emancipada, seja admitida ao pleito, em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria.*

*A liberdade e a igualdade são sempre unas.*

*À mulher como ao homem, deve competir a faculdade de preponderar na representação da sua pátria. Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições.*

*Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós.*

Para os integrantes do Governo Provisório, porém, a questão do voto passava pelo controle restrito sobre o processo eleitoral. As iniciativas tomadas nesse campo revelam quão importante a questão se afigurava para a consolidação da República e o afastamento do perigo do retrocesso monarquista. Consta da ata da

sessão do gabinete, datada de 14 de janeiro de 1890, o pronunciamento do poderoso líder republicano paulista, Campos Sales, quanto a um projeto eleitoral do ministro do Interior Aristides Lobo, que previa critérios mais democráticos de alistamento eleitoral.<sup>28</sup> O texto da ata foi assim redigido:<sup>29</sup>

*Campos Sales: (...) Pelo processo oferecido pelo seu colega do Interior cria-se uma comissão central com agentes nos diferentes Estados que procedam ao alistamento. Pensa que esse processo poderia ser substituído por um outro mais expedito e econômico. A princípio pensou que seria conveniente que os chefes dos partidos fizessem o alistamento, mais tarde, refletindo melhor, compreendeu os inconvenientes que poderiam resultar desta medida.*

*Muitos dos homens dos ex-partidos constituídos têm aderido, entretanto, é de crer que essa adesão seja com relação a alguns, aparente, e que na realidade, não possam merecer confiança, porquanto eles tratam de apertar suas forças para o combate. É esse elemento suspeito com quem não devemos contar, tanto mais quanto provas evidentes já se vão apresentando de tratarem esses chefes de arregimentar forças sob os seus caudilhos, a fim de hostilizarem o governo. É mister, pois, que o partido republicano e o governo intervenham diretamente nas eleições.*

A despeito da posição contrária de Campos Sales, o projeto de Aristides Lobo foi aprovado pelos demais membros do Governo Provisório, presentes à reunião. A fala de Campos Sales revela, contudo, o espírito que presidiu as ações do governo no campo político entre o momento da convocação da eleição constituinte, sua realização e os trabalhos de elaboração da nova Carta.

No início de fevereiro 1890, quando a sociedade se movimentava em favor da convocação de eleições para a instalação de uma assembléia constituinte, o Ministério do Interior, agora sob o controle de Cesário Alvim, editou um decreto que definiu a qualificação do eleitorado e os procedimentos administrativos para promover o alistamento eleitoral.<sup>30</sup> Esse decreto mencionava que seriam eleitores todos os brasileiros natos, de gozo dos seus direitos civis e políticos e alfabetizados, sem excluir explicitamente as mulheres como eleitoras, coisa aliás, que nem mesmo a Lei Saraiva de 1881 havia feito. O ponto nodal do processo de alistamento eleitoral e conseqüente controle sobre o universo dos eleitores residia na forma como estava prevista a organização das comissões distritais, que detinham a capacidade de negar alistamento a eleitores não qualificados. As eventuais dúvidas das comissões deveriam ser encaminhadas ao ministro do Interior para avaliação.

Assim sendo, uma gaúcha de São José do Norte, Isabel de Souza Mattos, teve a sua solicitação de alistamento eleitoral no distrito do Engenho Velho indeferida pelo ministro Cesário Alvim, gerando uma “jurisprudência” sobre solicitações de alistamento por mulheres. Mesmo se qualificando como detentora de diploma de curso superior – Isabel era dentista –, tampouco a alegação de ser eleitora qualificada pela legislação de 1881 foi suficiente para convencer Cesário Alvim sobre o cabimento da petição de Isabel Mattos.<sup>31</sup> A recusa do ministro, publicada com data de 9 de abril de 1890, recebera, dias antes, um comentário ácido e preciso de Josefina Álvares:<sup>32</sup>

*O direito de voto*

*A velha questão já vencida do direito do voto às pessoas do meu sexo, teve, ao que me consta, uma solução provisória pelo governo, a mais incompatível com o regime de igualdade, como é o republicano que agora possuímos.*

*O governo, resolvendo a questão apresentada, “não considera nem oportuna, nem convincente qualquer inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres sui juris ao alistamento e ao exercício da função eleitoral.”*

*A solução supra pode ser considerada como não tendo razão de ser uma vez que se nos admitindo a votar, em virtude da lei vigente, nada se inova, nem se concede fora da lei. A grande questão está em saber se a mulher está ou não na letra da lei para ser admitida à qualificação, e ninguém poderá negar que a respeito não há nem uma só disposição que a impeça de poder obter o título de eleitora.*

*Ora, não há dúvida alguma em que pela lei vigente, toda aquela que souber ler e escrever é admitida a votar, consagrando o direito em tal caso como condição indispensável a qualquer pessoa para o exercício dessa faculdade, a condição de poder exercer coincidentemente o privilégio eleitoral.*

Ainda no mês de abril de 1890, Josefina Álvares promoveu a encenação da peça teatral que escrevera, chamada *O voto feminino*. Levada ao palco uma única noite, no teatro Recreio Dramático, a peça de Josefina foi publicada em *A Família* no formato de folhetim nos meses seguintes. Certamente frustrada nas suas iniciativas para ampliar o alcance da proposta de sufrágio feminino, Josefina continuou abordando o assunto ao longo do ano. Na edição de 28 de agosto, por exemplo, às

vésperas da eleição para deputados constituintes, que se deu a 15 de setembro, *A Família* deu amplo destaque ao lançamento da candidatura a parlamentar constituinte da baiana Isabel Dillon.<sup>33</sup>

Voltando ao jornal de D. Senhorinha, a edição de abril invoca o exemplo das precursoras Rolan e Charlotte Corday que deram a vida pela igualdade de direitos, especialmente o de votarem e de serem votadas.<sup>34</sup> Nenhum comentário sobre os atos do governo provisório, tampouco sobre a conjuntura política do momento, embora a defesa doutrinária do sufrágio feminino tenha permanecido em pauta. Ao final de setembro, quando as eleições já haviam decorrido conforme os planos do Governo Provisório, que obteve maioria na Assembléia Constituinte, Senhorinha publicou um editorial chamando a atenção dos parlamentares para a necessidade de fazer justiça ao pleito das mulheres quando elaborassem o texto final da Constituição. Assim se expressou Senhorinha:<sup>35</sup>

*(...) Sabemos que o direito de voto dado ao homem é fundado somente: 1) sobre a maioridade; 2) a personalidade; e 3) sobre a fortuna, isto é, este em alguns lugares. Ora, se a mulher possui ou pode possuir todos estes predicados, com que fundamento poderão excluir do direito de votar e de ser votada a mulher.*

*Não é visível que semelhante exclusão outra coisa não atesta mais do que uma injustiça, um desacordo ou incoerência da parte dos senhores do sexo forte.*

*Não negam que as mulheres possam reger habilmente uma casa comercial, que possam associar-se às grandes empresas, sejam notáveis em ilustração, as que a esse trabalho se apliquem, como pois negarem-lhe o direito de com qualquer medíocre cidadão ser elegível no seu país?*

*O que sabemos, senhores, é que é em falta de princípios mais sólidos que nossos adversários dizem que a nós, as mulheres, se for concedido o direito de votar não seremos senão meros instrumentos do sexo forte.*

*Seja, embora, mas para ser assim será preciso a força da convicção, ou o emprego da violência. Para qualquer destes males temos dois agentes seguros, contra a violência: a lei; contra a cegueira dos espíritos incultos: a instrução.*

Inaugurados os trabalhos da Assembléia Constituinte, não obstante os esforços do médico baiano César Zama e do também médico Lopes Trovão, os quais apresentaram, cada um, projetos que visavam explicitar no texto da nova

Carta o direito de voto às mulheres, a questão do sufrágio feminino permaneceu no terreno das ambigüidades do texto constitucional, que os tribunais superiores da Primeira República trataram de interpretar contrariamente aos interesses de duas gerações de mulheres.

#### 4. O sufrágio organizado

Excluíram-se as mulheres instruídas da cidadania plena sob a justificativa de que elas não estavam preparadas para o mundo espúrio da política. Preconceito, por certo, mas temor, também, de que o ingresso de mais um elemento no universo dos eleitores acrescentasse uma incógnita à equação política. Nos anos seguintes, à medida que mais e mais mulheres se instruíam, atraídas pela perspectiva profissional aberta nos dois campos de atuação socialmente consentido para a maioria das mulheres – o magistério primário e a enfermagem, ofícios compatíveis com a natureza feminina –, a defesa da cidadania parcial a essa parcela da população exigiu mais e mais exercícios de retórica. Ao fim, no plano dos tribunais, todas as iniciativas de alistamento eleitoral de mulheres acabaram por ser abortadas, ao passo que, no Congresso, a questão se arrastou por longos anos em projetos que não suscitaram tanta polêmica, como o do senador Justo Chermont, apresentado em 1919, mas nem por isso tramitaram em direção a um final que atendesse aos interesses do movimento feminista.

O jurista Assis Brasil, que fora deputado constituinte em 1890, escreveu em 1893 que o país vivia sob o regime do sufrágio universal, com as exceções previstas no texto constitucional (militares, religiosos), contudo, o exercício do direito de voto era restrito, com justiça, ao seu ver. Esse autor esforçou-se para diferenciar sufrágio de exercício do direito de voto. Jogos de palavras à parte, Assis Brasil, um positivista convicto, assim se pronunciou no Congresso, em 1893:<sup>36</sup>

*Quanto ao sufrágio feminino: o voto não existe para as mulheres no Brasil. E o que faz com que ele não exista para elas não é o sexo, é a incapacidade, que ainda por ventura se considera extensiva a todas, ou a um número tão grande delas que se confunde naturalmente com a totalidade. Também essa incapacidade não está tanto na falta de cultura intelectual como na índole da educação em vigor. Em conclusão, no Brasil, onde a mulher ainda não tem competência para imiscuir-se em eleições, o sufrágio deve ser realmente universal, mas...só para os homens.*

Reconheceu Assis Brasil que, com o tempo, chegaria o momento em que a educação feminina se difundiria de tal forma que a exclusão das mulheres do exercício do voto não mais se justificaria. Quando chegaria esse momento? A verdade é que, membro da comissão de juristas que elaborou o Código Eleitoral de maio de 1932, J.F. Assis Brasil tentou barrar a proposta de Bertha Lutz de se incluir no texto legal um artigo prevendo o voto feminino, convencido de que o tal momento não havia chegado.

Contudo, a perspectiva correta da negativa do direito de voto para as mulheres em 1891 requer um distanciamento do enfoque pelo viés feminino e a adoção de uma perspectiva que incluía os demais setores da sociedade que também foram excluídos da cidadania plena. De fato, os setores políticos mais sensíveis à estreiteza da cidadania vigente no país posicionaram-se contrariamente à exclusão das mulheres, bem como dos trabalhadores urbanos informais e trabalhadores agrícolas, do universo dos eleitores. Na sessão de 23 de julho de 1917, o deputado socialista Maurício de Lacerda apresentou um projeto de reforma da legislação de alistamento eleitoral que contemplava a população feminina, sem distinção de escolaridade e, ao mesmo tempo, abolia o artifício da prova de renda derivada do emprego fixo. Para se alistar, bastava ao trabalhador anexar uma declaração redigida pelo patrão ou por professores.<sup>37</sup> O assunto chegou ao exame do Senado em dezembro daquele ano, sem que o projeto de Maurício de Lacerda tivesse sido acolhido.<sup>38</sup>

Estava, assim, definido o alcance da cidadania na Primeira República: excluíram-se as mulheres, analfabetos, militares de patente inferior, negros, trabalhadores agrícolas e índios. Mais articuladas e cada vez mais instruídas, as mulheres foram capazes de se aglutinar em grupos de pressão em defesa dos seus interesses. O que dizer, porém, dos trabalhadores urbanos informais, leia-se, os negros, excluídos do mercado de trabalho formal? Nem mesmo a inclusão parcial na cidadania por meio do acesso à educação lhes foi permitida. Se, para as mulheres, a questão da educação fora, há tempos, colocada na agenda das reformas sociais, para a população negra desconhece-se um educador contemporâneo que tivesse colocado o seu prestígio a prêmio, saindo em defesa da educação dos ex-escravos e seus descendentes.

Para a geração que amadureceu nos anos 1890, restou a frustração política com os rumos assumidos pelo regime republicano. Eleições viciadas, o drama de Canudos, a inflação e a insensibilidade dos poderes públicos para com a questão social – agudamente demonstrada no episódio do bota-abaixo das habitações populares, para dar lugar à avenida Central –, todos esses foram elementos que ali-

mentaram o desconforto com a situação política do país. Decorreu desse estado de coisas uma certa apatia nas vozes femininas, mesmo entre aquelas que se julgavam aptas a pleitear a cidadania plena. Para a virada do século, não mais se encontram jornais escritos por mulheres com a mesma intensidade, nem com a mesma agudeza de argumentos, comparados com os periódicos das décadas de 1870 e 1880.

Em 1896, porém, uma professora primária baiana, Leolinda Daltro, tomou para si a luta dos índios por condições dignas de vida. Pouco sabemos sobre a vida pessoal de Leolinda, exceto que à essa época ela tinha cinco filhos de idades desconhecidas e vivia no Distrito Federal, onde sobrevivia do seu ofício como professora. Não há notícias sobre seu marido.

Em julho daquele ano, um pequeno grupo de índios Xerente, de Goiás, chegou à capital da República com o propósito de se fazer ouvir pelo Presidente. Segundo o historiador José Gagliardi, *o objetivo da missão era conseguir roupas, armas, ferramentas e a atenção do governo para a obra de civilização que o cacique Sapé, embora sem nenhuma orientação, vinha desenvolvendo naquela região*.<sup>39</sup> Foram lançados em um distrito policial e deixados desassistidos. Com parte da imprensa carioca a seu favor, o grupo Xerente conseguiu ser recebido pelo Presidente da República, que lhes acenou com vagas promessas de estudar as solicitações que lhe foram feitas. Consternada, Leolinda envolveu-se pessoalmente com a questão dos índios Xerente e se ofereceu para viajar até a aldeia em Goiás para alfabetizar a tribo.

Teve início uma longa peripécia pessoal de Leolinda, que a levou a percorrer, por cinco anos, o interior do Brasil. Testemunha ocular da situação de vida precária das populações indígenas que visitou ao longo de sua expedição educadora, Leolinda retornou ao Rio de Janeiro para tentar sensibilizar a sociedade para a necessidade de se criar um serviço sistemático, abrangente e laico de proteção e assistência aos indígenas em plano nacional.

Ao retornar à capital federal, procurou o IHGB, propondo a criação de uma associação civil de amparo aos indígenas. No dia 26 de setembro de 1902, o assunto foi levado à pauta de reunião dos sócios do Instituto. Impedida de participar pessoalmente da reunião, sob a alegação de que era mulher, Leolinda viveu, por certo não a primeira, mas uma marcante demonstração de que os limites para a participação feminina em assuntos de domínio público estavam colocados rigidamente. Em face da recusa dos membros do IHGB em acolher a proposta da professora Daltro, restou-lhe fazer constar da ata um voto de protesto veemente contra *a flagrante tentativa de desviar a reunião do seu tema central, que era a criação de uma associação para proteger os indígenas*.<sup>40</sup>

Está claro que o estilo de ação política de Leolinda Daltro era peculiar. Invadia espaços exclusivamente masculinos, expunha-se pessoalmente às críticas, sempre buscando chamar a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças. Sob esse espírito de confrontação, Leolinda levou consigo um grupo de sete índios para assistir ao Congresso Pan-Americano, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1906. No mês seguinte, Leolinda começou a orientar a preparação de uma expedição que deveria percorrer uma área de conflito aberto entre populações indígenas e os construtores de uma estrada de ferro em Bauru (SP). A iniciativa de se promover a expedição coube à União Cívica Brasileira.

Ainda em setembro, tiveram início os procedimentos administrativos para a criação de uma Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil, sob a liderança de Leolinda. Paralelamente, um grupo de positivistas assumiu o controle da questão indígena e deu os primeiros passos para a criação de um serviço de proteção à população nativa, no âmbito do governo federal.<sup>41</sup>

Não obstante ver algumas de suas propostas, principalmente a da educação leiga e assistência e proteção física à população indígena, incorporadas a iniciativas oficiais, Leolinda continuou como uma ativa articuladora do movimento de defesa dos índios brasileiros, no seio da sociedade civil. Em 1910, participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, como integrante da Comissão de Etnografia. Lá chegando, Leolinda foi informada pelo presidente da comissão que o relatório final já estava pronto e que não caberia a ela se manifestar. Em resposta, Leolinda redigiu uma memória que fez chegar às mãos dos demais participantes do congresso e apresentou uma moção que propunha que o congresso recomendasse ao poder público a exclusividade do ensino leigo a ser ministrado aos indígenas. Para surpresa dos congressistas ligados à Igreja, a proposta de Leolinda foi aceita. Não satisfeita em subverter a ordem dos trabalhos do congresso, Leolinda fez-se acompanhar por um grupo de índios na sessão de encerramento do encontro, no Palácio Monroe.

Ainda em 1910, no mês de novembro, Leolinda liderou a criação do primeiro, e único, partido político feminino no Brasil – o Partido Republicano Feminino – cujos registros oficiais encontram-se depositados no Arquivo Nacional. Para presidir o partido, Leolinda contou com o prestígio social de sua amiga pessoal, Orsina da Fonseca, a primeira mulher de Hermes da Fonseca. O partido, contudo, abrigava um amplo leque de mulheres insatisfeitas com a sua exclusão política, como a poetisa Gilka Machado.<sup>42</sup>

A movimentação do grupo do Partido Republicano Feminino só pode ser reconstituída por meio do eco de suas ações junto à imprensa, especialmente, às

manifestações de repúdio às iniciativas de Leolinda e suas colaboradoras. No segundo semestre de 1918, por exemplo, uma polêmica movimentou o meio político carioca: uma moça baiana, Maria José Rebello, solicitou autorização para se inscrever no concurso público do Itamarati. A princípio, o ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, foi categórico em não acolher o pedido de Maria José, mas, com a entrada de Rui Barbosa no caso, defendendo o pleito da jovem, a autorização para inscrição acabou sendo dada, o concurso foi realizado e Maria José aprovada, em primeiro lugar. Leolinda Daltro, algumas colaboradoras e outros tantos simpatizantes da causa de Maria José fizeram-se presentes ao exame oral, aberto ao público. Com a divulgação do resultado do concurso, Maria José foi saudada, entusiasticamente, na saída do prédio do Itamarati.

A imprensa, naturalmente, deu ampla cobertura ao caso. Houve os que se posicionaram favoravelmente ao ingresso de mulheres no serviço diplomático, como o articulista do *Jornal do Brasil*, Carlos de Laet. Também houve os que se manifestaram veementemente contrários à admissão de mulheres no Itamarati, como o vespertino carioca *A Rua*, na edição de 5 de outubro daquele ano. Dois dias antes, Carlos de Laet respondera a uma carta a ele enviada pelo militar Turbío Rabioli, que tecia críticas ferozes ao posicionamento de Laet e ao desfecho do caso. O mais interessante foi que o militar invocou o exemplo, pernicioso, de Leolinda Daltro como mostra de ativistas que desejavam “masculinizar” o belo sexo. Preocupava-lhe, principalmente, saber que efeitos haveria sobre a hierarquia familiar se exemplos como o de Maria José Rebello se multiplicassem. Perguntou Turbío Rabioli a Carlos Laet: - *E se uma funcionária pública viesse a se casar com outro funcionário inferior na hierarquia, quem haveria de dominar em casa?*<sup>43</sup>

Logo, sobre a forma de mobilização adotada por Leolinda e suas colaboradoras pairava o espectro das radicais *sufrajettes* inglesas, que puseram seus corpos à serviço da causa do sufrágio feminino, invadindo as ruas da Inglaterra. Se o radicalismo político masculino causava apreensão e repulsa e justificava políticas repressivas, o suposto radicalismo político feminino era uma terrível ameaça que confrontava o poder marital no interior dos lares.

Como um dos últimos registros conhecidos de uma ação promovida por Leolinda, sabemos que ela se candidatou ao cargo de Intendente do Distrito Federal nas eleições de 1919, com a plataforma da diminuição da miséria e do sofrimento e pela melhor distribuição da justiça.<sup>44</sup> Seu nome retornou às páginas da imprensa por ocasião da sua morte, ocorrida em um acidente de automóvel, em maio de 1935. Muitos jornais cariocas publicaram o seu obituário, bem como o periódico da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), presidido por Bertha Lutz. Sabe-

mos, pelos olhos das feministas da Federação, que Leolinda havia sucumbido ao escárnio público a que seu nome havia sido submetido, recolhera-se em sua vida privada, dedicando-se, exclusivamente, ao magistério. Sabemos, porém, que Leolinda manifestara o seu regozijo com a obtenção legal do direito de voto, garantido no Código Eleitoral de 1932. Contudo, jamais tomou parte, nem mesmo como convidada de honra, de qualquer iniciativa promovida pela FBPF, como os dois congressos feministas nacionais ocorridos enquanto estava viva: os de 1922 e 1931.<sup>45</sup>

Bertha e Leolinda eram, portanto, contemporâneas, embora pertencessem a meios sociais diferentes e estivessem separadas por mais de uma década de diferença de idade. É tempo, então, de investigar o modelo de participação política proposto por Bertha Lutz. Surgiu, com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1918, uma linguagem nova de ação política, diferente da linguagem adotada por Leolinda Daltro e suas seguidoras.

Filha de estrangeiros de elevada escolaridade, educada na Europa, Bertha Lutz retornou ao Brasil em 1918, depois de concluir o curso de biologia na Sorbonne. Encontrou um país onde a mulher não dispunha de direitos políticos, embora um conjunto cada vez mais expressivo da população feminina se enquadrasse no requisito mínimo para a cidadania: a educação formal. Como a sociedade brasileira estava vivendo um momento de grande efervescência política, com o crescimento do civilismo e a indignação com o modelo eleitoral viciado e excludente, a proposta de Bertha Lutz encontrou bom respaldo na sociedade.

Assim, no ano de 1919, criou-se a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, sob a iniciativa de Bertha e de outras, como Maria Lacerda de Moura.<sup>46</sup> Em 1922, aproveitando as comemorações do centenário da Independência, a Liga foi transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, responsável pela realização do primeiro Congresso Feminino Internacional, de dezembro.

Salta aos olhos a diferença do modelo de organização política adotado por Bertha e o do caso anterior. Hierarquizada e institucionalizada na figura de uma pessoa jurídica, a Federação, com filiais em vários estados do país e a definição precisa da origem do poder, representa um modelo de organização muito semelhante aos de partidos políticos brasileiros contemporâneos. A grande massa crítica de mulheres que oferecia a base política para a atuação da Federação, constituída, em grande medida, por professoras, enfermeiras e trabalhadoras de escritório, era chamada a participar dos congressos de forma passiva. As filiadas e simpatizantes engrossavam a massa de mulheres que lotavam os salões dos congressos femininos para ouvir as falas das líderes da organização e convidados especiais. Embora submetida a regras de competição eleitoral, a questão sucessória na FBPF esteve

atrelada à figura carismática de Bertha Lutz, a qual, convenhamos, com grande eficiência, conseguiu atingir a principal meta que havia estabelecido para a sua organização: a conquista do sufrágio feminino.

Embora a historiadora Susan Besse critique o abismo existente entre as iniciativas assumidas pela FBPF e os problemas cotidianos da grande massa de mulheres trabalhadoras, creio eu que esperar que a FBPF assumisse a vanguarda da defesa dos interesses das mulheres trabalhadoras e se posicionasse afirmativamente quanto à instituição do casamento, sem ferir a posição da Igreja, foge ao alcance dos objetivos do movimento. Enquanto o sufrágio feminino ocupou o centro da pauta da FBPF, as iniciativas tomadas pela direção da organização no sentido de colocar em discussão a condição de vida das mulheres trabalhadoras foram limitadas. Registram-se apenas algumas comunicações apresentadas nos congressos e resoluções formais tiradas nesses mesmos encontros.

Com a conquista do voto em 1932, inaugurou-se uma nova fase na vida da FBPF, que se moveu, claramente, no sentido de se tornar uma força eleitoral. Entre 1933 e 1934, vários estados do país onde a Federação tinha seções locais foram visitados por feministas afiliadas, com a atribuição de ampliar o potencial eleitoral da população feminina nos estados e de criar novas seções nos estados em que não as houvesse. Uma fala atribuída a Carlota Pereira de Queiróz, pela historiadora Maria Lúcia Mott, lança luz sobre a redefinição da agenda política da FBPF no pós-1932.<sup>47</sup> Segundo Maria Lúcia Mott, a então deputada federal Carlota Pereira de Queiróz se posicionava frontalmente contrária a iniciativas que, ao seu ver, segregavam as mulheres. Assim sendo, posicionou-se contrariamente à criação de um Departamento Nacional da Mulher, proposto por Bertha no parlamento, bem como à criação de um partido político exclusivamente feminino.

Logo, o exame da atuação política de Bertha como presidente da FBPF ao longo da década de 1920, e o da Bertha parlamentar, a partir de 1936, requer instrumentos diferentes de análise. Por certo, poderíamos incluir a ação de Bertha no rol das iniciativas que visavam à reforma da sociedade por intermédio da conquista de espaços no Estado, como tantos outros movimentos da época.

## 5. Considerações finais

Como exemplo de linguagem política, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino representa a criação de um ambiente institucional exclusivamente feminino, articulado em torno de um projeto político comum. As iniciativas de Leolinda Daltro, por sua vez, representam a linguagem do confronto aberto e permanente, da

invasão dos espaços públicos dominados por homens e pela exposição física das simpatizantes à reação do público. Já Bertha, cercada que foi por colaboradoras egressas de famílias de grande prestígio social, como Maria Eugênia Celso, Jerônima Mesquita e Margarida Lopes de Almeida, conquistou, palmo a palmo, as metas definidas pela agenda da sua organização, sem suscitar reações contrárias que denegrissem a sua conduta pessoal, nem a de suas colaboradoras. Tal atitude representa, ao nosso ver, uma estratégia política de evitar o enfrentamento com questões de natureza comportamental, ao mesmo tempo em que evitava questionar os padrões de conduta socialmente esperados das mulheres.

Desse modo, a FBPF abrigava, confortavelmente, figuras conservadoras como Jerônima Mesquita, ardorosa defensora da abstinência alcóolica, do assistencialismo social e, que pessoalmente, caracterizava-se por um comportamento extremamente pudico. Não há entre as feministas da Federação figuras semelhantes à poetisa Gilka Machado, ou à educadora Maria Lacerda de Moura. Simplesmente, não havia espaço político para elas na organização liderada por Bertha Lutz.

O confronto das trajetórias políticas de Leolinda Daltro e Bertha Lutz lança luz sobre uma questão vital para as formas de participação política adotadas por diferentes grupos de mulheres no período estudado: o custo pessoal da adoção de formas mais conciliatórias e outras mais combativas de participação política. Numa mostra de que a vida privada nunca foi um fator neutro para as mulheres que tomavam parte no espaço público, como o mundo do trabalho, a historiadora paulista Maria Cândida Delgado Reis realizou um belo estudo sobre o controle social exercido sobre as professoras primárias públicas paulistas, no período compreendido entre 1895 e 1920. Esse estudo baseou-se num universo de 168 inquéritos administrativos, dos quais 63 se referiam a professoras e 54 a professores. Do conjunto referente às professoras, a grande maioria fazia menção a desvios de conduta e insubordinação à autoridade educacional. Numerosos inquéritos tratavam do comportamento privado das professoras fora das salas de aula, contudo, significativamente, nenhum processo administrativo movido contra um professor dizia respeito à acusação de desobediência à autoridade constituída, nem questionava o comportamento daquele profissional fora do âmbito da escola. Essa flagrante diferença de tratamento dos profissionais do ensino, homens e mulheres, é uma clara demonstração de que onde quer que as mulheres estivessem, mesmo sob a égide da ideologia do magistério como forma de sacerdócio, o controle social sobre o comportamento feminino fazia com que elas, a todo momento, se lembrassem de sua posição inferior na sociedade.<sup>48</sup>



## Notas

<sup>1</sup>É um pressuposto corrente que a esfera do privado representa o campo de atuação dos indivíduos, o qual para as mulheres significa a circunscrição ao universo relacional da família e a exclusão dos espaços de socialização mais amplos, como o ambiente do trabalho, a ação política e a escola. Nesse sentido, a idéia de que o privado também é público se sustenta em face do papel desempenhado pelo discurso normativo dominante na definição dos padrões de conduta do indivíduo do sexo feminino, mesmo na esfera privada.

<sup>2</sup>Como o ensaio de Rachel Soihet (1997), *Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas*.

<sup>3</sup>Como ressaltou Michelle Perrot (1995), a escrita da história convencional é organizada em torno dos grandes acontecimentos públicos, registrados em documentos produzidos pelo Estado ou para ele. Evidentemente, o relato histórico que resulta desse método exclui a presença de mulheres, uma vez que as mesmas estavam alijadas da participação política e não são mencionadas na documentação política. Segundo essa mesma autora, a história política também negligencia a ação que se passa no âmbito privado e no cotidiano da sociedade.

<sup>4</sup>A título de exemplo, tomemos algumas manifestações culturais recorrentes no Brasil colonial, mencionadas por Ronaldo Vaifas (1997): as associações simbólicas entre a mulher e o demônio, entre a mulher e o desassossego e a tagarelice, por fim, o homem como vítima da mulher no casamento.

<sup>5</sup>Boxer reuniu em seu livro, *A mulher na expansão marítima portuguesa*, um conjunto de aforismos populares no mundo português, profundamente misóginos. Dentre eles está: - *A mulher que mais sabe, sabe arrumar um baú de roupa branca* – uma definição precisa do lugar da mulher branca na família e sua exclusão completa do mundo das letras.

<sup>6</sup>*Trópicos dos pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. (1997)

<sup>7</sup>Entende-se por ‘processo civilizatório’ a noção cunhada por Norbert Elias acerca do processo de domesticação e padronização dos costumes, ocorrido, inicialmente, no seio da corte aristocrática francesa e que se irradiou para todo o restante das cortes europeias, com reflexos sobre a constituição dos padrões de convivência vigentes na sociedade burguesa.

<sup>8</sup>Beatriz Nizza da Silva (1998). *História da Família no Brasil*.

<sup>9</sup>José Lino Coutinho (1786–1836) *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso*. Salvador: Poggetti, 1849. Desconhecemos quantas edições recebeu este pequeno livro – que na primeira edição tomou o formato de livro de bolso, de fácil consulta – e também a forma como foi recebido entre os leitores.

A superficialidade da educação oferecida às moças foi severamente criticada pela educadora e adepta da filosofia de Comte, Nísia Floresta. A ênfase dos currículos das escolas femininas, até muito tarde no século XIX, recaiu sobre a feitura de trabalhos manuais, o ensino de noções de francês, rudimentos de música e declamação de poesia

<sup>10</sup>Falecida em abril de 1880, no seu engenho *Campinas*, freguesia de Iguape (BA), Cora foi sepultada onde já estava o marido: na capela do Convento de São Francisco de Paraguaçu. Por ocasião da sua morte, o ‘Diário da Bahia’ publicou um obituário que se referia a Cora como mãe e como esposa [que] era um exemplo digno de imitação. [Diário da Bahia, 27/4/1880]. Quatro de seus filhos seguiram carreiras políticas de destaque no Império.

<sup>11</sup>Rachel Soihet (1997) oferece outros exemplos para a questão dos limites impostos à educação feminina pelos pensamentos científicos e religiosos dominantes no século XIX.

<sup>12</sup>Maria Graham mencionou no seu livro ter encontrado na corte mulheres tão bem educadas como qualquer outra mulher membro das aristocracias europeias mais prestigiosas de seu tempo.

<sup>13</sup>Como foi o caso da baronesa de Bonfim e de sua filha Jerônima Mesquita, presenças importantes no feminismo dos anos 20 e 30. Especialmente, Jerônima Mesquita ocupará a nossa atenção mais adiante. Outros exemplos de mulheres com livre trânsito nos dois mundos foram a poderosa cafeicultora Eufrásia Teixeira Leite e a condessa de Barral. Esta última foi preceptora da princesa Isabel e da irmã dela.

Ainda sobre o papel da temporada na Europa como um rito de passagem impregnado no imaginário da elite e, posteriormente, no dos setores médios, é possível que a introdução das linhas regulares de navios a vapor, mais confortáveis e mais rápidos, tenha contribuído para a difusão desse costume entre nós.

<sup>14</sup>As transformações havidas na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX são discutidas por Emília Viotti da Costa (1977).

<sup>15</sup>Alfredo Valadão (1941). *A campanha e a imprensa defensora dos direitos da mulher*.

<sup>16</sup>A partir da edição de 15 de dezembro de 1889, já no Rio de Janeiro, Senhorinha alterou o nome do seu jornal para *O 15 de novembro do sexo feminino*, marcando uma mudança expressiva no tom da mensagem que passou a incluir a defesa do voto feminino.

<sup>17</sup>Segundo Alfredo Valadão (1941), a defesa de um novo papel para a mulher esteve presente no trabalho daqueles que cuidaram por difundir o positivismo, a exemplo dos cursos livres ministrados ao público feminino em 1873 na ‘Escola do Povo’, mantida por ativistas republicanos no Rio, ou no Manifesto Republicano de 1870, em que a pauta da educação feminina fora inserida. Por sua vez, Ivan Lins (1967) baseou-se em um relato de João do Rio para demonstrar a importância da figura feminina no culto do Apostolado positivista. Assim escreveu João do Rio após visitar um culto ministrado por Teixeira Mendes: *As mulheres devem amar o positivismo. Comte dignificou-as. A mulher é a força moderadora, o sentimento puro do amor que faz a sociabilidade, é a sacerdotiza espontânea da Humanidade que modifica pela afeição o orgulho vão e o reino da força: a mulher é a humildade, o foco do culto no lar, é Beatriz, Clotilde (...)*. [Ivan Lins. *Op. cit.*, p. 447]

<sup>18</sup>“A mulher e o sacerdote constituem, de fato, os dois elementos essenciais do verdadeiro poder moderador, ao mesmo tempo doméstico e cívico. Organizando esta santa coligação social, cada elemento procede aqui de acordo com sua genuína natureza: o coração propõe as questões que o espírito resolve. Assim, a própria composição deste catecismo logo indica a principal concepção do positivismo: o homem pensando sob a inspiração da mulher, para fazer sempre concorrer a síntese com a simpatia, a fim de regularizar a sinergia.” [Augusto Comte (1973). *Curso de Filosofia Positiva. Catecismo Positivista*. pg. 112]

<sup>19</sup>Susan Besse (1996), pg. 112.

<sup>20</sup>Para os mais ortodoxos não era difícil encontrar nos escritos de Comte um posicionamento francamente desfavorável ao sufrágio feminino. Para Comte o exercício do voto exporia as mulheres - consideradas como a reserva moral da Nação - ao mundo espúrio da política. [Augusto Comte (1973). *Catecismo Positivista*. pg. 112]

<sup>21</sup>*O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, 6/4/1890.

<sup>22</sup>A *Família*, n. 42, 21/12/1889.

<sup>23</sup>O *15 de Novembro do Sexo Feminino*, 15/12/1889.

<sup>24</sup>A *Família*, n. 29, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1889. A menção ao grupo de Lopes Trovão foi recorrente nas demais edições do jornal que analisamos.

<sup>25</sup>"Abolicionistas e republicanos, pela primeira vez, dirigiam-se ao povo nas praças públicas. Os comícios promovidos em 1889 por Lopes Trovão no Rio de Janeiro em favor do Partido Republicano, reuniram grande massa de populares que reivindicavam melhoramentos urbanos." [Emília Viotti da Costa (1977). *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. pg. 198]

<sup>26</sup>A *Família*, n. 39, 23/11/1889.

<sup>27</sup>A *Família*, n. 40, 30/11/1889.

<sup>28</sup>Republicano histórico, jacobino, egresso do meio político do Distrito Federal.

<sup>29</sup>J. Dunshee de Abranches (1907). *Atas e Atos do Governo Provisório*.

<sup>30</sup>Lembrou Jorge Fernandes (1997) que um decreto de 21 de dezembro de 1889 já previra a convocação de eleições para uma assembleia constituinte. Por sua vez, o decreto do alistamento foi o 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, assinado pelo inimigo político de Aristides Lobo, o mineiro Cesário Alvim. O chamado Regulamento Alvim, de fevereiro, foi reeditado com alterações que não comprometem a nossa linha de análise, a 23 de julho de 1890. [Decreto n. 511].

<sup>31</sup>BRASIL. *Decisões do Governo Provisório - Ministério do Interior (1o. de abril a 30 de junho de 1891)*.

<sup>32</sup>A *Família*, n. 54, 3/4/1890.

<sup>33</sup>A *Família*, n. 73, 28/8/1890.

<sup>34</sup>O *15 de Novembro do Sexo Feminino*, 6/4/1890.

<sup>35</sup>O *15 de Novembro do Sexo Feminino*, 30/9/1890.

<sup>36</sup>J.F. de Assis Brasil. (1931). *Democracia representativa do voto e do modo de votar*. pg. 53.

<sup>37</sup>Brasil. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*. (1918), pg. 481.

<sup>38</sup>Brasil. *Anais do Senado*. Sessões de 21 e 24 de dezembro de 1917.

<sup>39</sup>José Mauro Gagliardi (1889). *O indígena e a República*. pg. 108.

<sup>40</sup>Gagliardi (1889). *Op. cit.* pg. 112.

<sup>41</sup>Foi este o embrião do Serviço de Proteção aos Índios, órgão que antecedeu a atual Funai.

<sup>42</sup>Poetisa simbolista que introduziu o erotismo na poesia feminina. Viveu no Rio de Janeiro.

<sup>43</sup>*Dicionário Histórico-Biográfico Feminino*. (1999), verbete Leolinda Daltro, com base no arquivo da família de Maria José de Castro Rebello.

<sup>44</sup>Susan Besse (1996). pg. 136.

<sup>45</sup>Arquivo da FBPF, cx. 6.

<sup>46</sup>Logo depois, Maria Lacerda se afastou do grupo de Bertha e, já vivendo em São Paulo, atuou no campo do anarquismo. Com vida pessoal conturbada, defendendo o amor livre e a recusa à maternidade, Maria Lacerda representa uma das vozes dissonantes das feministas dos anos 1920 e 1930. Arcou com os custos pessoais de suas escolhas políticas.

<sup>47</sup>Maria Lúcia Mott (1986). *Calendário anual da Comissão Estadual dos Direitos da Mulher*, São Paulo.

<sup>48</sup>Maria Candida Delgado Reis.(1994). *Guardiãs do futuro: imagens do magistério de 1895 a 1920 em São Paulo*.

## Referências bibliográficas

Arquivo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino [Arquivo Nacional].

ABRANCHES, J. Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

BESSE, Susan K. *Restructuring Patriarchy. The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL, J. F. de Assis. *Democracia representativa do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. [1ª edição: 1893]

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. vol III, 2 a 31 de julho de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

BRASIL. *Decisões do Governo Provisório - Ministério do Interior (1o. de abril a 30 de junho de 1891)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu* (4), 1995.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva. Discurso sobre o espírito positivo. Catecismo positivista*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. [Col. *Os Pensadores*, v. XXXIII]

CORRÊA, Mariza. Os Índios do Brasil Elegante & a Professora Leolinda Daltro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n° 18, agost/set, 1889.

- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República, momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- COUTINHO, José Lino (1786–1836) *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso*. Salvador: Poggetti, 1849.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Sec. De Estado de Cultura, 1989.
- HÄHNLER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Verbete Bertha Lutz, In, SCHUMACHER, S. (org), *Dicionário mulheres do Brasil, 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Quem foi Maria Lacerda de Moura? *Economia e Sociedade*, n.º 2, janeiro de 1979.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Campinas: *Cadernos Paga* (4), 1995.
- REIS, Maria Cândida Delgado. Guardiãs do futuro: imagens do magistério de 1895 a 1920 em São Paulo. In, BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (org.) *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In, AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- \_\_\_\_\_. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. Rio de Janeiro: *Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, n.1/1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

## Resumo

Os estudos de gênero consideram a atuação das mulheres na esfera privada como parte do mundo público. Desse modo, temas como família, educação e sexualidade recebem a maior ênfase. Este ensaio explora várias manifestações femininas que buscaram interferir no meio social e mudar o papel das mulheres na vida fora do lar. Deparamo-nos com a diversidade dos discursos e estratégias políticas que revelam a riqueza de caminhos assumidos por correntes do pensamento político feminino. Embora nem sempre as diferenças transpareçam de modo claro, encontramos no uso da linguagem a escolha da pauta política e na atitude das mulheres selecionadas indicativos da existência de formas plurais de participação política.

Palavras-chave: Brasil Império, história de gênero, participação política

## Abstract

Gender studies emphasize women acts in private sphere taking them as part of public world. As so, subjects like family, education, and sexuality are most studied. This essay explores many female manifests aiming to interfere in society and change the role of women outside the home. We find a diversity of discourses and political strategies that show the richness of the many ways women's political thought did take. Although the differences do not appear too clearly, we find elements in the use of language, in the choice of political agenda, and in the attitude of selected women that reveal the existence of plural forms of political participation.

Kew words: Brazil Empire, gender history, political participation

## Resumen

Los estudios de género consideran la actuación de las mujeres en la esfera privada como parte del mundo público. Así, temas como familia, educación y sexualidad reciben la mayor énfasis. Este ensayo explora varias manifestaciones femeninas que buscaron interferir en el medio social y mudar el papel de las mujeres en la vida fuera del hogar. Nos encontramos ante una diversidad de discursos y estrategias políticas que revelan la riqueza de caminos asumidos por corrientes del pensamiento político femenino. Aunque no siempre las diferencias pueden ser observadas de

un modo claro, encontramos en el uso del lenguaje, la selección de la pauta política y, en la actitud de las mujeres seleccionadas, indicativos de la existencia de formas plurales de participación política.

Palabras clave: Imperio del Brasil, historia de género, participación política

**Marcelo Souto Simão**

*Graduando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília e membro do Programa Especial de Treinamento em Relações Internacionais na mesma instituição.*

\***TICKNER, Arlene B.** Bogotá: Universidad de los Andes, CESO, Departamento de Ciencia Política: Alfaomega Colombiana, 2002. 236pp.

***A Emancipação do  
Pensamento  
Los estudios  
internacionales en  
América Latina:  
¿Subordinación  
intelectual o pensamiento  
emancipatorio?\****

Conhecimento é poder. Essa é a premissa que parece guiar o trabalho de Arlene Tickner em “*Los estudios internacionales en América Latina: ¿Subordinación intelectual o pensamiento emancipatorio?*”, livro publicado em 2002, que apresenta uma adaptação de sua premiada tese de doutorado, defendida na Universidade de Miami em 2000. O livro propõe-se a uma análise dos estudos das relações internacionais na América Latina e é inspirado pelas considerações feitas por Stanley Hoffman em 1977, sobre a natureza simultaneamente internacional e paroquial das Relações Internacionais<sup>2</sup> como disciplina. Dessa forma, Tickner busca verificar, ao longo de seu estudo, se as Relações Internacionais nos países latino-americanos constituem uma forma autônoma de expressão intelectual ou se refletem a influência do pensamento norte-americano, caracterizando um quadro de hegemonia dos Estados Unidos sobre a região.

Para essa tarefa, a autora se afasta de uma concepção positivista de ciência, na medida em que rejeita a possibilidade de construção de um *corpus teórico* objetivo e único para a explicação dos fenômenos internacionais. Ela defende a necessidade de elaboração de marcos analíticos específicos para o estudo de distintas realidades, uma vez que a construção da própria realidade é um processo social específico de cada sociedade. O estudo das relações internacionais na América Latina, portanto, requereria a elaboração de um pensamento próprio, mais adequado à realidade regional e seus problemas. Mas, assim como se afasta do modelo positivista, Tickner guarda também alguma distância do pós-positivismo, ao admitir a possibilidade de construção de um conhecimento válido e confiável sobre a sociedade, sistematizado na forma de teorias científicas. Como se autodefine, encontra-se em um ponto intermediário entre essas duas correntes das ciências sociais, aproximando-se da ontologia construtivista. Isso significa dizer que a autora acredita que, por meio de uma

investigação empírica – método positivista –, é possível dar vazão ao questionamento das análises predominantes das relações internacionais, na medida em que se entende o conhecimento como uma construção social – concepção pós-positivista.

O livro organiza-se em sete capítulos. O primeiro deles dedica-se ao que parece uma exposição da evolução das ciências sociais, conforme concebe Tickner. Apresentam-se, portanto, os argumentos positivistas, seguidos das reações de Karl Mannheim e outros, passando pela tradição hermenêutica, teoria crítica e Escola de Frankfurt, revendo os trabalhos de Thomas Kuhn, Michel Foucault e as perspectivas feministas e concluindo com as contribuições do chamado terceiro debate em Relações Internacionais. O objetivo desse capítulo, além de esclarecer o posicionamento ontológico e epistemológico da autora, é traçar algumas considerações sobre os possíveis impactos do “paroquialismo” das Relações Internacionais – isto é, da hegemonia de algumas potências na formulação de arcabouços explicativos – sobre os países periféricos do sistema internacional, tais como o são os países latino-americanos. Defende-se que o conhecimento socialmente construído reflete estruturas de poder que podem ser descobertas à medida que se explicita o processo de construção epistemológica. A verificação, portanto, da grande influência do pensamento norte-americano na análise regional dos fenômenos latino-americanos evidenciaria uma subordinação intelectual dos países não-hegemônicos aos Estados Unidos, reforçando uma distribuição desigual de poder no hemisfério.

No segundo capítulo, Tickner apresenta a metodologia adotada para proceder à verificação da presença ou ausência de um estudo autônomo das relações internacionais na América Latina. A autora dedicou-se a um estudo qualitativo, baseado em amostra constituída por sete países da região, a saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Trinidad e Tobago. Elegeram-se três enfoques para o estudo: 1) a análise qualitativa de conteúdo dos programas de Relações Internacionais e dos cursos de Teoria de Relações Internacionais oferecidos por doze instituições acadêmicas dos sete países mencionados; 2) a análise qualitativa de conteúdo de 180 artigos selecionados de cinco periódicos latino-americanos de grande circulação, desde 1960 até 1998 e; 3) a avaliação do Programa de Estudos Conjuntos sobre as Relações Internacionais da América Latina (RIAL). Adota-se uma tipologia que abrange nove grandes categorias, nas quais a autora distribui as diversas correntes de pensamento em Relações Internacionais. Como toda tipologia, a adotada é naturalmente falha, mas contribui substancialmente para a identificação das correntes mais influentes em cada

esfera de análise. A grande inovação da classificação proposta está na categoria “híbrido latino-americano”, sob a qual a autora tenta agrupar as manifestações intelectuais consideradas próprias da América Latina e que refletiriam uma mescla de correntes como o realismo, a interdependência, a teoria da dependência e o pensamento cepalino. O híbrido latino-americano corresponderia não a uma criação regional, mas a uma adaptação de correntes importadas e autóctones para uma realidade própria.

A fim de esclarecer o que seria considerado “pensamento latino-americano” em Relações Internacionais, Tickner apresenta, no capítulo três, a evolução de algumas abordagens que encontraram respaldo no ambiente acadêmico regional ao longo das últimas décadas. Apresenta-se, primeiramente, a teoria da dependência e suas três distintas abordagens, que oferecem análises do contexto internacional, desde a concepção do desenvolvimento central atrelado ao subdesenvolvimento periférico, passando pelo desenvolvimento dependente associado de Cardoso e Falleto e chegando ao conceito de autonomia periférica, trabalhado por Hélio Jaguaribe. O argumento dependentista, que é categorizado como uma corrente marxista/neomarxista, teria como fundamento a hierarquia internacional de poder – ainda que inexista uma autoridade central para julgar os abusos de poder –, contrastante com um quadro anárquico interno marcado pela debilidade dos Estados da América Latina. Predominante na década de sessenta, quando também se desenvolveram os argumentos da CEPAL, a teoria da dependência teria perdido espaço para o híbrido latino-americano, que objetivava a criação de visões autóctones aliadas ao desejo de reduzir a dependência política e econômica da região frente aos EUA. Assim, ter-se-ia evoluído, ao longo das décadas de 1970 e 1980, do conceito de autonomia periférica para o realismo periférico, incorporando, em um mesmo arcabouço explicativo, noções de poder do realismo clássico morgenthauniano estatocêntrico e elementos de outras correntes, dando origem a uma “combinação indiscriminada de categorias conceituais úteis de distintas teorias e adaptação mecânica de marcos teóricos exógenos”. A autora identifica que a busca pelo desenvolvimento é o elemento comum a todo o trabalho teórico empreendido nos países da América Latina.

Findo esse trabalho preliminar de exposição das premissas ontológicas, epistemológicas e metodológicas de seu argumento, Tickner dedica os três capítulos seguintes de seu livro à exposição da pesquisa empírica conduzida. O capítulo quarto, portanto, dedica-se à avaliação qualitativa do ensino das Relações Internacionais nos países que compõem a amostra selecionada. Procede-se, ali, à análise

individual dos programas de Relações Internacionais de doze instituições selecionadas. Esse estudo é composto por uma apresentação do histórico da institucionalização do estudo de Relações Internacionais em cada um dos países, assim como a avaliação dos programas dos cursos de graduação ou pós-graduação na área, oferecidos pelas instituições selecionadas, abrangendo uma análise da composição dos corpos docentes e das ementas dos cursos de Teoria das Relações Internacionais ministrados em cada uma dessas instituições. Após a análise individual, a autora traça observações gerais sobre a região, buscando identificar os padrões recorrentes no ensino das relações internacionais na América Latina. O que se observa é que o ensino varia segundo condições políticas específicas em cada país, sendo que regimes autoritários tenderam a favorecer o desenvolvimento acadêmico na proporção em que geraram uma migração de intelectuais da política para a Academia. De maneira inversa, o processo de redemocratização foi acompanhado pela debilitação da atividade acadêmica. Não obstante a variação, verificou-se imensa influência do pensamento norte-americano, traduzida na predominância de leituras clássicas nos cursos observados. Curiosamente, a “autonomia intelectual” seria maior em países em piores condições de desenvolvimento, tais como Trinidad e Tobago e Costa Rica, manifesta na maior presença de correntes alternativas, notadamente a marxista/neomarxista. Outra constatação feita por Tickner é a de que o debate teórico na América Latina teria sido marcado pela quase ausência dos questionamentos inerentes ao segundo e terceiro debates norte-americanos – ou seja, as discussões neo-realismo x liberal-institucionalismo e racionalismo x construtivismo –, o que parece indicar que apenas algumas teorias “viajam”. Por fim, a autora ressalta que a capacitação dos docentes é feita predominantemente nos EUA, embora Oxford seja a principal instituição a capacitar profissionais. Essa verificação parece sugerir que os acadêmicos latino-americanos estariam mais expostos ao pensamento anglo-saxão, limitando a autonomia do pensamento regional.

No capítulo seguinte, Tickner dedica-se à análise de 180 artigos selecionados de cinco periódicos especializados latino-americanos, cobrindo o período de 1960 a 1998. Uma primeira avaliação já revela o grau de ecletismo teórico muito mais acentuado do que o observado na análise dos cursos. Novamente, após o exame individual de cada um dos periódicos, a autora parte para considerações sobre os resultados agregados, seguindo uma periodização que adota os seguintes intervalos: 1960-77/ 1978-87/ 1988-98. No primeiro desses segmentos temporais, observa-se a predominância da corrente híbrido latino-americana, representada pelos trabalhos da CEPAL, seguida pelo pensamento marxista/neomarxista.

A influência da escola cepalina busca enfatizar temas de (sub)desenvolvimento e suas causas internacionais. Adicionalmente, o surgimento da teoria da dependência, em meados da década de 70, fornece conceitos que serão incorporados posteriormente em abordagens híbridas. Entre 1978 e 87 percebe-se, igualmente, a predominância de teorias híbridas, seguidas pelo marxismo/neomarxismo, que agora se aproxima da utilização de abordagens da tradição não-estatocêntrica clássica. O período corresponde à expansão da institucionalização do estudo em Relações Internacionais na América Latina e é caracterizado pela adaptação do realismo e da teoria de interdependência para a realidade regional, fortalecendo a presença do híbrido latino-americano, que passa a dedicar-se a temas como transnacionalização e integração regional. No segmento final avaliado, entre 89 e 98, observa-se ainda a predominância, embora menos marcada, de abordagens híbridas, assim como maior relevância relativa da tradição não-estatocêntrica clássica. Há, nesse período, forte declínio da utilização de abordagens marxistas, enquanto uma nova abordagem, não prevista na tipologia proposta, lidera o número de artigos publicados: trata-se do neoliberalismo. A conclusão dessas observações é a de que, apesar da utilização de marcos teóricos “importados”, os problemas específicos da América Latina provocaram a modificação substancial dos pressupostos das abordagens originais, criando arcabouços mais afeitos a termos como desenvolvimento, autonomia, integração e cooperação, além de mais adequados a uma realidade marcada pela presença de Estados frágeis, embora autoritários e hipertrofiados, e a uma concepção de sistema internacional marcada por relações hierárquicas de dominação. Mais uma vez Tickner observa que, ao mesmo tempo em que a presença de abordagens clássicas se faz marcante, praticamente não é percebida a utilização de abordagens inerentes ao segundo e terceiro debates, salvo exceções devidas ao trabalho individual de poucos autores. Por fim, a autora ressalta que a ascensão do neoliberalismo nos anos 90, como corrente de análise predominante, representaria um retrocesso no pensamento latino-americano, principalmente frente à escassez de visões críticas ao processo de liberalização comercial e de reformas estruturais adotados pelos países da região, como condicionantes para a inserção internacional competitiva. Nesse trecho da obra, Tickner adota posicionamento claramente normativo, ao sugerir que a falta de críticas ao pensamento neoliberal representaria fortalecimento da hegemonia norte-americana sobre a região. A autora presumivelmente desconsidera o impacto que a própria conjuntura internacional, assinalada pela falência dos modelos alternativos de inserção internacional, tais como os movimentos terceiro-mundistas e os de inspiração marxista, teria causado sobre o

desenvolvimento do pensamento latino-americano. Não há indícios concretos de relação causal entre o predomínio da visão neoliberal e o incremento na relação hegemônica entre os EUA e o restante do hemisfério e as conclusões que a autora extrai sugerem uma extrapolação inesperada em obra de tão elevada qualidade.

O sexto capítulo dedica-se à avaliação do Programa de Estudos Conjuntos sobre as Relações Internacionais da América Latina (RIAL), que vigorou entre 1977 e 1991. A análise realizou-se por meio de entrevistas com pessoas-chave do programa, assim como comparação com pesquisas conduzidas anteriormente com o mesmo objetivo. O estudo indica que a criação do RIAL teria coincidido com a percepção do declínio da hegemonia norte-americana sobre a região, acompanhada do aumento no potencial de participação da América Latina no cenário internacional. O programa, que teria como objetivos o fortalecimento do estudo das relações internacionais na região e a construção de capacidade local especializada, entre outros, teria alcançado significativos sucessos na área de criação de redes institucionais de ensino e pesquisa, formulação de políticas públicas, cultivo de novos enfoques teóricos e metodológicos. A falta de apoio financeiro, a deserção de indivíduos-chave durante a redemocratização dos países da região e o individualismo representado pela centralidade de Luciano Tomassini, contudo, teriam levado ao fim do programa em 1991. Até então, porém, o RIAL teria “[refletido] o otimismo de uma coalizão terceiro-mundista cada vez mais visível que buscava impugnar a hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra”. Mas a iniciativa não poderia resistir ao fim do conflito bipolar que, ademais de remover as bases sobre a qual se fundavam os argumentos favoráveis à contestação da ordem internacional, direcionou a atenção das agências financiadoras, como a Fundação Ford, para outras áreas. O capítulo ainda dedica algumas considerações à atuação da Fundação Ford, que teria possuído grande potencial para influenciar o estudo das relações internacionais na região. Tickner sugere que tal influência não foi plenamente exercida, embora o financiamento externo tenha servido, sim, para direcionar os esforços de pesquisa ao longo da existência do RIAL e sua interrupção tenha sido determinante para o encerramento das atividades do programa.

No capítulo sete a autora se esforça por apresentar um esboço do que seria uma análise construtivista sobre o estudo das relações internacionais na América Latina, entendendo-o como uma entre várias estruturas que interagem constantemente entre si. Outras estruturas seriam a ciências sociais, a política exterior dos países da região e o próprio Estado, todas elas expostas à influência

de uma estrutura externa constituída pelas Relações Internacionais norte-americanas, que passa pelo filtro da cultura híbrida regional antes de se fazer sentir. Tickner considera assim que o desenvolvimento das Relações Internacionais na região só poderia ser compreendido na medida em que seja entendido como fruto da interação entre essas estruturas mutuamente constituintes. Após uma análise em separado de cada uma dessas estruturas, ela observa que a influência norte-americana é exercida em distintos graus nas diferentes esferas dos estudos. Assim, a marcante presença estadunidense no processo de capacitação acadêmica estaria vinculada ao papel menos importante relegado à disciplina na região, destinada à capacitação de cidadãos em geral e não a formuladores de política externa, conforme ocorreria nos Estados Unidos. Esses arranjos sociais mais frouxos teriam dado origem a um vácuo, que foi preenchido pela importação de algumas teorias norte-americanas registradas na análise dos doze programas institucionais. Por outro lado, a região teria sido capaz de desenvolver um pensamento próprio em Relações Internacionais, caracterizado pelas abordagens híbridas desenvolvidas primordialmente pelo RIAL. As influências desse pensamento sobre a formulação de política teriam sido limitadas, embora importantes, e teriam tido seu auge na década de oitenta, após o que o programa teria sido extinto e as abordagens híbridas teriam perdido força. A ascensão do neoliberalismo, por sua vez, marcaria a menor influência das correntes de Relações Internacionais norte-americanas sobre a região e a maior infiltração de outras áreas do conhecimento no desenvolvimento das Relações Internacionais latino-americanas, caracterizando a emergência de novos agentes no campo, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Mas o objetivo de Tickner ao traçar estas observações é ressaltar que a compreensão do estudo das relações internacionais requer análise mais profunda das estruturas locais em ação e, igualmente, requer o aporte de abordagens adaptadas para cada realidade específica. Retomando a pergunta trazida no subtítulo, embora seja possível identificar traços de subordinação intelectual no pensamento latino-americano, restringi-lo a essas considerações hegemônicas é ignorar a atividade em curso, voltada para a adequação das teorias importadas para o contexto regional. A autora sugere por fim a existência de vasta agenda de pesquisa sobre as variedades do pensamento latino-americano, algo que ainda não teria sido explorado.

O trabalho de Tickner é surpreendente e certamente marca o grande esforço de síntese e sistematização do conhecimento sobre as Relações Internacionais latino-americanas, servindo como base para a condução de estudos posteriores. A inquietação levantada pela obra é transmitida ao leitor, dando origem a

questionamentos sobre a validade de aplicação de teorias norte-americanas para a análise de problemas regionais. Atentar para a estrutura de dominação que pode estar implícita no conhecimento é, por si só, um passo para a emancipação do pensamento e, nesse sentido, os louros devem ser outorgados a Arlene Tickner. Naturalmente, o trabalho abre espaço para maiores aprimoramentos, tais como a elaboração de uma tipologia mais clara. Em alguns momentos da obra, a categorização adotada mostra-se insatisfatória para seus fins, dificultando a compreensão do conteúdo e impossibilitando a averiguação de algumas sutilezas. Não fica claro, por exemplo, onde Tickner situa a teoria dos regimes ou outras abordagens liberal-institucionalistas, embora mencione que essas são praticamente ausentes no estudo latino-americano das relações internacionais. O acréscimo de extensos apêndices ao livro, colocando à disposição do leitor grande parte do material empírico analisado, visa sanar esse tipo de deficiência, permitindo ao leitor que refaça o trajeto percorrido e se averigüem essas questões. Adicionalmente, progressos outros poderiam ser feitos, caso o posicionamento da autora fosse menos enviesado em alguns momentos. Dessa maneira, seria interessante questionar alguns dos pontos sobre os quais se apóia Tickner ao longo de sua análise. Por exemplo, a autora limita sua compreensão de autonomia do pensamento regional à elaboração de novas formas de análise, quando, na verdade, tomado isoladamente, esse fator pode ocultar importantes elementos. Como já exposto, esse é o caso da ascensão do neoliberalismo na década de noventa. Enquanto uma análise superficial pareceria sugerir a presença mais marcante da hegemonia do centro sobre a periferia, outras leituras do mesmo fenômeno são possíveis, indicando, por exemplo, a maior homogeneização das Relações Internacionais devido à convergência difusa e descentralizada de visões de mundo concorrentes. As conclusões apressadas a esse respeito, que Tickner parece tirar, obscurecem considerações relevantes sobre a conjuntura internacional após o fim do mundo bipolar.

Mas quaisquer críticas que possam ser levantadas são mínimas quando comparadas à grandeza do trabalho de Tickner, que certamente lança as bases para outros estudos sistemáticos sobre o pensamento latino-americano em Relações Internacionais. Ademais, "*Los estudios internacionales en América Latina*" representa a ampliação da agenda de pesquisa construtivista, uma abordagem muito promissora, embora parcamente explorada até o momento. A concepção do conhecimento como construção social e sua interpretação como instrumento de poder abre as portas para o questionamento crítico em Relações Internacionais, elemento essencial para o desenvolvimento do pensamento realmente livre.



## Notas

<sup>1</sup> Utilizo Relações Internacionais em maiúsculas para referir-me ao estudo das relações internacionais – em minúsculas. O termo em minúsculas refere-se ao fenômenos internacionais e correspondem, em geral, ao objeto de estudo das Relações Internacionais. Embora Tickner não faça tal distinção, considero este recurso muito efetivo para facilitar a compreensão do leitor.

## Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, oitenta palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento



fores: (61) 552.4024 552.2510 fax: (61) 386.2350  
brasilía distrito federal  
Site: [www.graficainconfidencia.com.br](http://www.graficainconfidencia.com.br)  
E-mail: [graficainconfidencia@zaz.com.br](mailto:graficainconfidencia@zaz.com.br)